



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**“UM POVO FAMINTO PODE SE ALIMENTAR DE PODER”:**  
**SAQUES NO SERTÃO PARAIBANO E SUA TRADIÇÃO DE**  
**RESISTÊNCIA (1979 - 1984)**

**ANA LAURA SANTOS MEDEIROS**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2025**

**“UM POVO FAMINTO PODE SE ALIMENTAR DE PODER”: SAQUES NO  
SERTÃO PARAIBANO E SUA TRADIÇÃO DE RESISTÊNCIA (1979 - 1984)**

ANA LAURA SANTOS MEDEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Paraíba  
(PPGH-UFPB) como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA - PB

2025

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M488u Medeiros, Ana Laura Santos.

"Um povo faminto pode se alimentar de poder" :  
saques no Sertão paraibano e sua tradição de  
resistência (1979 - 1984) / Ana Laura Santos Medeiros.  
- João Pessoa, 2025.  
154 f. : il.

Orientação: Fernando Cauduro Pureza.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História social. 2. Movimento popular rural. 3.  
Seca. I. Pureza, Fernando Cauduro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94:3(043)

**“UM POVO FAMINTO PODE SE ALIMENTAR DE PODER”: SAQUES NO  
SERTÃO PARAIBANO E SUA TRADIÇÃO DE RESISTÊNCIA (1979 - 1984)**

Ana Laura Santos Medeiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza  
(Orientador – PPGH-UFPB)

---

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido  
(Examinador Externo – FECLESC-UECE)

---

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira  
(Examinador Interno – PPGH-UFPB)

---

Profa Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva  
(Suplente Interna - PPGH-UFPB)

---

Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz  
(Suplente Externo - UNIPAMPA)





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 320 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do(a) mestrando(a) ANA LAURA SANTOS MEDEIROS, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14:30h, em sessão virtual realizada no(a) Sala <https://meet.google.com/ubd-tysg-uxb>, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria do(a) mestrando(a) ANA LAURA SANTOS MEDEIROS, matrícula 20231006769, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre(a) em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa HISTÓRIA E REGIONALIDADES, conforme encaminhamento do(a) professor(a) GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, coordenador do PPGH/CCHLA/UFPB, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho do(a) mestrando(a) foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): FERNANDO CAUDURO PUREZA (UFPB – Orientador(a) e Presidente da sessão), TYRONE APOLLO PONTES CÂNDIDO (UECE - Examinador(a) Externo(a) à Instituição), e TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA (UFPB - Examinador(a) Interno(a) ao Programa). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu em sessão virtual realizada no(a) Sala <https://meet.google.com/ubd-tysg-uxb>, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o(a) presidente FERNANDO CAUDURO PUREZA apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou o(a) mestrando(a) para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado **"UM POVO FAMINTO PODE SE ALIMENTAR DE PODER": SAQUES NO SERTÃO PARAIBANO E SUA TRADIÇÃO DE RESISTÊNCIA (1979 - 1984)**". Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação do(a) mestrando(a). Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:

A banca considera que a pesquisa é relevante do ponto de vista social e historiográfico, sendo que trata de um tema pouco estudado pela historiografia paraibana, ainda que tenha estudos em outras regiões do país. A banca fez uma série de apontamentos para o aprimoramento do trabalho para sua versão final e para o desenvolvimento de pesquisas futuras. Por fim,



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

considera que a dissertação é um trabalho relevante, contribuindo com a linha de pesquisa História e Regionalidades do Programa.

- 35 Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADO**. Deve a secretaria do PPGH/CCHLA/UFPB, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, coordenador do PPGH/CCHLA/UFPB, lavrei a
- 40 presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pelo(a) mestrando(a).

João Pessoa, 27 de agosto de 2025.

45

Orientador(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FERNANDO CAUDURO PUREZA  
Data: 27/08/2025 16:58:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

50

Examinador(a) Externo(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** TYRONE APOLLO PONTES CANDIDO  
Data: 28/08/2025 10:20:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

55

Examinador(a) Interno(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA  
Data: 27/08/2025 17:12:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANA LAURA SANTOS MEDEIROS  
Data: 28/08/2025 15:34:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta dissertação não seria possível sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas às quais expresso minha profunda gratidão.

Ao meu orientador, Fernando Pureza, agradeço pela orientação sempre precisa, paciência de sobra e incentivo constante. Sem sua compreensão e rigor científico, eu não teria sido capaz de finalizar esse trabalho. Muito obrigada pela companhia nessa jornada, da graduação até aqui.

Aos professores e amigos da UFPB, meu sincero agradecimento pelas contribuições durante as disciplinas, discussões e momentos de aprendizado compartilhados, da sala de aula ao bar.

Aos amigos que me rodeiam, pelo companheirismo, pelas palavras de encorajamento e pelos momentos de descontração que ajudaram a tornar essa caminhada mais leve.

À minha família, especialmente meu pai Paulo e minha mãe Márcia, meu amor e gratidão por acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais difíceis. De uma forma ou de outra, este trabalho é também de vocês.

À família do meu coração, Poliane e Laura, que sempre me incentivaram mesmo sem entender muito bem o que eu estava estudando. A parceria de vocês sempre faz dos meus dias melhores.

À minha companheira de vida, Laís, que vivencia comigo essa trajetória desde o início da graduação até agora, chegando ao final da pós graduação. Quem esteve ao meu lado em todos os momentos, suportando minhas ausências, mas sempre me incentivando nos momentos em que não acreditei ser capaz de concluir este trabalho. Sem você, nada disso seria possível. Essa conquista é tão sua quanto minha.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, o meu muito obrigada.

## RESUMO

A presente dissertação visa analisar a movimentação popular dos saques realizados durante o período da última grande seca do século XX que afetou o Nordeste brasileiro, mais especificamente na mesorregião<sup>1</sup> do Sertão da Paraíba. Durante os anos de 1979 e 1984, o interior do Estado fora assolado por duas catástrofes simultâneas: Uma natural (a estiagem) e outra de caráter humano (negligência estatal). É a segunda que nos interessa aprofundar através da óptica thompsoniana, confrontando a perspectiva espasmódica da movimentação popular frente às consequências da seca. Através da análise qualitativa de periódicos e relatórios de órgãos estatais, proponho a construção de um repertório acerca da tradição de resistência camponesa paraibana por meio dos saques em momentos de seca.

**Palavras-chave: História Social; Seca; Movimento popular rural.**

---

<sup>1</sup> De acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE no tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em 4 mesorregiões, assim denominadas: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano (...) Mesorregião do Sertão Paraibano (Microrregiões Geográficas de Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra do Teixeira).” (AES, 2007).

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the popular movement of looting during the period of the last great drought of the 20th century that affected the Brazilian Northeast, more specifically in the Sertão mesoregion of Paraíba. Between 1979 and 1984, the interior of the state was hit by two simultaneous catastrophes: one natural (the drought) and the other of human nature (State neglect). It is the latter that we are interested in looking at from a Thompsonian perspective, confronting the spasmodic perspective of popular movement in the face of the consequences of the drought. Through qualitative analysis of periodicals and reports from public agencies, I propose the construction of a repertoire about the tradition of peasant resistance in Paraíba through looting in times of drought.

**Keywords:** Social History; Drought; Rural popular movement.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>Apresentação da pesquisa</b>	
<b>Breves considerações metodológicas e teóricas</b>	
<b>CAPÍTULO I: Desafios do Nordeste: A Seca, a fome e os movimentos populares.....</b>	<b>39</b>
1.1 Um breve apanhado sobre a história da seca e da fome no Nordeste.....	39
1.2 Movimentos populares rurais no Nordeste brasileiro nos anos anteriores à seca de 1979.....	46
1.3 A seca de 1979 e as frentes de emergência.....	56
<b>CAPÍTULO II: A Paraíba no fim do século XX: Política, economia e o papel da imprensa na construção do cenário de crises.....</b>	<b>63</b>
2.1 A Paraíba no final do século XX (cenário político e econômico nas vésperas da seca).....	64
2.2 Seca e saques na Imprensa: O jornal como organizador político das elites.....	75
2.3 Território Vigiado: O Sertão Paraibano sob a Lupa do SNI.....	87
<b>CAPÍTULO III: O flagelado, a violência e a luta coletiva: Reflexões sobre classe, gênero e identidade na Paraíba.....</b>	<b>99</b>
3.1 O “flagelado” como parte da estrutura de sentimento da elite.....	100
3.2 A multidão como arma dos despossuídos: anonimato e ameaça como estratégias de enfrentamento.....	117
3.3 Famílias em luta — para pensar gênero e coletividade.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Exemplo da documentação do SNI.....	18
<b>Imagem 2</b> - Trabalhadores ameaçam invasão.....	21
<b>Imagem 3</b> - Recorte do Diário de Pernambuco.....	37
<b>Imagem 4</b> - Cidades paraibanas em que ocorreram saques (1979 - 1984).....	55
<b>Imagem 5</b> - Desempregados saqueiam São Paulo.....	79
<b>Imagem 6</b> - Saque generalizado em Cajazeiras-PB.....	82
<b>Imagem 7</b> - Trabalhadores invadem cidades do Vale do Piancó.....	108
<b>Imagem 8</b> - Agricultores reivindicam trabalho e alimentos em Patos.....	117
<b>Imagem 9</b> - Trabalhadoras da frente de emergência de Patos.....	131
<b>Imagem 10</b> - Trabalhadora agrícola das frentes de emergência.....	133
<b>Imagem 11</b> - Mulheres saqueando feira em Cajazeiras.....	138

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Excerto da Base de Dados - Paraíba.....	12
<b>Tabela 2</b> - Ações da multidão no Ceará (por secas).....	53
<b>Tabela 3</b> - Ocorrências de saques na Paraíba durante a seca de 1979 à 1984.....	54



## INTRODUÇÃO

*Julgo que os bons historiadores, quer pensem sobre isto quer não, tem o futuro em seu sangue. Além da pergunta “por quê?”, o historiador também faz a pergunta “para onde?”*

*(CARR, 1982, p. 142)*

Refletir sobre os movimentos sociais na área da historiografia é um desafio complexo. Dentro desse campo temático, há uma infinidade de possibilidades de estudo, o que torna essa tarefa tanto difícil quanto fundamental para a sua compreensão dentro dos Mundos do Trabalho<sup>2</sup>. O estudo dos movimentos sociais é relativamente novo na historiografia e tem sua origem na escola dos Annales, que construiu a abordagem da História Social conhecida atualmente. Portanto, nas últimas décadas, têm surgido muitas discussões no meio acadêmico, incluindo a análise e classificação dos movimentos sociais, que constitui um dos temas que pretendo abordar nesta dissertação.

Expandir a historiografia no que tange às ações de resistência dos trabalhadores se faz necessário tendo em vista que a existência de uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes<sup>3</sup>. Atos de resistência frente às condições de opressão surgem e surgirão até o advento de uma nova sociedade. Até lá, caberá a nós, historiadores, analisar e compreender quais são as tais condições de opressão, quem são aqueles que resistem a elas e como resistem. Tendo isso em vista, propomos uma investigação sobre um tema pouco analisado até então e que pode agregar uma nova perspectiva acerca das práticas de resistência dos trabalhadores rurais paraibanos no fim do século XX.

A teoria basilar que ergue esta pesquisa advém do historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson. Thompson dedicou sua vida e obra à luta pelos direitos dos trabalhadores ingleses, sempre transitando entre a vida acadêmica e a militância política. Apesar de sempre exercitar sua práxis política, o historiador

---

<sup>2</sup> Como referência ao termo cunhado em HOBBSAWM, E. J. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>3</sup> MARX. Miséria da filosofia. p. 219.

marxista escreveu obras e desenvolveu teorias de grande valor para a História Social. Algumas delas serão utilizadas para o desenvolvimento da nossa análise, principalmente o livro *Costumes em Comum* (1988).

Em sua obra, Thompson nos leva a refletir sobre a resistência dos camponeses da Inglaterra no século XVIII frente à reforma modernizante que ocorria na época. Se armando com tradições e costumes, esses camponeses resistiram para manter viva sua cultura de tempos imemoriais. Dentro de suas considerações, Thompson nos mostra que os trabalhadores ao redor do mundo reagem das mais diversas maneiras frente a situações de opressão, e que toda forma de resistência é válida de acordo com seu contexto histórico local<sup>4</sup>. No campo da História Social brasileira, os historiadores Maria Verônica Secreto<sup>5</sup> e Frederico de Castro Neves<sup>6</sup> foram precursores no uso do método thompsoniano aplicado ao Nordeste do país, onde analisaram a realidade dos trabalhadores desta região.

Em termos semelhantes, torna-se possível analisarmos os costumes e formas de resistência dos trabalhadores rurais paraibanos ao final do século XX. Tendo isto em vista, a teoria de uma Economia Moral da Multidão desenvolvida pelo historiador inglês também nos possibilita uma leitura de tradição de resistência no Brasil do século XX, com suas devidas aplicações. Analisar a prática dos saques pelos trabalhadores rurais paraibanos durante o período de 1979 a 1984, através de uma ótica thompsoniana, é um estudo que viabiliza traçar um repertório sobre a ação das multidões frente a fome, tema que ainda se faz muito presente nos dias atuais e que a historiografia deve alcançar.

“O “direito à subsistência” aponta todos os diversos meios pelos quais as pessoas têm acesso aos alimentos essenciais, quer diretamente, pela agricultura de subsistência, quer pelas provisões fornecidas pelo empregador ou senhor (em sua casa), quer pela compra dos produtos no mercado. Um período de fome é provocado pelo colapso desse direito à subsistência, e o mérito dessa abordagem é que não só nos informa que diminuiu a quantidade de alimentos disponíveis, mas também examina “por que alguns grupos tinham de morrer de fome, enquanto outros podiam se alimentar [...]. O que permite que um grupo, e não outro, se apodere dos alimentos existentes?” (Thompson, 1989 [1980], p. 176).

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>5</sup> SECRETO, Maria Verônica. **Desmedidos: A revolta do quebra-quilos (1874 - 1876)**. Rio de Janeiro Mauad X: FAPERJ, 2011.

<sup>6</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumar, 2000

O pontapé inicial desta pesquisa, assim como meu interesse na área da História Social e dos Saques na Paraíba (1979 - 1984), tem origem na Iniciação Científica durante a graduação em História nesta mesma Universidade. Desde o ano de 2019 com a orientação do Professor Dr. Fernando Pureza este projeto vem sendo desenvolvido na grande área da História Social, rendendo também como inspiração para minha monografia. Inicialmente no Programa Institucional de Iniciação Científica durante duas vigências (2019-2020 e 2020-2021) pudemos parir este projeto. A experiência do PIBIC me proporcionou conhecer em primeira mão o processo de construção da História, e foi neste referido processo, de encontrar nos documentos inertes uma narrativa que ainda não havia sido descoberta e então poder proporcionar vida a tais histórias, que me encontrei pela primeira vez pertencente ao ofício do historiador.

Poder continuar desenvolvendo esse tema e me manter em contato com as fontes se tornou uma missão em continuidade, tendo em vista as lacunas e possibilidades que foram deixadas em aberto devido às limitações de uma monografia. O tema ainda permite desenvolvimento científico mais aprofundado, através do cruzamento com novas fontes e novas questões.

No que diz respeito ao primeiro ano da Iniciação Científica, desenvolvemos uma pesquisa intitulada “Mapeando saques e motins no Nordeste brasileiro em tempos de hiper-inflação (1979-1984)” com o objetivo de mapear ocorrências de saque no Nordeste brasileiro, levando em consideração a grande seca de 1979, o processo de hiperinflação que nossa moeda sofria e também o processo de redemocratização que o país passava nos últimos anos da ditadura civil-militar. Através dessa pesquisa quantitativa, pudemos construir uma Base de Dados (quadro 1) referente a quantidade de levantes populares relacionados à estiagem e a fome nos interiores do Nordeste encontrados nos periódicos. A metodologia que possibilitou o levantamento dos dados, formulação do mapa e de gráficos foi a prospecção de periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde foram investigados diversos jornais, principalmente *O Diário de Pernambuco*. Essa referida Base de Dados será usada nesta dissertação como uma de suas fontes primárias.

**Tabela 1** - Excerto da Base de Dados - Paraíba

Referência	Data	Local	Breve resumo
“Flagelados invadiram armazém de estivas e açougue público.” In. <i>Diário de Pernambuco</i> , 20 de abril de 1979. Edição 00106. p. 9.	20/04/1979	Catolé do Rocha	Em Catolé do Rocha (Paraíba), flagelados invadiram um armazém de estivas e o açougue público à procura de alimento.
“Tentativa de saque em Brejo do Cruz — PB.” In. <i>Diário de Pernambuco</i> , 25 de abril de 1979. Edição 00110. p. 29.	25/04/1979	Brejo do Cruz	Em Brejo do Cruz — PB houve tentativa de saque, mas fora controlada pelo prefeito José Fernandes de Alencar.
“Mulheres e crianças saqueiam comércio no Sertão da Paraíba”. In. <i>Diário de Pernambuco</i> , 4 de maio de 1980. Edição 00118. Capa.	04/05/1980	Diamante	Em Diamante, 70 mulheres, conduzindo filhos pequenos, saquearam comerciantes. Não houve tempo para a repressão policial.
Ibidem.	Ibidem	Boqueirão dos Coxos	Em Boqueirão dos Coxos, 400 pessoas famintas invadiram a cidade em fuga de fazendas e sítios onde a seca já dizimou toda a lavoura.

Fonte: Elaborado a partir da análise qualitativa dos periódicos (1979 - 1984).

O plano de trabalho do segundo ano da pesquisa, “Quem são os saqueadores? Uma análise sobre saques e motins no Nordeste brasileiro em tempos de hiperinflação (1979-1994)”, teve como objetivo dar continuidade ao projeto iniciado no mapeamento, desenvolvendo agora uma pesquisa qualitativa em cima da Base de Dados construída no primeiro ano da pesquisa. Dessa forma,

desenvolvemos um quadro tipológico sobre os chamados “saqueadores”, aqueles que estavam envolvidos nas ações populares relacionadas à fome e ao desemprego gerados pelo fenômeno político da seca nesse período. Os resultados recolhidos durante a vigência incrementaram a pesquisa inicial dando cara e personificando as pessoas que eram silenciadas pelos periódicos analisados.

Encerrando a trajetória dos saques e saqueadores na graduação escrevi minha monografia intitulada “para além da política institucional: uma análise dos saques contra a fome no nordeste brasileiro (1979 - 1984)”. Nesta pesquisa, analisei sob uma ótica thompsoniana, as ações coletivas e populares de saques realizados nos interiores nordestinos do Brasil durante o período de 1979 a 1984. Também levando em consideração o contexto histórico nacional de final da ditadura civil-militar e de hiperinflação, assim como o contexto histórico regional das relações de poder estabelecidas entre camponeses e elite local, me propus a expandir o estudo acerca da politização e despolitização desses saques e ameaças de saques, tendo como base o conceito de Economia Moral da Multidão cunhado por Edward P. Thompson referente a cultura camponesa na Inglaterra do século XVIII.

Deste modo, há cinco anos (e contando) me encontro imersa nesta pesquisa. Neste novo capítulo da jornada, surge a necessidade de afunilar geograficamente o recorte de análise, agora para a região do estado da Paraíba, tendo em vista que até então que as prospecções iniciais, como cabiam em uma monografia, estavam postas numa visão geral da grande área do Nordeste. Agora, com espaço e tempo dedicado para aprofundar a análise numa dissertação, teremos como objetivos preencher as lacunas deixadas na monografia: realizar uma leitura crítica da idealização/construção do Nordeste como região unificada; discutir a seca enquanto fenômeno social e político, assim como compreender as especificidades do Sertão paraibano em relação a seca e os saques através da teoria da economia moral de E. P. Thompson.

A escolha de análise de saques na Paraíba de 1979 a 1984 se faz devido a algumas considerações. Como dito anteriormente, os saques enquanto categoria de movimentação popular válida dentro da historiografia é um tema pouco analisado, principalmente no que se trata do período do final do século XX. É possível enxergar análises de ação da multidão em 1874 - 1876<sup>7</sup> — com a Revolta dos quebra-quilos

---

<sup>7</sup> SECRETO, Maria Verônica. **Desmedidos: A revolta do quebra-quilos (1874 - 1876)**. Rio de Janeiro Mauad X: FAPERJ, 2011.

na Paraíba — e 1950<sup>8</sup> — com as ações de massas no Ceará — no final do século XIX e início do século XX, mas não no período aqui proposto. Compreendo a análise crítica dessa prática política dos trabalhadores paraibanos na História do Brasil como validação da resistência popular organizada, assim como o são as greves, paralisações, ou formações de quilombos, os saques, nesse contexto, manifestam a voz dos camponeses silenciados.

O recorte geográfico que se dá a este tema é feito com intuito de uma maior aproximação com um volume mais amplo de fontes. Para além das fontes encontradas digitalmente, a documentação, como jornais, periódicos e entrevistas, que estão nos acervos da capital da Paraíba, de onde pretendo realizar esta pesquisa, possibilita um enriquecimento muito maior do trabalho. Para além disso, o recorte temporal da pesquisa segue o levantamento de dados feito até então no periódico *Diário de Pernambuco*, referentes à quantidade de saques no Estado da Paraíba no período mencionado.

O período de 1979 a 1984 se justifica por alguns motivos. Pretendemos analisar os saques decorrentes da fome que se deu durante a última grande seca do século XX ocorrida durante os anos de 1979 a 1984<sup>9</sup>. É também durante esses anos que podemos enxergar um período de hiperinflação em todo país, o que influi diretamente na alta dos preços dos alimentos, bem como no rebaixamento do poder de compra dos salários. Além do mais, pretendo analisar, da mesma forma, como o período de decadência da ditadura civil-militar e o governo do ditador João Figueiredo lidou com a seca no Nordeste e especificamente, na Paraíba através da atuação dos governadores Tarcísio Burity (1979 - 1982), Clóvis Cavalcanti (1982 - 1983) e Wilson Braga (1983 - 1986), últimos três eleitos durante o regime ditatorial e pertencentes ao Partido Democrático Social (PDS) sucessor direto do ARENA.

Uma análise dos saques e motins no nordeste brasileiro através da leitura de Thompson é um tema que tem muito a contribuir para a historiografia brasileira. Durante a última grande seca, a mídia local muito se posicionou situando a multidão de saqueadores enquanto meros flagelados, coitados sem consciência que reagem impulsivamente frente diante da fome. É entendido na História tal colocação como uma visão espasmódica da história popular<sup>10</sup>, que teoriza a ação popular de gente

---

<sup>8</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 161

<sup>9</sup> FARIAS, Ailton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015

<sup>10</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150.

comum como um inconveniente a gente comum não pode ser lida como agente histórico por não ter consciência de seus atos e agir em “períodos de repentina perturbação social”.

“Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência.” (Thompson, 1998, p. 152).

Entretanto, devemos ir de encontro com tal visão para concluir o inverso do que aqui é dito: a história é feita por todos, não apenas pela elite. Destrinchar a teoria de Thompson nos possibilita escrever nossa história local pelos olhos da gente comum; entendendo os sujeitos subalternos como agentes históricos.

Para a construção de um repertório de ação popular na História do Brasil que remete aos saques na década de 80, faremos um recuo temporal para apresentar e explicar os movimentos populares precedentes. No período do Brasil Imperial, observamos revoltas em que podemos pontuar seu caráter milenarista<sup>1112</sup>. Vale pontuar os casos de Antônio Conselheiro em Canudos (1897); os seguidores de Padre Cícero, durante a grande seca de 77 (1877); a revolta dos quebra-quilos (1872 - 1877) e a do Ronco da Abelha (1851 - 1852). Estes são alguns dos exemplos que nos mostram como um repertório de cultura política popular pode ser hipotetizado para a História do Nordeste brasileiro ao longo do tempo. Não obstante, outras revoltas e motins devem ser citados como precursores e/ou representativos de tal cultura na região.

O conceito de Cultura Política está atrelado ao retorno da História Política, que ocorreu nos anos 1980. Após um período de ostracismo em favor da Nova História, defendida pelos Annales com um viés voltado para o social e contrário a uma História Política positivista, o estudo da História Política ressurgiu no final do

<sup>11</sup> Como visto em Baumgartner (1999), o Milenarismo é a crença de um grupo ou movimento religioso, social ou político em uma transformação fundamental da sociedade, após a qual “todas as coisas serão mudadas”. In.: Baumgartner, Frederic J. (1999). *Longing for the End: A History of Millennialism in Western Civilization*. Nova Iorque: Palgrave. pp. 1-6

<sup>12</sup> Aqui, é importante notar como o milenarismo no Sertão foi também uma estrutura social prática para lidar com a instabilidade ambiental. In.: DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: A Criação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. — São Paulo: Veneta, 2022. p. 178.

século XX, repaginado, agora com uma abordagem que também contempla as questões sociais. Nesse contexto, surgem igualmente as discussões em torno dos conceitos de Cultura e Cultura Política. Em seu artigo “A história política e o conceito de cultura política”<sup>13</sup>, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta já apontava, nos anos 1990, que a definição conceitual de cultura é extremamente polêmica: “Cultura, então, seria o conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições partilhados por determinado grupo humano e que lhe conferem uma identidade.”<sup>14</sup> Da mesma forma, o conceito de cultura política também pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário partilhados por determinado grupo, tendo como objeto fenômenos políticos: “Assim como a conceituação geral de cultura, só faz sentido falar-se em cultura política quando se trata de normas, valores, etc razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que são reproduzidas por várias gerações.”<sup>15</sup>

A partir dessa concepção, será possível hipotetizar a existência de um repertório de cultura política popular no contexto da História do Nordeste brasileiro, especialmente observando-se as mobilizações sociais durante os períodos de estiagem. Os saques a armazéns e feiras, frequentemente protagonizados por populações marginalizadas em momentos de extrema escassez, podem ser compreendidos como expressões de um imaginário político específico, enraizado na experiência coletiva da fome, da exclusão e da reivindicação por justiça social. Assim, veremos como tais ações configuram-se como manifestações de uma cultura política popular, marcada por valores, atitudes e estratégias de enfrentamento forjadas historicamente no interior das dinâmicas sociais do sertão paraibano.

Chegando finalmente no período de análise, trabalhamos com dados levantados durante pesquisa documental nos jornais *Diário de Pernambuco*<sup>16</sup>, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e *A União*, disponível no Arquivo Histórico Waldemar Duarte. Como material complementar, analisamos os

---

<sup>13</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. LPH: REVISTA DE HISTÓRIA. N 6, 1996

<sup>14</sup> Ibid. p. 93.

<sup>15</sup> Ibid. p. 95.

<sup>16</sup> A escolha do *Diário de Pernambuco* como periódico a ser utilizado se deu devido a familiaridade com a fonte, assim como por sua cobertura bastante atenta às movimentações dos saqueadores não apenas em Pernambuco, como também aos estados circunvizinhos. Este periódico foi utilizado durante pesquisa anterior, onde foi possível construir uma base de dados acerca dos saques realizados no Nordeste entre os anos de 1979 e 1984.




relatórios policiais do Serviço Nacional de Informações (SNI) disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Através do *Diário de Pernambuco* chegamos ao número de 169 ocorrências de saque no Nordeste brasileiro entre os anos de 1979 e 1984. Estreitando o recorte geográfico e focando apenas no estado da Paraíba, teremos a quantia final de 31 ocorrências em 20 cidades no mesmo período, para além das ameaças de saque e outras movimentações populares. Já no Jornal paraibano *A União*, as recorrências de saques sobem e se mostram mais constantes com 103 saques em 43 cidades do estado. Somando os resultados dos dois periódicos e subtraindo as ocorrências sobrepostas, chegamos a um número final de 120 movimentações populares referentes à saques no estado da Paraíba.

Através do Arquivo Nacional levantamos 112 documentos do SNI onde podemos encontrar descrições dos saques; relato de participação ativa de agentes da Igreja, partidos políticos e sindicatos; entre outros detalhes relevantes para a compreensão e construção do corpo dessa ação dos trabalhadores (imagem 1). Tais documentos são, em sua maioria, relatórios policiais confidenciais de circulação interna do SNI. Assim, se possibilita uma análise crítica não só dos eventos, como também daqueles que o descreviam, nesse caso, os agentes de segurança do SNI.

**Imagem 1** - Exemplo da documentação do SNI

**CONFIDENCIAL**

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA RECIFE



INFORMAÇÃO N.º 191 / 118 / ARE / 81

DATA: 31 JUL 81

ASSUNTO: AGITAÇÃO NA ÁREA DA SECA NA PARAÍBA  
ATUAÇÃO DA IMPRENSA E POLÍTICOS

ORIGEM: -

REFERÊNCIA: TLX Nº 090/16/AC/81, de 12.03.81

DIFUSÃO ANTERIOR: -

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO: -

CÓPIA REMETIDA AO DI  
 ACE n.º 1889/81

1. Recentemente, foi dado início a desativação do PROGRAMA DE EMER GÊNCIA em vários municípios enquadrados no Polígono das Secas. A de sativação coincide com a mudança da sistemática de prestação de ser viço, que deixará de ser feita apenas a nível de propriedade rural, para ficar diretamente vinculada às prefeituras municipais das re giões atingidas pelas estiagens.

Nesse contexto, vários políticos condenaram a descontinuidade dos projetos implantados para enfrentar os efeitos da seca. Segundo os parlamentares, a ausência de uma programação continuada, naquele sen tido, é a principal causa da crise permanente que vive o NORDESTE e do agravamento da instabilidade social.

2. A exemplo do que ocorreu no período que antecedeu o início do período chuvoso na Região, registrou-se, recentemente, alguns casos de invasões, saques e ameaças desses incidentes em alguns municí pios da área, notadamente no Estado da PARAÍBA. Nesse aspecto, a im prensa vem atuando como força catalizadora desses acontecimentos, cujas origens estão na necessidade de obter trabalho e alimento, e no incitamento por parte de terceiros.

**CONFIDENCIAL**

Portanto, com esses dados se torna possível afunilar a análise geograficamente para obtermos resultados mais claros e específicos nesta pesquisa, a fim de apreender os detalhes e *modus operandi* das multidões de saqueadores, ampliando cada vez mais a temática dentro da História Social. Além disso.

Como dito acima, utilizaremos como fontes nessa pesquisa periódicos

nacionais e regionais que nos possibilitam analisar casos e ocorrências de saques nos interiores do Nordeste e, agora especificamente, no Sertão paraibano. Apesar da riqueza das informações que são possíveis coletar nas fontes, também é preciso manter o cuidado ao utilizarmos desse tipo de fonte para a construção da História. Em *História dos, nos e por meio dos periódicos* (2005), Tania Regina de Luca nos traz algumas ressalvas sobre o uso dos jornais como fonte para o conhecimento da História. Na década de 60, após ser aberta a possibilidade de uso de novas fontes com A História Nova dos *Annales*, alguns historiadores levantam suas suspeitas acerca dos periódicos. Pintados como a “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” ou mesmo uma fonte de “complexidade desanimadora” essa fonte não foi aceita com facilidade. Entretanto, a partir da década de 70, com o livro *O Bravo Matutino* surge a novidade do uso do jornal como fonte principal de investigação e análise crítica.<sup>17</sup>

Com uma análise dos periódicos, procurando saber o como, quando, onde e porquê por detrás de cada ocorrência a ser utilizada nesta pesquisa, será possível garantir a credibilidade da História a ser construída. Além disso, também se faz de extrema importância a percepção do conteúdo para além da capa do jornal, no que refere-se a entendermos quem eram aqueles que estavam por detrás do alto escalão da mídia local e quais eram suas intenções na construção da narrativa como foi feita. Sobre a importância de um olhar crítico por parte do historiador frente aos periódicos, Tania de Luca escreveu

“De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (...) Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos (...) Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos.” (Luca, 2005, p. 140).

No caminho que esta pesquisa percorreu até o momento, observamos como foi construída uma narrativa que entendia os trabalhadores que saqueavam os

---

<sup>17</sup> LUCA, Tania de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In.: PINSKY, Carla B. Fontes Históricas. Editora Contexto, 2005.

armazéns, caminhões, feiras municipais e demais lugares como “flagelados da seca”. A ideia desses trabalhadores como agentes passivos de sua própria história não é construída em vão. Os jornais, controlados pelas elites locais, tecem a ideia de uma passividade para minimizar as ações dos milhares de homens, mulheres e até mesmo crianças que saqueavam as cidades dos interiores. Exemplos podem ser vistos nas páginas dos periódicos, tanto nos textos quanto nas imagens.

“ ‘Ninguém pode combater a fome com a polícia’, declarou, ontem, o governador Tarcísio Burity ao transmitir instruções à Secretaria de Segurança no sentido de que não reprima, com violência, os grupos de flagelados que estão se concentrando em diversas cidades do Estado. Ele considera a situação de ‘calamidade’ e não acredita na infiltração de pessoas estranhas entre os flagelados. (...) Para o governador Tarcísio Burity, as invasões às cidades e tentativas de saques ao comércio, ‘refletem o desespero da população flagelada’. Ele garante que até o momento não tomou conhecimento da presença de pessoas estranhas insuflando o povo faminto.” (Jornal A União, 12 de março de 1981).

Este excerto possibilita não só analisarmos a perspectiva do jornal, como também a perspectiva do governador do estado da Paraíba na época, Tarcísio Burity. Ambas as perspectivas seguem alinhadas na manutenção da ideia de um cenário não politizado, em que a fome e o desespero por ela causada são as únicas motivações possíveis para as mobilizações dos saqueadores.

## **Imagem 2 - Trabalhadores ameaçam invasão**



(Jornal *A União*, 15 de junho de 1980)

Na imagem é possível ver não só a multidão de pessoas que se mobilizam para reivindicar seus direitos, mas também, em contraponto, a legenda da imagem caracteriza os agentes da foto como meros trabalhadores famintos, termo que é usado em recorrência nos jornais. Partindo do mesmo pressuposto levantado por Thompson de uma visão espasmódica da história; aquela que posiciona os agricultores, nesse caso, como agentes passivos e apolíticos, incapazes de conceber a ideia de uma mobilização politicamente organizada.

As elites locais não se estabelecem no poder apenas por seu caráter econômico, mas também defendem a manutenção de seus interesses através de posições importantes na política regional e controle da esfera cultural. Tal análise é construída por Antonio Gramsci em *Cadernos do Cárcere* (1999), no que ele viria a estabelecer como uma perspectiva totalizadora frente à realidade social<sup>18</sup>. Levando

<sup>18</sup> BRAVO, Guilherme Pigozzi; OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. O Partido Midiático: imprensa e construção da hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 6., 2014, São Paulo. Anais eletrônico [...]. São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/home/eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o\\_partido\\_guilherme.pdf](https://www.marilia.unesp.br/home/eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o_partido_guilherme.pdf). Acesso em: 24 julho 2024.

em consideração que a mídia constitui um espaço político em disputa<sup>19</sup>, fica claro que os jornais locais de maior influência não estariam em outras mãos que não a da elite local. Ao analisar a História da Paraíba no decorrer da pesquisa, será possível observar como as elites locais ocupam seus espaços no Estado também através do controle da mídia, mantendo seus interesses políticos em vigência. Um apontamento que suscita essa afirmação pode ser feito, mais uma vez, nas fontes, tendo em vista que o periódico *A União* reflete as perspectivas políticas do governador da época.<sup>20</sup>

O jornal *A União*, fundado em 1893, desempenhou um papel central na construção da memória oficial da Paraíba, atuando como veículo de divulgação das diretrizes políticas e ideológicas do Governo do Estado. Enquanto órgão oficial de imprensa, *A União* funcionava como “porta-voz do governo, reafirmando os projetos da administração vigente e promovendo uma identidade estadual alinhada aos interesses do poder” (Pereira, 2006, p. 3)<sup>21</sup>. Sua linha editorial refletia uma estreita relação com a elite regional, sendo instrumentalizado para legitimar a ordem social vigente e consolidar uma narrativa histórica que favorecia os grupos dominantes. Como destaca Pereira (2006), o jornal “revelava pouco das tensões sociais” e priorizava “a exaltação das ações administrativas e o culto às figuras políticas de destaque”, silenciando vozes dissonantes e reforçando uma versão da história local centrada na atuação das classes dirigentes (p. 4). Dessa forma, *A União* se tornou uma peça-chave no projeto de hegemonia cultural da elite paraibana, moldando o imaginário coletivo por meio de uma imprensa que pouco se distanciava dos interesses estatais.

Portanto, a interferência do Estado durante o período da seca não passa despercebida, e não necessariamente de maneira positiva. São diversos os

<sup>19</sup> Mais para frente nesta pesquisa, através da análise acerca da mídia local, se faz presente exemplos na historiografia de jornais populares construídos e utilizados pelos trabalhadores de modo a reivindicar seu espaço em um dos principais organismos sociais responsável pela elaboração e difusão de ideologias, o jornal.

<sup>20</sup> O jornal *A União* foi fundado com o objetivo de servir como um meio de conciliação política entre as lideranças paraibanas durante o período pós-golpe da Proclamação da República de 1889. Inicialmente ligado ao Partido Republicano, o jornal ganhou maior relevância na imprensa da Paraíba ao se consolidar como o veículo oficial do Estado. Ao longo da prospecção desta fonte foi possível observar os inúmeros apontamentos aos feitos e esforços positivos de Tarcísio Burity na gestão do estado da Paraíba; assim como, posicionamentos positivos referentes ao ditador da época, João Figueiredo.

<sup>21</sup> PEREIRA, João Paulo Costa Rolim; GONÇALVES, Regina Célia. A imprensa e a construção da história local: um estudo de caso sobre o jornal *A União*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PB, 12., 2006, Cajazeiras. Anais [...]. Cajazeiras: ANPUH-PB, 2006

registros encontrados de desvio de verba pública federal destinada a minimizar os flagelos da seca<sup>22</sup>. A ideia de uma economia moral dos flagelados reforça uma visão de autonomia dos camponeses, contrária àquela espasmódica, colocando os saqueadores como agentes ativos de sua História; aqueles que criam estratégias e organização política, tornando viável a realização dos saques e ameaças de saque. A narrativa dos jornais é, portanto, construída para deslegitimar o movimento dessas massas.



O desenvolvimento da reflexão proposta surge de um lugar de inquietação. Ao se estudar História Social, é possível verificar uma pluralidade das mais diversas análises de movimentos de resistência à dominação, sendo a grande maioria desses, formas de luta coletiva organizada politicamente, pública e/ou formal. Claro que tais movimentos populares podem ser considerados um objeto de estudo de mais fácil análise, considerando que tendem a deixar um rastro (documentação) nítido de suas ações. Entretanto, é quando iniciamos uma análise a partir da maior disponibilidade documental sobre um objeto, que outros tão relevantes quanto acabam por ficar longe dos holofotes da historiografia. É o caso dos saqueadores do Sertão paraibano, que seguem na sombra da escrita da história.

Os saques realizados no Sertão do estado da Paraíba constituem ação popular realizados, em sua maioria, por trabalhadores rurais frente às consequências da última grande seca do século XX (1979 - 1984)<sup>23</sup>. A falta de empregos, ausência de pagamentos dos salários das frentes de emergência, a escassez de subsídios, a atuação corrupta do poder público local e a dominação dos proprietários de terra sob os trabalhadores são apenas algumas das motivações que fomentaram a resistência dos camponeses expressa aqui por meio dos saques e suas ameaças.

---

<sup>22</sup> O conceito de *indústria da seca* é cunhado tendo em vista esse tipo de situação, em que as elites das regiões afetadas pela seca no Nordeste se apropriam irregularmente das verbas estatais destinadas à subsistência da população pobre das regiões e na Paraíba não foi diferente. Para saber mais sobre o conceito de indústria da seca e os beneficiários da seca, ver respectivamente FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. e BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

<sup>23</sup> FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015

Tal forma de resistência acaba por consistir num objeto de densa análise, e até então pouco observado. Isso se dá muito por sua movimentação anônima que acaba por produzir uma documentação oficial difusa sobre essa forma de luta coletiva. Sendo assim, é necessário o trabalho crítico de questionarmos as fontes, buscarmos alternativas e compreender historicamente a existência de certas lacunas nos jornais analisados. É, também, nesse propósito que surge a necessidade de uma teoria que testemunhe a favor das formas de resistências não-institucionais, ou seja, aquelas que fogem ao padrão de organização política. Portanto, é aqui onde surge espaço para as análises de Edward. P. Thompson e, posteriormente, James C. Scott

E. P. Thompson se debruçou no estudo sobre os movimentos de resistência popular na Inglaterra do século XVIII, entre os anos de 1709 e 1801. Do resultado dessa pesquisa nasceram muitas de suas grandes obras, com especial destaque para a coletânea de ensaios chamada *Costumes em Comum* (1998) que é utilizada até os dias atuais como base para entender costumes tradicionais e resistência popular ao redor do mundo.

A leitura de sua obra aprofunda uma visão sobre tais movimentos que vai de encontro com a teoria até então sustentada por alguns de seus contemporâneos<sup>24</sup>. Thompson se compromete em trazer para o campo da História uma visão não espasmódica da gente comum que lutava por seus direitos advindos dos costumes estabelecidos; direitos estes que possuíam, para aquela gente, mais relevância do que a própria lei do Estado.

“A lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, na Inglaterra do século XVIII, ela não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um” (Thompson, 1998, p. 19).

Claro que Thompson nos traz ótimas reflexões, mas certamente um tema dessa magnitude exige uma perspectiva teórica para além de um único autor. Devemos afunilar a perspectiva teórica trazida pelo historiador inglês. Portanto,

---

<sup>24</sup> Aqui, Thompson exemplifica a visão espasmódica da história compartilhada por alguns de seus contemporâneos, dentre eles: M. Beloff. *Public order and popular disturbances, 1660 - 1714*. (Oxford, 1938), p. 75.; R. F. Wearmouth, *Methodism and the common people of the eighteenth century* (1945), esp. caps. 1 e 2.; T. S. Ashton e J. Sykes. *The coal industry of the eighteenth century* (Manchester, 1929). p. 131.; Charles Wilson. *England's apprenticeship, 1603 - 1763* (1965), p. 345.; W. W. Rostow. *British economy in the nineteenth century* (Oxford, 1948), esp. pp. 122 - 5. In.: THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150.



tento trazer um pouco dos textos e autores que mais me guiaram na construção dessa análise para que possamos seguir uma linha de raciocínio teórica. Se falamos de Edward P. Thompson, é imprescindível falarmos também do americano James Scott e suas contribuições para a História Social.

James C. Scott, cientista político e antropólogo americano, utiliza da teoria de uma economia moral da multidão para analisar rebeliões e revoltas populares frente à dominação ocorrida no sudeste asiático em sua obra *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia* (1977), desenvolvendo assim uma aplicação da economia moral para além da Inglaterra em Thompson. Anos depois, Scott escreveria *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos* (1990), mais de dez anos depois de sua primeira grande obra, o antropólogo desenvolve neste novo livro uma visão incrivelmente detalhada acerca das formas de dominação estruturalmente análogas, teorizando também o conceito de *Infrapolítica*. Para Scott, *Infrapolítica* consiste na luta política e discreta realizada por grupos subalternos tendo como objetivo perpetuar seu discurso oculto.

“Apesar de um certo grau de institucionalização, as relações entre o senhor e o escravo, o proprietário e o servo, o hindu de casta superior e o «intocável» são formas de dominação pessoal que abrem amplo espaço a comportamentos arbitrários e caprichosos por parte dos superiores [...] O que desejo afirmar, isso sim, é que tal como se pode demonstrar que diferentes estruturas de dominação operam de modos comparáveis, pode observar-se, por sua vez, que elas desencadeiam, em condições idênticas, reacções e padrões de resistência globalmente comparáveis.” (Scott, 2013, p. 17).

É na ideia do “discurso oculto e anônimo” em Scott que podemos discorrer sobre a movimentação dos saqueadores nordestinos e, especificamente, paraibanos. Alguns dados que facilitam a visualização deste caso são provenientes de jornais da época, dentre eles o *Diário de Pernambuco*, onde era relatado a atuação dos saqueadores que, em multidões de mais de mil pessoas<sup>25</sup>, invadiam cidades gerando “um clima psicológico, ninguém sabe por quem, no sentido de estimular as frentes de serviços”<sup>26</sup> em quase todo o estado da Paraíba. Aqui é possível analisarmos justamente uma atuação nas entrelinhas do público e do

<sup>25</sup> “Cidade inteira chora a sorte dos famintos” In *Diário de Pernambuco*, edição 00123, p. 9.

<sup>26</sup> “Seca gera problemas em quase toda Paraíba” In *Diário de Pernambuco*, 18 de junho de 1976, edição 00163, p. 19.

privado, em que o anonimato<sup>27</sup> é utilizado como uma ferramenta para possibilitar a expressão da revolta, mas sem colocar em risco a segurança dos indivíduos que constituem a multidão. No texto *El delito de anonimato* (1984), Thompson introduz o uso da não-identificação como ferramenta de protesto social, evitando exposição frente às forças da repressão.

“La carta anónima de amenaza es una forma característica de protesta social en cualquier sociedad que haya traspasado un cierto umbral de alfabetización, en la cual las formas de defensa colectiva organizada sean débiles y las personas que puedan identificarse como organizadores de la protesta estén expuestas a una inmediata represalia.” (Thompson, 1984, p. 173).

De maneira similar, para Scott a arma dos pobres é a resistência indireta. Uma análise muito bem colocada do antropólogo americano está na ideia da descaracterização da resistência camponesa. O autor frisa a importância de observarmos não apenas as estratégias de resistência dos trabalhadores, mas também as estratégias de dominação e desmobilização por parte da classe dominante. Para Scott, “(...) muitos dos esforços dos camponeses serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância — em resumo, todas as etiquetas planejadas para denegrir as muitas faces da resistência” (Scott, 2002, p.30).

Tal perspectiva se faz muito relevante para a análise dos saques, pois é possível observarmos nesta pesquisa como a classe dominante estigmatiza os trabalhadores rurais que estavam saqueando como vagabundos, flagelados da seca e meros coitados, com o objetivo de diminuir os impactos e a força da movimentação popular desses trabalhadores. Através da mídia oficial, como os jornais locais diários, a elite expressava sua dominação controlando a imagem de quem eram esses saqueadores para a população geral.<sup>28</sup>

Dessa forma, podemos perceber como a leitura das obras de James Scott enriquecem as possibilidades de análise acerca da luta camponesa paraibana através dos saques, trazendo um grande arcabouço teórico que deve ser utilizado

<sup>27</sup> THOMPSON, E. P. *El Delito del Anonimato*. In.: Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

<sup>28</sup> Tais relatos foram encontrados na prospecção de periódicos e jornais que constitui ferramenta metodológica para a formação desta pesquisa. Os jornais utilizados até então foram: *Diário de Pernambuco*, *O Diário de Natal* e *O Poti*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também, os arquivos do *NUT-SECA(UFRN)* e o jornal *Folha de São Paulo*, disponível digitalmente no acervo do jornal.

para a compreensão do repertório da arte da resistência no sertão paraibano. Em termos mais amplos, a noção de infrapolítica, combinada com a ideia de economia moral, permite compreender que as ações dos camponeses não são marcadas apenas por espontaneísmo, mas sim por um profundo significado do mundo e das relações nas quais estão inseridos.

Levando em consideração a fundamentação teórica da História Social levantada até então como base para esta pesquisa, também se faz necessário chegarmos a novas leituras que não só complementam nossa bibliografia, como também se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento do pensamento historiográfico aqui a ser desenvolvido. Ampliar o leque de interpretações teóricas é uma forma, portanto, de olhar para um fenômeno cujos rastros empíricos são ainda escassos e difusos, o que possibilita fazer diferentes perguntas a estas fontes documentais.

Continuando a análise Thompsoniana de revoltas populares e abrindo os horizontes para novas leituras dentro desta pesquisa, proponho também de modo complementar seus contemporâneos *Walter Benjamin* e *Antonio Gramsci*. Ambos escritores nos trazem uma compreensão das ideias de Marx e Engels, assim como Thompson o fez, a partir de uma concepção dialética da história que valoriza as lutas das classes historicamente oprimidas<sup>29</sup>.

A partir de Benjamin, poderemos absorver a necessidade da construção de uma História das classes oprimidas, pois através dessa perspectiva se torna possível reescrever a história invertendo sua perspectiva: antes, de cima para baixo; agora, de baixo para cima.

“Sendo assim, Benjamin recusa qualquer identificação afetiva com os heróis oficiais, interessando por escrever a história no sentido contrário, tal qual salienta Michael Löwy: Benjamin se interessa pela salvaguarda das formas subversivas e antiburguesas da cultura, procurando evitar que sejam embalsamadas, neutralizadas, tornadas acadêmicas e incensadas pelo establishment cultural. É preciso lutar para impedir que a classe dominante apague as chamas da cultura passada, e para que elas sejam tiradas do conformismo que as ameaça (Löwy, 2012, p. 8).” (Bemvindo, 2020, p. 36).

Tais estudiosos citados até então têm em comum que suas contribuições são

---

<sup>29</sup> BEMVINDO, Vitor. Por uma História da Educação Politécnica: concepções, experiências e perspectivas. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

valiosíssimas para a historiografia social de forma que, perpassando uma análise das lutas de classes, nos possibilitam visualizar a História por lentes críticas e desenvolver novas pesquisas com base em suas leituras. Entretanto, outro ponto em comum que estes compartilham é sua origem europeia no século XX, fato que influencia diretamente seu modo de pensar e escrever a História, visto que a escrevem como homens de seu tempo<sup>30</sup>. Assim, se pretendermos fazer uma análise das lutas de classes na região do Nordeste brasileiro, e ainda mais especificamente no sertão da Paraíba, é de extrema importância afunilar as leituras, alcançando historiadores brasileiros, nordestinos e paraibanos que escrevem para elucidar o tema. Tendo isto em vista que trago também, para o fortalecimento desta análise, nomes como Frederico de Castro Neves, Maria Verônica Secreto, Lúcia Guerra e Francisco de Oliveira.

Neves e Secreto são dois historiadores sul-americanos que possuem forte influência do britânico Thompson em sua trajetória acadêmica e isso é refletido em suas obras acerca da historiografia brasileira. Ambos desenvolveram pesquisas sobre História agrária, revoltas camponesas e movimentos sociais na região Nordeste. Tais autores nos possibilitam uma leitura muito mais precisa, mostrando que há espaço e necessidade dentro da historiografia para os questionamentos pretendidos levantar no desenrolar desta dissertação. Secreto, por sua vez, consegue explicar a revolta dos Quebra-Quilos (1872-1877) mediante uma ótica thompsoniana que questiona a história oficial, da mesma forma que também reescreve, sobre uma perspectiva dos oprimidos, como a ação controversa desses trabalhadores impactou a história do Brasil no período regencial/imperial.

A historiadora então desenvolve a teoria de Thompson de uma Economia Moral dos Pobres<sup>31</sup> para uma Economia Moral Sertaneja<sup>32</sup>. É importante ressaltarmos que o trabalho feito por Secreto na obra *Desmedidos: A revolta dos quebra-quilos (1874 - 1876)* não teve a pretensão de realocar geograficamente a teoria de Thompson da Inglaterra para os sertões do Nordeste brasileiro, muito pelo contrário. Para utilizar o conceito do historiador inglês, Secreto destrincha a realidade dos homens pobres-livres no Brasil escravista, levando em consideração

---

<sup>30</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54-55. Tradução: André Telles

<sup>31</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 152.

<sup>32</sup> SECRETO, Maria Verônica. **Desmedidos: A revolta do quebra-quilos (1874 - 1876)**. Rio de Janeiro Mauad X: FAPERJ, 2011. p. 27.

as peculiaridades da sociedade analisada. Para tanto, a historiadora aponta algumas relações que devem ser levadas em consideração durante essa análise, tais como: dos homens com as terras; com os recrutadores; com os meios de subsistência e com magistrados, eclesiásticos e autoridades civis e militares<sup>33</sup>. Sua aplicabilidade do conceito de economia moral se faz de grande valia no desenvolvimento desta pesquisa, da mesma forma sendo realocada, mas dessa vez, para/com as peculiaridades dos saqueadores dos sertões da Paraíba de 1979 à 1984.

Já Neves, consegue nos trazer uma leitura ainda mais próxima da nossa temática. Quando analisa as consequências acarretadas pela grande seca de 1877 que assolou o nordeste brasileiro (e, no seu caso de análise, a cidade de Fortaleza no Ceará), o historiador consegue transcrever com riqueza de detalhes e uma análise crítica thompsoniana como os trabalhadores se organizavam e porque agiam. Suas obras trazem para esta pesquisa a possibilidade de dar continuidade a escrita de um repertório de cultura política no nordeste brasileiro; de 1877 a 1984 os trabalhadores rurais resistiram às injustiças sociais impostos em decorrência, ou não, das secas que acometem a região.

No excerto a seguir retirado da obra *Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877 - 1915)*, Frederico de Castro Neves disserta sobre o desenvolvimento da consciência de classe por parte dos trabalhadores flagelados pela seca de 1877 a partir dos ataques coletivos realizados nos centros de distribuição de alimentos e mercados públicos da região. De maneira similar, na seca de 1979, é possível enxergarmos a mesma abordagem por parte dos trabalhadores que saqueavam armazéns, mercados e feiras centrais.

“Ao longo dos anos, o aprendizado político levava os retirantes aos confrontos coletivos e às formas de organização da multidão como sujeito político, incorporando tradições de ação direta e negociação indireta, baseadas no paternalismo e sua “reciprocidade desigual”, com novas formas derivadas do trabalho coletivo nas obras públicas e nas estradas de ferro, baseada na disciplina e na hierarquia de funções.” (Neves, 2005, p. 125).

Para realizar uma rica análise sobre os saques na Paraíba entre os anos de 1979 e 1984 é necessário também uma bibliografia referente a História do Nordeste. As obras historiográficas *Elegia para uma re(li)gião* (OLIVEIRA, 2008) e *Raízes da*

---

<sup>33</sup> Ibid. p. 29.

*indústria da seca: o caso da Paraíba* (FERREIRA, 1993) são leituras indispensáveis para compreendermos o que é o Nordeste e como a seca, na região, está diretamente ligada à luta de classes. O primeiro, voltado para uma análise marxista que “se propõe a examinar as relações do Estado brasileiro com a sociedade brasileira e nordestina, através da janela propiciada pelo estudo da emergência do planejamento regional”<sup>34</sup>, e o último analisando o caso específico da Paraíba e o processo de organização de órgãos de combate às secas.

Francisco de Oliveira foi um sociólogo que levantou questionamento crítico sobre a formação socioeconômica do Nordeste e como esta foi fundamental para o modelo de capitalismo que se formou no Brasil do século XX, permitindo uma acumulação de capital a partir da desigualdade regional, apontando para uma análise de relação de poder sobre a região através da dicotomia norte/sul remanescente do período colonial. Através dessa reflexão, sua obra permite construir uma interpretação na qual a revolta decorrente dessa desigualdade regional não se resume somente ao escopo de análise local, mas que pode até mesmo ser ampliado em termos nacionais e internacionais.

Já com a historiadora paraibana Lúcia de Fátima Guerra Ferreira vamos questionar não apenas a formação socioeconômica da região, mas a própria forma como as elites locais lidavam com a seca, tornando-a uma forma de acumulação de capital conforme sua inserção dentro do Estado. Em *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*, a autora critica e questiona o que é a seca e se ela é, de fato, puramente um fenômeno biológico ou se vai para além disso, constituindo um problema econômico e social construído pelas elites nordestinas.

“No primeiro relatório do chefe do 2º Distrito ao Inspetor da IOCS, em 1910, o engenheiro Raimundo Pereira da Silva apresenta as formas pelas quais a política interferia nas obras contra as estiagens. É a indústria da seca, um dos meios de atuação da elite nordestina, cuja existência é anterior à criação da Inspetoria.” (Ferreira, 1993. p. 85).

Falando sobre contexto local, mas também percorrendo o tema analisado dos saques e ações de massa, obras como *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará* (Neves, 2000); *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste* (Bursztyn, 1985); *Terra e salário para quem trabalha: um*

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. In: OLIVEIRA, Francisco. Noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 136.

*estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano* (Tosi, 1988); *O “ciclo de greves” dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco (1979-1985) e a academia sindical da FETAPE: cultura histórica, consciência histórica e consciência de classe* (Silva, 2022) e *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba* (Oliveira, 2015) são obras que possibilitam e abrem espaços para a construção de um repertório acerca da vivência dos trabalhadores rurais durante os períodos de seca e suas formas de resistência frente ao abandono governamental.

Frederico de Castro Neves relata a experiência vivida pela cidade de Fortaleza durante a seca de 1877 e como as consequências da grande estiagem que se estende por cerca de dois anos afeta a vida da cidade e, principalmente, a vida daqueles denominados flagelados da seca — ou retirantes —, que viviam exclusivamente da terra, em uma relação de dependência para/com esta. Em Neves vamos enxergar mais uma vez como a forma de resistência desenvolvida por essas pessoas, através dos saques e motins, vai partir de um princípio dos costumes em comum que essas pessoas compartilham, e não exclusivamente da fome que a seca gerou.

Em *O poder dos donos*, Marcel Bursztyn nos auxilia a compreender o processo de modernização do latifúndio e das interdependências entre os poderes central e local. A partir de sua leitura, conseguimos refletir sobre a construção do subdesenvolvimento da região Nordeste, a consequente exclusão dos trabalhadores rurais da terra produtiva e a emigração do campo para a cidade. Tais fatores contribuem para a contextualização e análise dos saques e ações de massa no Sertão paraibano e suas relações para com as elites regionais entre os anos 1970 e 1980.

Giuseppe Tosi escreve sua dissertação acerca dos conflitos sociais no Brejo paraibano. A partir da problemática da expansão das relações de produção capitalista no campo, o sociólogo se propõe a analisar as frentes de luta de resistência dos trabalhadores rurais — os conflitos de terra e a luta pelo salário após a implantação do “Proálcool” na década de 70.

De maneira similar, Bárbara Silva disserta sobre o “ciclo de greves canavieiras” ocorridas entre os anos de 1979 e 1984, tendo como base a noção de *história vista de baixo*, assim como a teoria de E. P. Thompson no que diz respeito aos conceitos de classe e experiência. Com o intuito de analisar as mobilizações da

classe dos trabalhadores rurais pernambucanos, a historiadora também contribui para uma perspectiva similar que pretendo construir aqui; acerca das ações de saque da multidão no Sertão paraibano frente às consequências da seca.

Com organização de Tiago Bernardon, em *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*, temos acesso a estudos de caso que perpassam questões da história social do trabalho analisando diversas manifestações de ação coletiva dos trabalhadores. Esse trabalho contribui para a ampliação de uma historiografia que versa entre o local e o nacional, perpassando as fronteiras do regional.

As obras citadas acima têm suas especificidades tanto em questão teórica quanto metodológica, mas cada um destes retalhos contribui para a construção da colcha historiográfica que aqui se escreve, ajudando a delimitar o problema ao qual irei me debruçar nesta pesquisa. Organizadas metodologicamente, estas obras estão dispostas de maneira que afunilam a pesquisa tanto em um recorte geográfico, de uma análise nacional para a questão regional; quanto em recorte temporal, visto que perpassam períodos anteriores do final do século XIX e início do XX até o período aqui analisado, de 1979 à 1984.

De maneira mais específica, esta perspectiva acerca do problema da seca no Nordeste nos auxiliará a realizar um afunilamento geográfico da pesquisa, focando no caso da Paraíba enquanto objeto de análise nesta dissertação, assim como destrinchar as especificidades da região. A escolha do recorte geográfico para a pesquisa se dá não somente pela proximidade com as fontes, mas por uma questão teórico-metodológica. Inicialmente a pesquisa não se limitava a um estado, mas sim a toda região Nordeste. Pretendendo a construção de uma análise mais pontual e qualitativa de questões políticas, econômicas e sociais dos saques, surge a necessidade de delimitar o local da análise, visto que cada estado da região possui uma dinâmica própria de funcionamento. Na Paraíba, pode ser revelada uma dinâmica mais ampla dos saques através da perspectiva local.

A autora Ana Maria Quiroga deve ser reconhecida como precursora na análise do movimento dos saques no meio rural paraibano<sup>35</sup>. Assistente social e antropóloga, Quiroga realiza um estudo etnográfico cujo foco são os trabalhadores

---

<sup>35</sup> NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. **As frentes de emergência e o movimento dos saques: atenuação e expressão do conflito no meio rural paraibano**. In: Movimentos sociais, para além da dicotomia rural-urbano. João Pessoa, PB, 1985.



rurais paraibanos envolvidos nas frentes de emergência e no movimento dos saques ocorridos entre os anos de 1982 e 1984. O número total de invasões registradas durante o período estudado é de 91. No entanto, na microrregião do Sertão de Cajazeiras, onde as invasões foram mais recorrentes, a autora destaca, em seus resultados, que entre os 20 municípios analisados, 11 apresentaram um total de 42 invasões, sendo 10 delas concentradas apenas na cidade de Cajazeiras. Quiroga evidencia como a perspectiva espasmódica dos saques estava enraizada na sociedade e como essa naturalização das invasões e saques nas cidades contribuiu para a despolitização dos atos protagonizados pelos camponeses.

“Os movimentos de invasões, pela permanência no tempo, tem sido considerados quase como algo ‘naturalizado’ que eclode inevitavelmente a cada seca, como resultado da ação desesperada de flagelados” (NETO, 1985, p. 102).

Dessa forma, a autora traça uma análise crítica do movimento dos saques na Paraíba, apontando como a ação estatal na região nos períodos de seca, contribuem em última instância para a manutenção da estrutura de poder econômico e político no semi-árido paraibano<sup>36</sup>.

∴

Partindo dos pontos de análise levantados até então, podemos nos concentrar na construção desta dissertação. Após a introdução, que apresenta os principais elementos teóricos e metodológicos da pesquisa, além da contextualização da temática e do objeto analisado, o primeiro capítulo nos permitirá mergulhar em uma historiografia nacional e regional. Por meio dessa contextualização, será possível recortar e pavimentar o terreno em que esta pesquisa será desenvolvida. A construção do cenário histórico do período estudado e a discussão dos principais aspectos da historiografia se mostram fundamentais para a visualização da figura maior, anterior ao afunilamento do tema.

Assim, o capítulo I se inicia com um breve apanhado sobre a história da seca e da fome no Nordeste, situando essas ocorrências como fenômenos estruturais e recorrentes da região. Em seguida, abordaremos os movimentos populares rurais

---

<sup>36</sup> Ibid. p. 104.

nordestinos que antecederam a seca de 1979, buscando compreender como essas mobilizações se relacionavam com a realidade socioeconômica do campo. Por fim, trataremos especificamente da seca de 1979 e da criação das frentes de emergência, articulando essas políticas com o debate sobre o desenvolvimento do capitalismo nacional nesse período — momento em que a economia brasileira enfrentava uma profunda transformação, marcada pelo esgotamento do ciclo de crescimento do início da década de 1970 e pela ascensão de uma hiperinflação galopante. Os impactos dessa crise econômica sobre os trabalhadores rurais nordestinos tornam-se, então, o centro das atenções para refletir como os saques passaram a ser percebidos como meios razoáveis de contestação da ordem social.

Dando continuidade à construção da linha de raciocínio que estrutura esta pesquisa, no capítulo II realizaremos uma análise e revisão da bibliografia existente sobre a temática das secas que afligem os trabalhadores do Nordeste brasileiro desde o século XVI. Até aqui, já foi possível identificar uma lacuna na historiografia brasileira no que se refere à última grande seca do século XX e às ações populares de saques e motins realizadas por trabalhadores rurais abandonados pelo Estado e explorados pelas elites locais. É justamente a partir dessa lacuna que se evidencia a importância de um preenchimento historiográfico mais atento ao contexto específico da Paraíba no final do século XX.

Dessa forma, o capítulo II se inicia com a análise do cenário político e econômico paraibano nas vésperas da seca de 1979, observando as dinâmicas locais e suas articulações com o contexto nacional. Em seguida, voltamos nosso olhar para o papel da imprensa, especialmente os jornais locais, compreendidos aqui como instrumentos de organização política e ideológica das elites, responsáveis por moldar percepções públicas sobre os saques e as ações populares. Por fim, abordamos o controle e a vigilância exercidos pelo Estado, por meio da atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), sobre o Sertão paraibano, configurando um território vigiado, no qual o medo da subversão e a repressão aos movimentos populares tornam-se elementos centrais na construção do cenário de crises.

Apesar de tais lacunas nesse recorte temporal específico, os trabalhos de historiadores como Maria Verônica Secreto e Francisco de Castro Neves são aqui tomados como grande referência das ações de massas na região em períodos anteriores. Da mesma forma, o referencial teórico e basilar desta pesquisa segue na

mesma linha dos colegas citados, principalmente no que tange o escopo de uma economia moral dos flagelados estabelecida entre os costumes em comum dos trabalhadores rurais nordestinos.

Seguindo adiante, a pesquisa será encerrada no capítulo III com a constatação da legitimidade das ações dos saqueadores nos interiores do Nordeste e, em particular, nos interiores da Paraíba, além de uma análise dos casos de saque e suas relações com a luta de classes no período delimitado. No entanto, a compreensão das ações políticas não institucionais realizadas entre os anos de 1979 e 1984 não se constrói de forma isolada. Como mencionado anteriormente, a partir da revisão bibliográfica de períodos anteriores, será possível realizar uma retrospectiva e reconstrução de um repertório dos movimentos de resistência dos trabalhadores rurais nordestinos, o que nos conduz ao contexto específico dos saques aqui analisados.

A partir disso, o capítulo III se propõe a discutir, inicialmente, a figura do “flagelado” enquanto parte constitutiva da estrutura de sentimento das elites nordestinas, entendida como uma representação carregada de estigmas e funções políticas. Em seguida, será examinada a multidão enquanto forma de ação coletiva dos despossuídos, destacando o anonimato e a ameaça como estratégias recorrentes de enfrentamento e proteção. Por fim, serão analisadas as experiências de famílias envolvidas nas ações de saque, com o objetivo de refletir sobre as dinâmicas de gênero e os sentidos de coletividade mobilizados no contexto da luta popular.

A ideia deste repertório tem como base a óptica thompsoniana de uma Economia Moral que, constituída ao longo do tempo, não se permite ser substituída com facilidade, ou melhor, sem antes um movimento de resistência dos trabalhadores. A resistência, como já pontuava E. P. Thompson, se manifesta nas mais diversas formas<sup>37</sup>. O ser humano, que não vive em preto e branco e enxerga uma enorme escala de cores, também responde à opressão e à exploração de inúmeras formas.

A análise que será feita aqui toca na questão específica das ações populares que envolvem os saques e motins nesses interiores, e os objetivos que essas movimentações visavam alcançar. É a partir dessa análise que Secreto se propõe a

---

<sup>37</sup> THOMPSON, Edward P. **Economia Moral Revisitada**. In.: Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 207.

adaptar o termo thompsoniano de economia moral para esta realidade e momento aos quais está estudando; sendo essa a análise que nos importa aqui, levando em consideração as devidas diferenças e semelhanças entre o século XIX por ela analisado e o século XX, posto nesta pesquisa.

“As alterações nessas relações tradicionais motivaram epicentros da revolta dos quebra-quilos. As ações dos revoltosos foram diversas: queimaram coletorias, rasgaram listas de recrutamento, leis e regulamentos, destruíram os novos padrões de pesos e medidas, ou atacaram as autoridades. *Queimar coletorias, rasgar listas, quebrar quilos*, foram algumas das atitudes tomadas pelos *pobres-livre*, constituíram os diferentes repertórios da ação para impedir as transformações que ameaçavam extinguir seu mundo.” (Secreto, 2011, p. 30).

Ainda nesse último capítulo, as ocorrências e ameaças de saques nos servirão para levantar questões e possibilidades sobre o tema no que tange às estratégias e reivindicações populares frente às consequências da seca e o abandono dos trabalhadores pelo Estado. A ocorrência a seguir, datada de maio de 1980, ilustra as várias possibilidades de análise acerca do tema.

**Imagem 3** - Recorte do *Diário de Pernambuco*.

# Mulheres e crianças saqueiam comércio no Sertão da Paraíba

**JOÃO PESSOA** — Setenta mulheres, conduzindo filhos pequenos, saquearam comerciantes, no município de Diamante, no Sertão paraibano, enquanto a poucos quilômetros, Boqueirão dos Coxos, outra cidade da área, era invadida por uma leva de 400 pessoas famintas e em fuga de fazendas e sítios, onde a seca já dizimou quase toda a lavoura.

Em Diamante, não houve tempo para a repressão policial e, em Boqueirão dos Coxos, a prefeitura e a Câmara dos Vereadores conseguiram, a muito custo, contornar a situação, evitando a ampliação do saque e conflitos com a polícia, mediante o alistamento das famílias em situação mais crítica, para trabalho em consertos de estradas, cercas e limpeza urbana, com a promessa de salários.

— É a pior possível a situação do município, mas tive que empregar essas pessoas, sob pena de presenciar uma tragédia — explicou o prefeito de Boqueirão, Olívio Bandeira. Os alistados correm, entretanto, o risco de serem dispensados nos próximos dez dias, por insuficiência de recursos nos cofres públicos, “a não ser que obtenhamos a necessária ajuda do Governo do Estado”, ressaltou Bandeira.

Chega a seis o número de cidades sa-

queadas, nas duas últimas semanas, no sertão da Paraíba. Antes, levadas de flagelados invadiram Itaporanga duas vezes, Santana dos Garrotes, Taperoá e Nova Olinda, havendo forte repressão policial na primeira delas.

Em Natal, o secretário de Interior e Justiça, Manuel de Brito, disse que “a situação do Rio Grande do Norte, com a prolongada falta de chuvas, não é mais de emergência, mas de calamidade pública”. Segundo revelou, “não cai um pinga de chuva no interior e a lavoura está praticamente perdida”. O estado de emergência poderá ser decretado na próxima quarta-feira.

Nesse dia, todos os governadores do Nordeste vão participar de uma reunião na Sudene, quando serão definidas a situação e as áreas que serão incluídas no programa de ajuda às populações atingidas pela estiagem.

O sr. Manuel de Brito disse, ainda, que o plano deverá ser basicamente o mesmo do ano passado. “O plano de ajuda às populações atingidas pela seca já está na Sudene desde o ano passado e haverá poucas modificações, pois falta o Governo Federal definir apenas as aplicações dos recursos.

Fonte: “Mulheres e crianças saqueiam comércio no Sertão da Paraíba”. In. *Diário de Pernambuco*, 4 de maio de 1980. Edição 00118. Capa.

Aqui, conseguimos enxergar um exemplo de ocorrência de saques em que os camponeses fogem à ideia de um saque espasmódico, mas nos mostram movimentações orquestradas com objetivos claros não só para a obtenção de alimentos, como para a garantia de trabalho nas frentes de emergência. Esses camponeses, utilizando-se do anonimato da multidão, trazem suas reivindicações para as claras e postas frente aos governantes locais; vereadores, prefeitos e governadores. Apesar das limitações dos periódicos, é possível ir além da construção de um repertório, mas também enxergarmos a organização dessa multidão de camponeses, assim como tecer uma análise de intersecção entre classe e gênero nas ações de saques.

Entretanto, o anonimato que é utilizado por estes trabalhadores como ferramenta estratégica para garantir a segurança e a intimidação das autoridades durante os saques, acaba dificultando a identificação dos mesmos. O agente histórico que protagoniza essa movimentação social não pode ser identificado, ou poucas vezes se identifica propositalmente. Trabalhar os flagelados como um agente único levanta muitas discussões, principalmente quando cruzamos com as ideias de James Scott em seu livro *Dominação e a Arte da Resistência*. Como dito anteriormente, o autor conceitua a teoria de uma infrapolítica, sendo esta a luta política e discreta realizada por grupos subalternos, que tem o objetivo de conservar o anonimato e o discurso oculto.

Assim, conseguiremos percorrer um longo trajeto de análise sobre os impactos dos saques, sobre as ações de massas e mesmo sobre a organização política dos trabalhadores da Paraíba. Não devemos subestimar a importância de escrevermos a História desses movimentos para a historiografia social, tendo em vista a relevância das ações dos trabalhadores rurais neste período, constituindo um capítulo importante da história dos movimentos sociais na Paraíba durante a década de 1980 e os processos de resistência estabelecidos frente a um dos mais dramáticos período de estiagem na história da região.

Em suma, se compreende que é possível e necessário construirmos uma densa bibliografia dentro da História Social paraibana visando a análise do produto dessa relação de dominação e resistência entre os trabalhadores rurais que realizam os saques e a elite dominante e a forma como ela utiliza o Estado no contexto do final da ditadura civil-militar. A ideia é traçar um paralelo entre diferentes teorias e contextos que possuem pontos de intersecção, formulando um repertório teórico e historiográfico que sustentam as possibilidades dessa análise historiográfica.

A relevância do tema sempre deve ser lembrada, visto que por muitas vezes é negligenciada dentro da historiografia social de luta popular brasileira e paraibana nos anos 1980. Portanto, o objetivo principal posto nesta dissertação está em analisar os saques e enxergar este movimento como ação constitutiva da luta de classes no Nordeste e especificamente no estado da Paraíba. Assim, o debate aqui realizado se propõe a abranger algumas das diversas faces da resistência, pretendendo sanar, mesmo que parcialmente, a inquietação que levantou a sua necessidade em primeiro lugar.

## — CAPÍTULO I —

### **Desafios do Nordeste: A Seca, a fome e os movimentos populares**

“Lembremos a sabedoria do velho José Américo quando dizia: *Só a fome não espera, meio-dia já é jejum*”<sup>38</sup>

Neste capítulo iremos tratar de questões preliminares para a pesquisa levando em consideração o contexto sugerido para análise, sendo este o de um Nordeste inserido nos problemas da conjuntura nacional, como também afligido pela seca e pela fome em uma perspectiva regional. Para compreender como este fenômeno impacta a região em caráter regional se faz necessário voltar o olhar para as grandes secas ocorridas anteriormente, desde 1877 até a última grande seca do século XX.

No âmbito nacional será possível analisar o que acontecia no Nordeste no contexto político de ditadura civil-militar, assim como no âmbito econômico com o desenvolvimento do capitalismo nacional e de uma hiperinflação crescente; tudo isso atrelado ao agravamento das tensões sociais nos anos anteriores à 1979. Por último, a pesquisa se afunila para chegar ao seu foco de análise tanto em questão geográfica quanto temporal: a seca de 1979 no sertão da Paraíba.

#### **1.1 Um breve apanhado sobre a história da seca e da fome no Nordeste**

Quando falamos em Brasil no período de 1979 a 1984, não há outra temática em vigor na História que não seja o processo de transição da ditadura civil-militar para a volta da democracia. O ano de 1979 demarcava o início de um momento de transição política e econômica na sociedade brasileira. O modelo econômico varguista do nacional-desenvolvimentismo, estabelecido na década de 1930 e adotado pelos militares ditadores de 64, entrava em declínio juntamente com o falso progresso do milagre econômico brasileiro, e isso não se deu por coincidência: a instabilidade cambial no cenário global, a desindexação do dólar, a crise do petróleo que se estendia desde 1973, assim como a ascensão dos movimentos sociais em

---

<sup>38</sup> Texto editorial intitulado “Lembrança” retirado da aba ‘Opinião’ do jornal *Diário de Pernambuco*. Junho de 1980. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

todo território nacional constituíram o início do fim dessa fase do capitalismo brasileiro, trazendo consigo uma sequência histórica de hiperinflação que só seria contida anos depois com o Plano Real.

Entretanto, para além das consequências dos dolorosos e longos anos de ditadura, boa parte do Nordeste do país sofria também com as decorrências da seca de 1979. A última grande seca do século XX, assim como ficou conhecida, ganha este título por ter causado uma grande crise na produção dos pequenos agricultores não-proprietários de terras, gerando drásticas consequências. Desde o primeiro ano de estiagem, tais proprietários já perdiam entre 60% e 90% de sua produção familiar de subsistência. Os números de vítimas deste período de estiagem marcam a morte de mais de 700.000 pessoas em todo Nordeste —, seja por fome, fraqueza ou doenças contraídas, como insuficiência cardio-respiratória, septicemia e falta de assistência médica<sup>39</sup> — além das milhares de famílias deslocadas de suas casas para as cidades, criava-se assim proporções de uma calamidade social.

No Jornal *A União*, podemos ver como, já no mês de abril do primeiro ano da seca, a situação se agrava e o governo da Paraíba já decreta emergência em 35 municípios. O gado estava ameaçado, sem rações e pastos, os animais ficavam cada vez mais debilitados. As culturas de subsistência, o feijão e o milho não tinham perspectivas de vingar e o algodão não chegara a germinar. Diante desse quadro, multidões de famintos agricultores procuravam saquear as feiras, os armazéns e as mercadorias em busca de alimentação para os filhos. Entre pestes e preces, o sertanejo paraibano não encontra solução para a calamidade vivida.<sup>40</sup>

Para entendermos como se estabeleceu o contexto descrito em 1979, podemos percorrer um trajeto que permita compreendermos, também, a história das secas do Nordeste. A estiagem nordestina é um fenômeno natural que tem seu primeiro relato escrito datado no século XVI<sup>41</sup>. Mas foi a partir da seca de 1877, durante dois anos ininterruptos, que esse fenômeno natural também passou a ser enxergado enquanto fenômeno social. Somente com uma leitura crítica do fenômeno da seca é que podemos compreender como essa catástrofe natural, a

---

<sup>39</sup> CPT, CEPAC e IBASE. O Genocídio do Nordeste 1979-1983. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988. p. 8.

<sup>40</sup> “Seca continua matando gado e destruindo lavouras” In *A União*, 22 de abril de 1979.

<sup>41</sup>

<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/escassez-de-agua/semiarido-solucoes-para-o-drama-do-nordeste-chegam-aos-poucos/desde-o-seculo-16-ha-relatos-sobre-a-calamidade-na-regiao>



estiagem, também possui um caráter humano de destruição, pois como vemos em Davis a seca é natural, mas a fome não.

"A 'morte de milhões' era, em última análise, uma escolha política: para realizar tamanha dizimação era preciso (na expressão sardônica de Brecht) 'uma forma brilhante de organizar a fome'. (Davis, 2022, p. 10).

De acordo com o autor, a seca é o duelo recorrente entre variabilidade pluvial natural e defesas hidráulicas da agricultura (p. 17). O fenômeno deve ser encarado, portanto, em seus aspectos natural e humano; também considerando que este é derivado de dois processos: a seca meteorológica e a seca hidrológica. A seca meteorológica refere-se à ocorrência, em um dado espaço e tempo, de uma deficiência no total de chuvas em relação aos padrões normais que determinaram as necessidades<sup>42</sup>. Já a seca hidrológica ocorre quando tanto os sistemas naturais (cursos de água, lagos e aquíferos) quanto os artificiais (reservatórios, poços e canais) de armazenamento da água deixam de oferecer fornecimento acessível para salvar as colheitas<sup>43</sup>. A questão aqui está no fator histórico-social que sempre está envolvido no fenômeno da seca hidrológica, pois ela é causada pela interferência (ou não-interferência) humana.

No caso da grande seca de 1877, há um conjunto de condições sociohistóricas sobre a qual ela atuou que devem ser levadas em consideração, como poderemos ver em Neves (2000). As secas ocorridas durante o século XVIII já causavam devastação significativa, mas devido a organização fundiária do período, a principal vítima da seca era o gado.<sup>44</sup> O autor retrata que a partir do ano de 1777, o algodão começou a ser cogitado como elemento comerciável, levando a uma alteração na distribuição das terras ao longo das primeiras décadas do século XIX. Terras antes voltadas para uma agricultura de subsistência agora estavam sendo cooptadas por uma crescente agricultura comercial. Não obstante, a partir do ano de 1850 essa conjunção apenas se agravou com a Lei de Terras e a consequente reafirmação da estrutura latifundiária.

<sup>42</sup> CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: INTER-AMERICAN DIALOGUE ON WATER MANAGEMENT, 4., 2001, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.

<sup>43</sup> DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: A Criação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. — São Paulo: Veneta, 2022. p. 18.

<sup>44</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 44.

Tendo esse conjunto de condições estabelecidas, se desenha o cenário para a grande seca que estava por vir no ano de 1877. Com suas terras cooptadas pelo comércio de algodão, os camponeses perderam gradativamente a garantia de subsistência em períodos de grande estiagem e ao perderem suas terras, perdem também as condições mínimas de segurança alimentar, alavancando, portanto, uma situação irrefreável de fome, miséria e morte. A partir de então, a seca começa a ser problema não apenas dos agricultores do Nordeste profundo, mas também dos grandes proprietários, da elite urbana e, principalmente, do Estado. A seca torna-se um fenômeno social que afeta diferentes classes.

Portanto, é no final do século XIX, quando a seca tomou proporções, não mais catastróficas que as anteriores, mas que atingiram a elite local, para além dos trabalhadores rurais, que a seca passou a ser tratada como um fenômeno que merece atenção governamental. Até então, apesar do saldo de mortos que as secas causavam, sendo o saldo da seca de 1877 referente a uma baixa de 4% da população nordestina<sup>45</sup>, o imobilismo das autoridades públicas era contínuo. De acordo com Albuquerque (1995, p. 120), como citado por Neves (2000, p. 25)

“Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pé de páginas de jornais, mas, quando chega ao mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como é transformada no *cavalo de batalha* de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional.”

É a partir da grande seca de 1877 que passam a ser realizados esforços políticos para controlar o impacto social causado pelo referido fenômeno. Foi assim que o problema começou a ganhar mais destaque nacionalmente, levando ao desenvolvimento de estudos sobre a seca e suas consequências enquanto um período de imensa calamidade pública, como podemos ver no excerto de Dias<sup>46</sup>.

“Around this time the problem began to gain greater attention from the central government, since rapid population growth in the semi-arid zone of the northeast and the unpreparedness of public administrations had allowed

<sup>45</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. Revista Brasileira de História. Associação Nacional de História - ANPUH, v. 22, n. 43, p. 251-254, 2002.

<sup>46</sup> DIAS, G. **Drought as a social phenomenon in northeastern Brazil**. in Rolando Garcia e José Escudero, *Drought and man, volume 3: the roots of catastrophe*, Oxford, 1986. p. 95.

droughts to become immense calamities. In fact, during the two years of the 1877-79 drought more than half the population of the "sertao" died; a major disaster in Brazil's history." (Dias, 1986, p. 95).

Tendo em vista o impacto da seca de 1877, surgem os primeiros esforços do Estado frente à seca com a fundação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Apesar do país estar atravessando um momento de grande crescimento no período de sua fundação, a IOCS não pôde compartilhar dessa prosperidade, tendo em vista o baixo orçamento destinado para a Inspetoria. Apenas em 1919, dez anos após sua criação e agora rebatizado (Instituto Federal de Obras Contra as Secas, IFOCS), é que houve correção na verba federal destinada para enfrentar os períodos de estiagem. Isso só foi possível devido a eleição do paraibano Epitácio Pessoa para o cargo de presidente da república, onde ele aumentou a verba em mais de 6000%<sup>47</sup>. Assim foi até 1922, enquanto ele se manteve na presidência, mas seu sucessor não teria o mesmo olhar para o Nordeste.

No ano de 1945 é rebatizado mais uma vez, agora chamado Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). Fazendo parte do ineficaz plano de ação do Governo Federal durante o século XX, que visava amenizar a desigualdade social existente na região causada pela permanência e prolongamento dos períodos de estiagem através de obras públicas, como as escavações de poços, construções de barragens e açudes, objetivando o armazenamento de água, auxiliando assim nos períodos de estiagem. Entretanto, como trazido anteriormente, tal abordagem reducionista do problema acaba por enxergar apenas a faceta da seca meteorológica; ignorando completamente a raiz do problema da sociedade sertaneja que vai muito além da escassez de chuvas.

Um dos exemplos que nos mostra a ineficácia (intencional) de boa parte de tal planejamento é a questão da construção de açudes nos interiores, visando amenizar a sede nos locais mais prejudicados pela seca, assim como, gerar empregos para os trabalhadores locais. No entanto, o resultado é a construção, com dinheiro público, de açudes em propriedades privadas, impossibilitando o livre acesso da população à água, assim como, beneficiando as elites locais.<sup>48</sup> Assim, é

<sup>47</sup> TRAVASSOS, Ibrahim.; SOUZA, Israel de S.; SILVA, Anieres B. **Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino**. OKARA: Geografia em debate, v.7, n.1, p. 147-164, 2013. p. 154.

<sup>48</sup> FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

possível enxergarmos como a seca teve seus beneficiários e aqueles que, em contraponto, foram prejudicados. A exemplo disso, vemos este excerto de Celso Furtado trazido por Travassos.

“As máquinas e equipamentos do DNOCS eram utilizados por fazendeiros ao seu bel-prazer. Nas terras irrigadas com água dos açudes construídos e mantidos pelo Governo Federal, produzia-se para o mercado do litoral úmido, e em benefício de alguns fazendeiros que pagavam salários de fome [...] Em síntese, a seca era um grande mercado para muita gente.” (Travassos, 2013, p. 155).

Entretanto, no ano de 1959 é fundada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que traria uma ótica diferente de tudo que havia sido proposto até então para o problema da seca no Nordeste. Com um olhar voltado para uma solução real do problema, a SUDENE foi constituída inicialmente em seu núcleo por um quadro de profissionais voltados verdadeiramente para um planejamento regional da região, que tiveram a audácia de levar em consideração a realidade dos trabalhadores e camponeses do Nordeste. E, é claro, os setores conservadores da região não ficaram satisfeitos com essa mudança.

Apesar de trazer uma nova abordagem, a SUDENE funcionou seguindo seu escopo original por pouco mais de 5 anos, pois logo em 1964 os generais da ditadura desmantelaram o projeto por ser divergente em relação às intenções do governo golpista para a região. A partir de então, o governo redireciona o investimento da região para a industrialização da faixa litorânea do Nordeste e para os interiores retorna com o planejamento antes implantado pelo DNOCS, focado em soluções rápidas conhecidas por sua ineficácia. Assim como retornam à solução obsoleta de construção de açudes e barragens, também regressam às velhas práticas corruptas de desvio de verbas e realização das obras em propriedades particulares, beneficiando aqueles atrelados ideologicamente ao governo militar.<sup>49</sup>

Ainda que escancarado o favorecimento das elites nas obras durante o período da ditadura, os beneficiários da seca não surgiram em 1964. Como já trazido neste capítulo, é em meados do século XIX que há uma transição no modo de produção na região seguindo o interesse do mercado inglês e norte-americano, indo de um Nordeste “açucareiro” para um Nordeste “algodoeiro-pecuário”. Junto

---

<sup>49</sup> Para saber mais, ver TRAVASSOS, Ibrahim.; SOUZA, Israel de S.; SILVA, Anieres B. **Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino**. OKARA: Geografia em debate, v.7, n.1, p. 147-164, 2013.

com essa transição econômica, conseqüentemente há uma transição nas relações sociais em que os latifundiários ganham mais terra e os camponeses perderam seus meios de subsistência. Na mesma lógica, a relação entre trabalhadores rurais e grandes fazendeiros, principalmente em períodos de estiagem, se torna mais intrincada, fortalecendo um vínculo de codependência paternalista (salvo ressalvas ao termo)<sup>50</sup>.

A partir dessa relação mútua vai se estabelecendo o que ainda em 1910 o engenheiro Raimundo Pereira da Silva apresentaria em um relatório da IOCS como “indústria da seca”<sup>51</sup>, termo utilizado para apontar os meios de atuação da elite nordestina para se beneficiar. O costume político foi apenas sendo reforçado ao longo dos anos por ser extremamente compensatório financeira e politicamente para as elites locais. A construção de barragens e açudes de fato garantia a subsistência para os camponeses e seus animais, mas o que realmente estava posto era a garantia da mão de obra e de votantes em suas propriedades, evitando que estes evadissem para as capitais em busca de melhores condições de trabalho.

“Como a ação do Estado se intensificava a cada seca, esta passou a ser desejável pelos políticos locais, já que, desta forma, poderiam obter os meios materiais para comprar sua importância política (distribuição dos fundos públicos condicionada à sua legitimação pela via eleitoral), além, é claro, de tirar proveito, individualmente, enquanto produtores beneficiados. Por outro lado, ao Estado interessava esta forma de compromisso, que também era uma maneira de garantir a fidelidade política da estrutura de poder local. Portanto, a obra do DNOCS apresentava-se como um instrumento de manutenção da *legitimação recíproca* entre os poderes local e central.” (Bursztyn, 1985, p. 71).

Tais obras eram realizadas com a força de trabalho dos camponeses alistados nas chamadas frentes de emergência. Estas constituíam mais uma das políticas públicas de combate às consequências da seca, em que o Estado empregava a mão de obra ociosa devido às secas. Em 1979, pagava-se um salário mínimo regional em vigor até 1º de maio daquele ano<sup>52</sup>, menos que o suficiente para garantir a subsistência do camponês, além das precárias condições de trabalho em que estavam inseridos. Da mesma maneira, foi uma política usada pelos industriais

<sup>50</sup> O termo ‘paternalismo’ é criticado por E. P. Thompson (1984). O autor aponta que este acaba por ser um termo descritivo impreciso. Apesar disso, concordamos com Secreto (2011) quando a autora defende o uso do termo para mediação das relações sociais no espaço nordestino.

<sup>51</sup> FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. p. 85

<sup>52</sup> BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985. p. 75.

das secas para estabelecer uma relação de dependência política e financeira com os sertanejos. Para Magalhães (1980), assim como trazido por Campos (2004), as obras realizadas no interior das propriedades particulares,

“Apesar de provocar poucos movimentos populacionais, essa estratégia foi questionada sob seu aspecto social, na medida que correspondia a uma doação, pelo Governo, aos proprietários de terra, do trabalho realizado pelos empregados do Programa de Emergência. Embora resolvesse o problema no curto prazo, levava, no longo prazo, a um aumento da dependência dos trabalhadores em relação aos donos da terra” . (p. 147).

Um exemplo disso pode ser visto em 4 de novembro de 1980, na cidade de São José do Belmonte, Pernambuco. Lá, cerca de 200 agricultores, flagelados da seca que assolava 93 municípios pernambucanos, saquearam a feira da cidade. Contidos pela polícia, eles receberam gêneros alimentícios do prefeito da cidade, sr. Pedro Leão, que na mesma hora anunciou a abertura de frentes de trabalho para alistar os trabalhadores.<sup>53</sup> Tal notícia, retirada do *Diário de Pernambuco* permite visualizar essa tensão no contexto da seca de 1979 – na mesma ação, violência e deferência são elementos acionados na descrição do jornal.

Os chamados flagelados da seca e o governo local dialogavam através dessa relação de ameaça de saques, por parte dos trabalhadores, e concessões de direitos, por parte da prefeitura. O paradoxo da revolta popular para a manutenção de um instrumento de dependência deve ser lido não só pelo poder da classe dominante, mas também pela longa e histórica capacidade dos oprimidos da região Nordeste se moverem dentro de uma hegemonia.

## **1.2 Movimentos populares rurais no Nordeste brasileiro nos anos anteriores à seca de 1979**

A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes<sup>54</sup> e é certo que no sertão nordestino não seria diferente. Os conflitos vivenciados no sertão muitas das vezes estão relacionados à seca, entretanto aqui o foco não é a seca em si, mas a luta dos camponeses famintos durante ela; luta essa materializada na forma dos saques, embora se possa afirmar que muitos

<sup>53</sup> “Flagelados da seca saqueiam feira em São José do Belmonte”. *Diário de Pernambuco*. 4 de novembro de 1980. Edição 00301. Capa. in. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>54</sup> MARX, Karl. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2014. p, 33.

outros instrumentos foram empregados pelos trabalhadores rurais ao longo dos últimos séculos. Por vezes, o saque tende a ser categorizado na documentação da época como movimento apolítico, desorganizado e espontâneo, mas é na contracorrente dessa visão que esta pesquisa se estabelece.

Cabe ressaltar que para compreender as especificidades do capitalismo no Nordeste e na Paraíba de 1979 a 1984, é necessário retroceder um pouco na História do Brasil. É no início do século XX que poderemos enxergar uma mudança de caráter socioeconômico, onde as forças de produção do país irão se mobilizar de acordo com os interesses imperialistas do capital internacional da Inglaterra e Estados Unidos<sup>55</sup>. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo nacional ocorre paralelamente e conforme as determinações internacionais em detrimento da forma de produção anterior, monopolista e regional.

A partir da leitura de Chico de Oliveira sobre as relações do Estado brasileiro com a sociedade brasileira e nordestina através do planejamento regional<sup>56</sup> é que podemos compreender a formação do Nordeste como região. O sociólogo pernambucano nos mostra como a construção do “Nordeste” como hoje conhecemos passa por um processo longo de cunho socioeconômico entranhado especificamente no processo de acumulação de capital e homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil<sup>57</sup>.

O Nordeste também nem sempre foi assim denominado. Na verdade, esse só foi assim reconhecido a partir de meados do século XIX e, sobretudo, no século XX.<sup>58</sup> No período anterior a este, a região era dividida a partir de suas similaridades na produção e mercantilização dos seus produtos<sup>59</sup>. No contexto nacional, o interesse do capital exterior afunila o desenvolvimento do setor urbano-industrial no centro-sul enquanto o Nordeste se reestrutura, simultaneamente, passando de

---

<sup>55</sup> OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. In: OLIVEIRA, Francisco. Noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 147.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Ibid. p. 141.

<sup>58</sup> Ibid. p. 153.

<sup>59</sup> Ibid. De acordo com Chico de Oliveira, no período da Colônia as “regiões” estavam divididas da seguinte maneira: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas era reconhecível pela produção açucareira; Ceará e Piauí, devido sua pouca expressão econômica, não eram assimilados ao “Nordeste”; Maranhão, caso a parte, estava ligado ao capitalismo mercantil; Bahia e Sergipe não eram considerados “Nordeste” pelas suas relações com o capitalismo mercantil europeu. “A classe proprietária era, de certa forma, muito autônoma em relação aos seus parentes sociais dos estados mais ao norte (...) a classe proprietária fundada na produção do açúcar era praticamente a mesma” (p. 153 e 154).

Nordeste “açucareiro” para Nordeste “algodoeiro-pecuário”, estabelecendo assim a manutenção de tradições arcaicas enquanto o centro-sul se desenvolve industrialmente, conforme o interesse do capital internacional.

Nesse momento, Chico de Oliveira escreve “Nesse rastro é que surge o Nordeste das secas”. Para reiterar essa síntese, Marcel Bursztyn em sua obra “O Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste” (1985) afirma que o processo de modernização do latifúndio conserva, ao mesmo tempo, sua estrutura tradicional de poder.<sup>60</sup>

“Nesse contexto, o velho CORONEL encontra uma forma de prolongar sua vida, a qual estaria — em tese — condenada pela própria evolução do capitalismo. Em relação a eles, o Estado age de forma AUTORITÁRIA: “aos amigos pão, aos inimigos pau”. (Bursztyn, p. 13).

É assim que esse processo de modernização do campo, nesse momento, estabelece a manutenção do seu poder garantindo que a elite agrária local ampliasse o processo de acumulação do capital sobre o campo. Aqui, haverá um processo de expulsão gradual dos produtores não-proprietários a partir da instauração do Sistema Institucional de Crédito Rural<sup>61</sup> que favorecia a agricultura de exportação, conseqüentemente, os grandes proprietários de terras. Os efeitos colaterais do crédito rural são muitos. Em síntese, as relações tradicionais de produção serão alteradas, mas haverá a manutenção da estrutura tradicional de poder. A elite agrária enriquece com as mudanças na prática de arrendamento; substituição da produção agrícola pela pecuária; elevação dos preços da terra e dos alimentos, enquanto os trabalhadores rurais se veem sem alternativa a não ser migrarem dos campos para a cidade<sup>62</sup>. Um excerto que facilita essa leitura está posto no texto *Drought as a social phenomenon in northeastern Brazil* de G. Dias<sup>63</sup>, ao qual iremos destrinchar com mais cuidado no decorrer desta dissertação.

<sup>60</sup> BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. p. 13.

<sup>61</sup> O Sistema Institucional de Crédito Rural foi institucionalizado pela Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965. Com a disseminação do crédito oficial, pelas agências de desenvolvimento e pelos programas e projetos regionais, o Estado preserva seu caráter centralizador no que diz respeito ao sistema fiscal. Sobre o papel do sistema institucional de crédito, ver BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. Capítulo III.

<sup>62</sup> Ibid. (p. 37 - 48).

<sup>63</sup> DIAS, G. *Drought as a social phenomenon in northeastern Brazil*. in Rolando Garcia e José Escudero, *Drought and man, volume 3: the roots of catastrophe*, Oxford, 1986



"by benefiting the large landowners and higher social strata of the arid hinterland, the drought produces effects which damage them in the long run. The reason is that in manipulating public resources [the 'drought industry' we referred to above] the oligarchies of the Northeastern hinterland manage to compensate themselves for the losses resulting from drought and at the same time increase their power and material resources. These resources thus operate as a powerful stimulus to inaction. . . . Droughts therefore facilitate the continued survival of the Northeastern élites through the transfer of public resources, instead of pressuring them into playing new roles similar to those played by ruling classes in other parts of Brazil." (Dias, p, 107).

É a partir do desenvolvimento econômico do centro-sul em detrimento do desenvolvimento da região Nordeste que se estabelece esse desequilíbrio regional. Assim, o papel dos trabalhadores nordestinos se transforma no de preencher a lacuna na força de trabalho do centro-sul; se tornarão a chamada reserva do exército industrial de reserva<sup>64</sup>. Essa migração Nordeste-São Paulo será um fator adicional para inviabilizar ainda mais a reprodução do capital na região Nordeste, inviabilizando a economia regional propositalmente.

Portanto, o entendimento crítico da região Nordeste perpassa a compreensão dos processos socioeconômicos de desenvolvimento do capitalismo nacional; industrialização do Centro-Sul; descapitalização do Nordeste; modernização do campo e manutenção das tradições políticas na região. É nessa miscelânea de fatores que se compreende como se constitui o cenário perfeito para a transformação da catástrofe natural da estiagem em catástrofe de caráter humano, a fome e suas consequências.

É dentro desse contexto estabelecido no final do século XIX e ao longo do século XX que os trabalhadores rurais nordestinos estão inseridos. Sua participação nesses processos não foi passiva, contrário ao que se poderia pensar tendo em vista sua posição subordinada na dialética paternalista com os latifundiários. Existe

---

<sup>64</sup> In OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. In: OLIVEIRA, Francisco. Noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008. p 163. O termo "A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua" (Marx, 1989, p. 857). Em outras palavras, o chamado exército industrial de reserva é constituído pela massa de trabalhadores excluída dos empregos formais. Quando Chico de Oliveira aponta o Nordeste como "a reserva do exército industrial de reserva", ele quer dizer que os trabalhadores nordestinos estão abaixo mesmo daqueles trabalhadores já naturalmente explorados, existindo assim um agravante em sua condição de exploração. Outro conceito que pode ser utilizado em relação às condições trabalhistas da mão de obra nordestina é o conceito de superexploração da força de trabalho de Ruy Mauro Marini. Sobre o conceito de superexploração, ver MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*, México D.F., Ediciones Era, 1990, 10ª edição.

aqui o que aponto como um repertório de resistência popular estabelecido durante esse período, levando em consideração momentos em que os direitos, reivindicações e costumes dos trabalhadores foram ameaçados.

A historiadora Maria Verônica Secreto (2011) teoriza sobre uma assimilação entre revoltas populares do século XIX que tem motivação em comum a antiguidade do “mal-estar sertanejo” frente às medidas centralizadoras do Império<sup>65</sup>. Esse sentimento pontuado por Secreto, configura-se em certa resistência a forças centrífugas da ordem política brasileira ao longo do século XIX, o que pode ser compreendido ao se analisar a longa relação entre os camponeses do Nordeste brasileiro com o poder imperial e, de maneira similar, como esse vínculo mantém sua permanência após a Proclamação da República, tendo em vista que apesar da mudança no regime de governo o poder local permanece nas mãos das mesmas elites. Dando continuidade à sua análise, podemos estender essa leitura ao longo do século XX onde o mal-estar sertanejo continua a aparecer, agora manifestado em novas revoltas populares.

As semelhanças entre os movimentos analisados por Secreto começam nas suas intenções. A revolta do Ronco da Abelha (1851 - 1852) viria a acontecer um ano após ser promulgada a lei Eusébio de Queiroz. Após a abolição do tráfico de escravizados, o governo imperial decretou que seja feito o registro de nascimento, óbito e casamentos civis assim como a elaboração do primeiro recenseamento do Império. Nesse período, a Igreja era a instituição que controlava o registro da população há muito tempo; já era considerado um sacramento. Portanto, quando o Estado imperial tentou realizar o censo, a população enxergou como uma lei que não só possibilitaria re-cativar os libertos, como também uma lei que feria os costumes sancionados pelos séculos.<sup>66</sup> A revolta se dá com a mobilização da população proibindo a leitura do censo e rasgando as listas de recrutamento. Com essas ações, o povo conseguiu adiar o censo por mais alguns anos.

Algumas décadas depois, acontece a revolta do Quebra-Quilos (1874 - 1876) e a revolta da população é de ordem similar. Tendo em vista o contexto estabelecido na região com o recenseamento da população, logo surgiram novas medidas imperiais que somadas a esta, inflamaram cada vez mais os trabalhadores. Uma

---

<sup>65</sup> SECRETO, Maria Verônica. **Desmedidos: A revolta do quebra-quilos (1874 - 1876)**. Rio de Janeiro, Mauad X: FAPERJ, 2011. p. 24.

<sup>66</sup> Ibid.

nova lei de recrutamento militar (1875), novos impostos, a lei do ventre livre (1871) e o novo sistema de medidas. O último fator citado é o que dá nome à revolta, pois seguindo as necessidades de expansão do capitalismo, o Império decreta a substituição das medidas assimétricas utilizadas por cada comerciante pelo sistema métrico decimal, visando unificar as medidas. A partir dessa lei, os comerciantes e trabalhadores começam a quebrar os pesos e medidas, se manifestando contra a lei do chão e o sistema métrico.

Para uma sociedade camponesa como esta — lembremos que aqui ainda se falava em um Nordeste açucareiro em que a agricultura de subsistência era vigente — as medições são de extrema importância, possibilitando o controle de sua produção como de costume; também os pagamentos eram realizados em espécie na maioria das vezes. Portanto, defender que o comércio fosse realizado como estavam acostumados parte de um pressuposto inicialmente econômico, mas principalmente em defesa dos direitos costumeiros, aqueles que perpassam os séculos e permitiram até então sua existência<sup>67</sup>. Assim como a revolta anterior, os quebra-quilos também conseguiram adiar a instituição do sistema métrico, registros civis e também dificultou o alistamento militar.

A relação dos sertões com a religiosidade cristã sempre foi forte, mas nos períodos de estiagem a fé dos camponeses se fortalecia. No período da seca de 1877 não seria diferente. Deixados à mercê das oligarquias falidas e corruptas e sem auxílio estatal, a Igreja surge como uma luz para os sertanejos; a cultura popular e a religião estavam cada vez mais atreladas. É nesse contexto que o milenarismo enquanto estrutura social emerge para lidar com a instabilidade ambiental<sup>68</sup> criando figuras como as de Antônio Conselheiro e Padre Cícero.

Enquanto consertavam igrejas e acolhiam os famintos refugiados da seca em terras mais férteis do que as que estes haviam abandonado, essas figuras reforçaram uma relação secular entre a igreja e o camponês em períodos de estiagem. Não obstante os vigários se tornam peça fundamental da cultura popular sertaneja, muitas vezes mediando e reivindicando junto a estes seus direitos em nome de uma economia moral frente ao Estado.

---

<sup>67</sup> Ibid. p. 28.

<sup>68</sup> DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: A Criação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. — São Paulo: Veneta, 2022. p. 178.

Também vale ressaltar a atuação das Ligas Camponesas durante as décadas de 50 e 60 do século XX em diversas regiões do Nordeste. Apesar de ser um tema já mais estudado na área da história social do que os movimentos já citados, — estes mais enquadrados como movimentos de caráter primitivo, muito por não ter relação direta com partidos políticos — as Ligas formalizaram as demandas muito já reivindicadas pelos trabalhadores rurais do Nordeste, sendo a principal destas bandeiras o direito à terra<sup>69</sup>. Em meados dos anos 50 nasceu a primeira liga camponesa, a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco” no município de Vitória de Santo Antão, Engenho Galileia e tinha como principal característica ser uma sociedade civil beneficente que visava, inicialmente, fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixões de madeira para as muitas crianças que morriam na região à época.<sup>70</sup>

Com o fortalecimento da organização, os camponeses do Engenho Galileia passaram a ser vistos como ameaça por parte do senhor do engenho e pelos latifundiários da região. Naturalmente se acirraram os conflitos de terras e a SAPP, com a liderança do advogado Francisco Julião, foi ganhando força através da reivindicação dos direitos dos camponeses em três frentes: no campo, na justiça e na assembleia.

“No campo, mantendo contato direto com os camponeses, escrevendo boletins, como o “Guia do Camponês”, o “ABC do Camponês”, a “Cartilha do Camponês” e a “Carta de Alforria do Camponês”. Na justiça, promovendo ou contestando ações que se multiplicavam rapidamente com o alastramento das Ligas por outros municípios do Estado. Na Assembléia, fazendo denúncias e protestos contra as violências, as arbitrariedades, as prisões e os assassinatos impunes dos camponeses que se destacavam pela coragem e resistência contra o capanga e a polícia.” (Julião, 1962. p. 27).

No ano de 1959 as ligas já estavam presentes em treze estados e, ao lado de Francisco Julião na Galileia, o camponês paraibano João Pedro Teixeira partilhou a liderança nacional das ligas como líder da Liga de Sapé, considerada a mais forte do país com maior número de afiliados. Nos seus quase dez anos de resistência e reivindicações, as ligas sofreram grandes baques, como o assassinato de João

---

<sup>69</sup> WELCH, Clifford. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006.

<sup>70</sup> JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas? Cadernos do povo brasileiro. Editora civilização brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1962.

Pedro no ano de 1962 por parte de um grupo de latifundiários e, mais a frente, com a instauração da ditadura civil-militar em 1964 que culminou com a cassação de Francisco Julião e prisão de outros líderes camponeses. A ditadura veio para garantir a expansão dos interesses dos grandes latifundiários do Nordeste, causando uma abrupta interrupção no avanço das reivindicações de direitos dos camponeses e da sonhada reforma agrária.

O objetivo em trazer este histórico de revoltas e movimentos populares no Nordeste brasileiro está na confirmação de um repertório de tradição camponesa na região; também confirmando a antiguidade do mal-estar sertanejo, como trazido por Secreto, e como este acaba por ser combustível para tais revoltas. No caso dos saques, as motivações não fogem desta regra, apenas correspondem ao contexto em que está inserido.

Desde a grande seca de 1877, a qual já constatamos ter garantido uma virada de chave na percepção da gravidade do problema, os saques estavam presentes como forma de resistência frente aos descasos do poder público. Durante esses 100 anos, muito mudou com o avanço do capitalismo nacional, mas muito também permaneceu a salvo, assim como os costumes da resistência dos sertanejos. A tabela a seguir foi construída por Frederico de Castro Neves, em que ele compilou os resultados de sua análise sobre os saques e outras ações de massas no estado do Ceará.

**Tabela 2 - Ações da multidão no Ceará (por secas)**

<b>SECA</b>	<b>TOTAIS</b>
1932	17
1942-3	07
1951-3	75
1957-9	134
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>233</b>

Fonte: NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 252.

A tabela exemplifica como as ações da multidão estiveram presentes ao longo dos períodos de estiagem no estado do Ceará. De maneira similar, podemos analisar a tabela abaixo e perceber como a ação popular durante a seca de 1979 foi intensa, levando em consideração a grande quantidade de saques relatados em periódicos durante os cinco anos de estiagem.

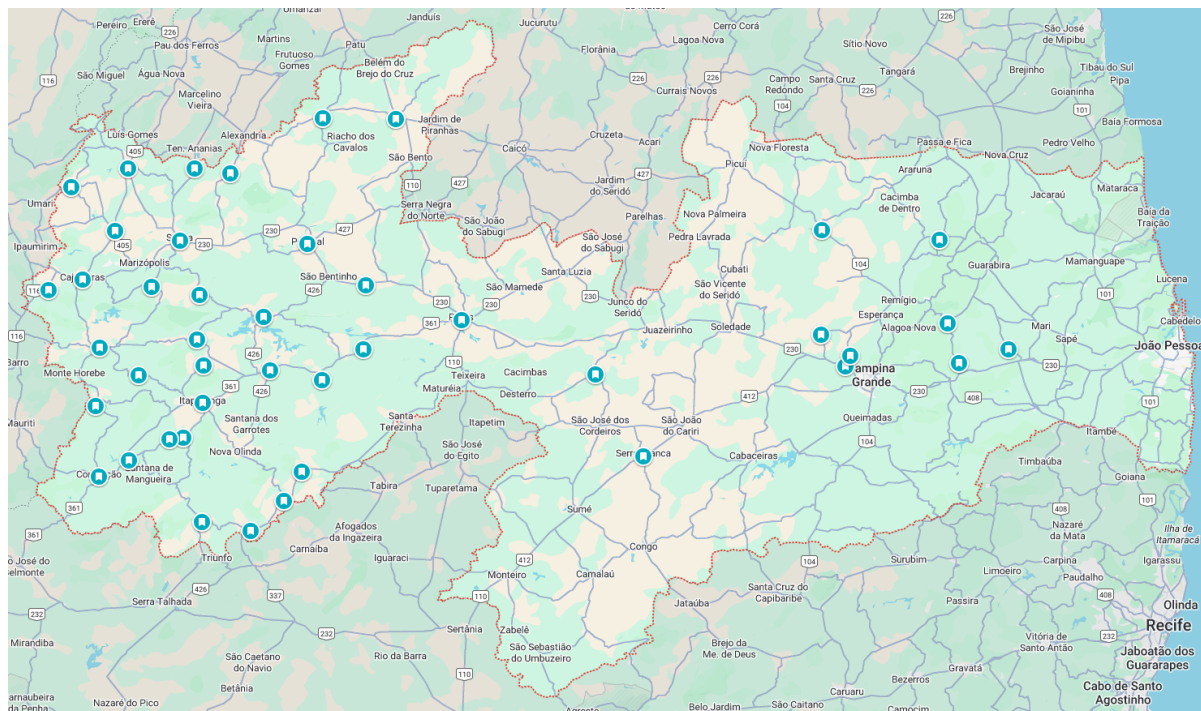
**Tabela 3** - Ocorrências de saques na Paraíba durante a seca de 1979 à 1984

<b>ANO</b>	<b>OCORRÊNCIAS DE SAQUES</b>
1979	13
1980	24
1981	16
1982	17
1983	23
1984	27
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>120</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos periódicos.

Estes 120 saques aconteceram em um período de 5 anos, em 43 cidades do estado. E destas 43 cidades, 33 delas estão concentradas na mesorregião do sertão paraibano.

**Imagem 4** - Cidades paraibanas em que ocorreram saques (1979 - 1984)



Fonte: Acervo Pessoal.

Portanto, é com a perspectiva de ação em defesa dos seus direitos costumeiros que estes agricultores saíam de suas casas. A multidão de centenas e milhares de flagelados das secas marchavam nas cidades dos interiores do Nordeste em busca daquilo que lhes havia sido retirado: o direito de existir. Como já dito anteriormente, com o avanço das novas formas de produção, principalmente a pecuária, os pequenos camponeses que antes tinham espaço e terra para cultivar uma agricultura familiar agora se viam perdendo espaço para o gado e o algodão.

Naquele período, apenas 44,3% da área aproveitável dos latifúndios era explorada, sobrando 55,7% de área improdutivo.<sup>71</sup> Aos poucos, os pequenos produtores foram extirpados de suas terras e seus direitos pela ação do Estado e das elites locais. A atuação dessas elites, no âmbito dos próprios poderes públicos, revela como seus interesses políticos e financeiros eram tidos como prioridade dentro do Estado brasileiro. Nesse sentido, as reconfigurações econômicas dos anos 1970, como o proálcool, não parecem ter alterado profundamente a ordem rural do Nordeste<sup>72</sup>; pelo contrário, pois a relação simbiótica entre elites regionais e

<sup>71</sup> CPT, CEPAC e IBASE. O Genocídio do Nordeste 1979-1983. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988. p. 22.

<sup>72</sup> Principalmente levando em consideração que o proálcool teve impacto mais significativo nas propriedades latifundiárias das regiões litorâneas não apenas da Paraíba como também nos outros estados do Nordeste em que há engenhos de cana de açúcar, sendo estes situados na costa leste da região Nordeste. In.: NITSCH, Manfred. O programa de biocombustíveis Proálcool no contexto da estratégia energética brasileira. Revista de Economia Política, vol. 11, nº 2 (42), pp. 274-299, abril-junho/1991.

elites nacionais teria permitido a manutenção e mesmo a ampliação do latifúndio no período.

É nessa lógica que defendo que os saques e outras ações de massas são uma manifestação desse mal-estar; tais movimentações não passam de uma reivindicação do que pertence a estes camponeses por direito seja numa interpretação positivista da lei, seja numa compreensão consuetudinária do que é o direito. Aqui, contudo, trata-se de uma interpretação que extrapola ambas: são concepções de direito baseadas na relação direta do camponês com a terra; do direito secular garantido por uma economia moral sertaneja que se converte em economia moral flagelada.

### 1.3 A seca de 1979 e as frentes de emergência

A estiagem que assolou as terras e a população nordestina iniciada no ano de 1979 é citada por muitos estudiosos como a maior seca do século XX<sup>73</sup>. Para ser coroada com este título, se observa que neste momento foi se constituindo uma crise em diversos aspectos até que estivesse instaurada uma situação generalizada de calamidade social na região. Dentre estes aspectos devemos considerar que a falta de água é, sim, um fator causador dessa crise, mas certamente não é o principal culpado. Os problemas do Nordeste, e em especial da Paraíba, eram de natureza econômica, política e social.

Sobre as dificuldades econômicas se pontuam algumas questões como a inflação, as alterações na política cambial e a não liberação total dos recursos federais para os programas de desenvolvimento rural. Claro que também se deve levar em consideração o contexto histórico-estrutural em que a permanente crise nordestina se estabelece e se agrava; a natureza desigual do desenvolvimento do capitalismo nacional.<sup>74</sup>

A hiperinflação que assolou o país nas décadas de 80 e 90 teve início no ano de 1979, junto com a segunda crise internacional do petróleo que viria a provocar uma subida exponencial dos preços desta commodity<sup>75</sup>. A crise do petróleo afetou o

<sup>73</sup> FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015

<sup>74</sup> CAMPOS, N. A. **A grande seca de 1979 a 1983**: um estudo de caso das ações do Governo Federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (sertão central e sertão dos inhamuns). Teoria e pesquisa, 44 e 45. Janeiro e julho de 2004. p. 147.

<sup>75</sup> **SENADO FEDERAL**. Antes do Plano Real, inflação no Brasil chegou a 2.500% ao ano. *Senado Federal*, 23 set. 2020. Disponível em:



Brasil de maneira peculiar, pois a expansão da dívida externa já era galopante desde os anos 60 devido a atuação do Estado através de fortes estímulos financeiros de setores considerados estratégicos (infraestrutura e tecnologia)<sup>76</sup>; mais tarde, a soma destes fatores resultaria no desequilíbrio econômico do país.

No quesito político há muitos pontos a se levar em consideração, tendo em vista que as decisões políticas no Nordeste foram historicamente influenciadas pelos anseios econômicos do capital nacional e regional. As soluções estatais para o “Nordeste problema” em muito estiveram atrelados aos industriais da seca, pois, assim como já citado no subcapítulo 1.1., considerando que apesar de representar uma iniciativa concreta na busca de soluções, o planejamento da Sudene rapidamente foi desmantelado pelo Governo Federal após o golpe de 64 visando reestruturar as falidas soluções do DNOCS — órgão historicamente capturado pelos grandes latifundiários. A Sudene passa então por uma política de pulverização de recursos, política esta que objetivou remanejar o investimento destinado ao desenvolvimento da economia do Nordeste em prol de outras regiões do país.<sup>77</sup>

A questão social desta crise permanente não se estabelece nos anos 70, mas sim surge das contradições do modo de produção capitalista desenvolvido ao longo do século XX na região. A natureza do crescimento econômico brasileiro contemporâneo estabelece na região Nordeste as relações de dependência entre os trabalhadores do campo e os grandes latifundiários através dos baixos salários e políticas de benefício aos proprietários de terras. Nos períodos de estiagem a dependência se agrava. Por parte dos flagelados, surge a necessidade do trabalho para sua subsistência e por parte dos proprietários, a necessidade de uma mão de obra barateada.

É neste contexto que surgem as frentes de trabalho. Estas eram utilizadas como soluções rápidas para uma questão estrutural desde a grande seca de 1877, momento em que o Governo Federal começa a intervir no Nordeste com a criação de programas de desenvolvimento da região. As antigas frentes de trabalho foram implementadas e mantidas em atividade ao longo de um século, sendo reativadas sempre que retornavam os períodos de seca. Seu funcionamento se dava através

---

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-do-plano-real-inflacao-no-brasil-chegu-u-a-2-500-ao-ano#:~:text=A%20hiperinflação%20brasileira%20teve%20suas,a%20ter%20uma%20inflação%20considerável>. Acesso em: 23 nov. 2024.

<sup>76</sup> JÚNIOR, Mário Martins Viana. Irrigando a Ditadura: facetas da modernização agrícola no Brasil (1964 - 1975). Tempo & Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0209, maio/ago. 2020

<sup>77</sup> Ibid. p. 137.

da construção de açudes, estradas e grandes obras públicas com o objetivo de ocupar e auxiliar a mão de obra ociosa dos trabalhadores rurais afetados pela estiagem. Entretanto, na prática os trabalhadores das frentes não recebiam mais que um salário de fome enquanto os grandes oligarcas da região, estes, sim, os verdadeiros beneficiários das frentes, obtém melhorias em suas propriedades através das obras das frentes.

Já a partir da seca de 1979 estas frentes são reestruturadas como *frentes de emergência*. Apesar de surgir de uma proposta para ressignificar as frentes de trabalho, na prática, as obras da emergência não possuem destino muito diferente das advindas do programa antecessor. A maior diferença entre as duas está no alvo das obras; onde as frentes de trabalho desenvolviam obras de caráter público, tendo sua verba e implementação muitas vezes desviado, as frentes de emergência redirecionam o projeto para obras de caráter particular, com objetivo de evitar desvios e melhorar as terras em que os camponeses viviam e trabalhavam, assim como posto em Bursztyn, 1985.

“Ao contrário de sua predecessora, as Frentes de Emergência não se caracterizavam mais por seu caráter de “solução keynesiana”, ou seja, a mobilização de grandes massas de trabalhadores para a implantação de obras públicas. A nova tática empregada é o recrutamento de trabalhadores para a implantação de melhoramento nas próprias propriedades, de maneira a torná-las “menos vulneráveis” à impetuosidade das secas.” (p. 48 - 49).

Apesar de possuírem diferente caráter, no decorrer dos dois programas de auxílio à população afetada pela seca acabou sendo colocada em última prioridade, e, mais uma vez, os grandes proprietários surrupiaram o direito de sobrevivência dos trabalhadores mais vulneráveis. A autora Ana Maria Quiroga reforça a perspectiva de Bursztyn ao afirmar que as frentes de emergência se diferenciam das antigas frentes de trabalho ao manterem salários de miséria, que garantem o trabalho nas propriedades privadas. A antropóloga aponta como a soma dos programas de intervenção estatal juntamente com a exclusão de formas produtivas de sobrevivência — como a agricultura familiar — permitiram aprofundar a crise para os trabalhadores enquanto, simultaneamente, dá espaço para o desenvolvimento da dominação capitalista nas regiões do semiárido.

“Nesse período de estiagem, apesar da profunda crise de produção, foram dados importantes passos na perspectiva da extensão do espaço econômico e social de dominação capitalista nas regiões do semi-árido. Isto se deu não apenas em função das opções preferenciais de programa de intervenção estatal assinaladas anteriormente senão também pelas exclusões e dismantelamentos de formas produtivas e de sobrevivência não tipicamente capitalistas que vinham se mantendo na região.” (NETO, 1985, p. 104).

Simultaneamente, através da chamada Revolução Verde<sup>78</sup>, o governo golpista faz regredir as políticas públicas voltadas para uma agricultura de subsistência, instaurando um sistema de agricultura de mercado de exportação que merece críticas em níveis técnico, social e econômico. Nesse ritmo, Campos (2004) e Oliveira (2008) situam a intervenção do Estado na região sendo caracterizada por uma *modernização conservadora*, que corresponde à introdução do progresso técnico sem qualquer relação para com os aspectos sociais do desenvolvimento, sendo este um dos principais motivos para o subdesenvolvimento da região em detrimento do sul-sudeste brasileiro.

Assim como se mostrou ser da natureza desigual do desenvolvimento do capitalismo nacional, a modernização agrícola conservadora que vinha sendo instaurada pelo governo ditatorial de 64 visava transformar a agropecuária tradicional nordestina em economia de mercado. E isso seria feito aprofundando a desigualdade social através da má distribuição de fundos e recursos federais que seriam direcionados para as regiões afetadas pelo flagelo da seca. Através do programa das frentes de emergência, a pouca verba do Governo Federal acabava por ser direcionada, em parte irrisória como salário para trabalhadores rurais e, em maior parte, para as grandes obras em propriedades privadas realizadas por estes trabalhadores. De mesma forma, como analisado por Duarte (2002) em Campos (2004),

“Através das verbas liberadas para o socorro dos flagelados da seca que se inicia em 1979, os proprietários rurais inscritos puderam realizar obras no interior de seus imóveis, com vistas à melhoria da qualidade dos produtos e a um aumento da produção”. (Campos, p. 147).

Historicamente, sua ação é concentrada na construção de estradas e açudes e, como aponta Bursztyn (1985) é nos momentos de intensas secas em que os

---

<sup>78</sup> MOREIRA, José Roberto. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. Estudos Sociedade e Agricultura. 15, outubro 2000: 39 - 52.

latifundiários eram mais beneficiados, tendo em vista que passavam a ser alvo da assistência do Estado sob a forma de obras públicas em suas terras. Portanto, se identifica a recorrência do uso da máquina pública por parte dos políticos locais para benefício próprio em detrimento da população que sofria o flagelo político da seca. Concordando com Bursztyn, Magalhães (1980), como trazido em Campos (2004), afirma que, apesar das supostas ajudas aos flagelados, as frentes de emergências implementadas durante a seca de 1979 garantem a permanência de muitos problemas:

“Influência política clientelística na definição e execução das ações; centralização de decisão a nível dos órgãos federais; baixos níveis salariais; incompatibilidade com as ações de longo prazo; falta de participação das populações vulneráveis no processo decisório; desvio de objetivos, com apropriação de resultados por comerciantes e grandes proprietários de terra”. (Campos, p. 147).

A intervenção federal no Nordeste segue um trajeto que não corresponde ao entendimento da raiz do problema da seca, entendimento este já alcançado desde a década de 60 com a Sudene. Apesar do planejamento ter superado as limitações dos primeiros programas desenvolvidos no início do século XX (voltados unicamente para a ajuda) entendendo que os problemas do Nordeste eram de natureza econômica, política e social, em 79 a elaboração e atuação das frentes de emergência não fugiam muito dessa perspectiva rudimentar frente a complexidade das necessidades da região.

Por esses motivos e pela permanência de problemas já enraizados na relação dos trabalhadores para/com o governo local, que frente às injustiças e corrupções das frentes de emergência os trabalhadores alistados se manifestaram e, por muitas vezes, através dos saques. Partindo do pressuposto de uma moral comum que garante aos trabalhadores o direito à terra, ao trabalho e ao alimento, os saques aos armazéns acabam por ser considerados um ato legítimo de defesa desses direitos, tendo em vista que os alimentos guardados nos armazéns das *frentes de emergência* já pertenciam aos trabalhadores.

Um exemplo dessa mentalidade está posto neste excerto retirado do periódico *Diário de Pernambuco* referente ao ano de 1980 intitulado “Sertanejos famintos ameaçam saque armado”.

“Nesta ocasião, legiões de sertanejos famintos ameaçam invadir cidades para um saque armado — à maneira do bando de Lampião — às feiras e casas comerciais desses municípios, segundo anunciaram ontem alguns prefeitos e líderes políticos do Vale do Pajeú. Eles admitem que graves incidentes poderão ocorrer caso até o dia 15 o Governo do Estado não decrete estado de emergência para as regiões mais atingidas pelos efeitos da estiagem, com a abertura de frentes de trabalho e distribuição de água potável e alimentos de primeira necessidade.” (Diário de Pernambuco, 14 de maio de 1980. Edição 00128. Capa).

Podemos analisar neste excerto como fica explícita a tomada de consciência por parte dos ‘sertanejos famintos’ de que a mobilização serve para exigir seus direitos que não estão sendo respeitados; sejam estes ao alimento, ao trabalho e/ou, quando empregados, ao salário. Neste caso, os saques e as ameaças são utilizados como ferramenta de diálogo e negociação frente aos governantes e senhores de terras. Tendo em vista que se parte de um pressuposto de retirada de direitos que garantem a sobrevivência imediata daquela população, a mobilização pacífica não movimenta as exigências em tempo hábil frente à fome.

Se torna perceptível, portanto, como neste contexto da seca de 79, a relação posta entre os donos de terras e os trabalhadores rurais é de um embate de classes, assim como afirma Oliveira (1980) em Campos (2004),

“Historicamente, todas as ações empreendidas pelo Estado no Nordeste, com o objetivo de combater os efeitos das secas, foram inteiramente capturadas pelo latifúndio e poder político local que privatizam os benefícios. Para os latifundiários, benefícios são obtidos na medida em que as obras e serviços realizam-se em suas propriedades, valorizando-as a um baixo custo salarial. Para o poder político local — prefeitos e vereadores — a alocação de recursos, sendo feita de forma clientelística, implica em garantia de votos, manutenção dos chamados ‘currais eleitorais’ o espaço aberto para a corrupção generalizada” (Campos, p. 149).

onde os primeiros se beneficiam da condição exploratória dos segundos em prol de benefícios econômicos, fiscais e políticos, visto sua relação direta com as governanças locais. Assim, é nesse cenário que a classe dos trabalhadores rurais do Nordeste se organiza ‘à maneira do bando de Lampião’ para advogar em favor dos seus direitos.

Como já trazido em citação na página 15 deste texto, Thompson reafirma não só a noção legitimadora da defesa pelos direitos tradicionais, mas também como as autoridades endossam este consenso popular através de autorizações e permissões. Isto pode ser visto em inúmeros momentos nos periódicos aqui analisados, como posto tanto no excerto acima como no que segue abaixo, onde o

prefeito de Cachoeira dos Índios (PB) não só atende aos desejos dos saqueadores, como permite, passivamente, a ação dos saqueadores:

“Pela terceira vez consecutiva, cerca de 800 agricultores saquearam a Cooperativa Agrícola Mista dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira dos Índios, a 700 quilômetros desta Capital, levando grande quantidade de feijão, arroz, farinha e leite em pó. O destacamento da cidade não interveio, por ordem do prefeito José de Souza Bandeira, que já pediu ao Governo do Estado providências urgentes para evitar que a situação se agrave.” (“Sertanejos famintos fazem saque pela 3ª vez na PB”. In *Diário de Pernambuco*, 20 de julho de 1982. Edição 00196. Capa).

Por fim, fica exposto como as frentes de emergência, assim como os outros programas de desenvolvimento do Nordeste aplicados na região, não só falha na sua proposição de auxiliar os trabalhadores rurais em situação de calamidade social, como cria e mantém a constância dessa crise. Os salários de fome, os não-alistamentos dos agricultores sem terras, as obras em propriedades de particulares, os desvios de verbas, assim como vários outros critérios excludentes constituem não apenas erros de planejamento das frentes de emergência, mas sim expõem que o objetivo sempre foi o de beneficiar os médios e grandes proprietários de terras da região em detrimento das vidas de milhares de famílias pobres do meio rural.

## — CAPÍTULO II —

### **A Paraíba no fim do século XX: Política, economia e o papel da imprensa na construção do cenário de crises**

“Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã.”

(José Américo de Almeida, 1928)

Com o intuito de compreender o cenário em que estava inserida a Paraíba entre 1979 e 1984, é importante acompanharmos a história do Estado no decorrer do século XX principalmente no que diz respeito a seus quesitos político, econômico e social. Com o suporte da historiografia da Paraíba, principalmente da obra *História da Paraíba* de José Octávio de Arruda Mello (2013), neste primeiro subtópico do capítulo está feita a proposta de uma imersão na história do nosso Estado percorrendo desde a década de 1930 até o primeiro ano do período de análise, 1979 procurando entender a questão das ações da política institucional referentes à economia popular.

Já o segundo subtópico propõe uma análise mais direta das fontes desta pesquisa, tratando dos periódicos regionais. Esta fonte passou por minuciosa análise qualitativa que possibilitou uma leitura mais aprofundada e distinta não apenas dos saques realizados na Paraíba, mas também de uma suposta caracterização da ação dos saqueadores, assim como posto pela grande mídia local e pelo Governo Federal. Tendo em vista que nenhuma mídia está isenta dos interesses da elite, esta fonte será analisada levando em consideração as intenções e ideologia daqueles que são responsáveis por sua autoria — a elite local. O jornal ocupa com louvor seu lugar enquanto meio de organização política das elites.

Por fim, o terceiro subtópico, intitulado *"Território Vigiado: O Sertão Paraibano sob a Lupa do SNI"*, busca destacar como o sertão da Paraíba passou a figurar como uma zona de interesse estratégico e de constante vigilância por parte do aparato de segurança do Estado. Através dos documentos do SNI, evidencia-se como essa região, historicamente marcada por desigualdades e tensões sociais, foi tratada com desconfiança pelas autoridades federais, sendo frequentemente associada a focos de instabilidade e desordem. A análise dos relatórios revela não

apenas a tentativa de controle sobre os movimentos sociais e populações sertanejas, mas também o olhar distante e estigmatizado do governo central, que projetava sobre o sertão uma imagem de ameaça potencial à ordem estabelecida. Este subtópico, portanto, pretende demonstrar como os mecanismos de vigilância e repressão foram utilizados como formas de controle político e social, reforçando a marginalização histórica da região no contexto nacional.

## **2.1 A Paraíba no final do século XX (cenário político e econômico nas vésperas da seca)**

O contexto em que o Brasil estava inserido no começo do século XX foi marcado por fortes tensões sociais e políticas. O período da Primeira República se estende desde 1889 com a declaração da república e o fim do período monárquico no país, até o ano de 1930, quando a chamada “revolução de 30” viria a depor o presidente eleito Washington Luís, substituído por Getúlio Vargas que governaria o país pelos próximos quinze anos. Também conhecido como república oligárquica, esse período que viria a durar 41 anos funcionou como um momento transitório entre modelos de governo, tendo em vista que, após quase quatrocentos anos de uma violenta monarquia as relações patriarcais e de clientelismo já faziam parte da natureza do fazer político no Brasil.

O golpe de outubro de 1930 aconteceu pautado em justificativas de cunho ‘revolucionário’ em que a liderança do movimento, a aliança liberal, defendia a intenção de modernizar o país, subjugar o coronelismo e combater as oligarquias que se mantinham no poder desde a primeira república. Apesar das críticas feitas ao centralismo político dos governos anteriores, assim que tomaram o controle político do país houve uma forte centralização institucional do poder e o estabelecimento de um Estado Forte, seguindo as tendências políticas internacionais da época.

A principal faceta que sustentaria o outubrismo foi o movimento que ficaria conhecido como tenentismo. Com a nomeação de policiais militares para as Prefeituras, os interventores reafirmaram os interesses do Governo Federal através da influência autoritária desses agentes. É possível compreendermos o alcance dessa influência quando observamos que o secretário da Fazenda nos primeiros



anos da década de 30 era o tenente Ernesto Geisel, que viria a ocupar a presidência da república anos depois, durante a ditadura civil-militar de 1964.

Na Paraíba, as decisões do novo governo também afetaram diretamente o rumo da política local e o papel de José Américo de Almeida foi fundamental nesse período. José Américo, que teve grande responsabilidade pelo estopim do golpe com a construção do mito de fundação do governo João Pessoa<sup>79</sup>, exerceu sua influência como Interventor do Estado, Chefe do Governo Central Provisório do Norte e viria a ser Ministro da Viação e Obras Públicas nos dois governos de Getúlio. A última função foi a que mais lhe possibilitou atuar em prol da Paraíba, principalmente com a transferência de verba e concentração de recursos do ministério para a recuperação do Estado durante as duras estiagens que assolaram não somente a Paraíba como boa parte do Nordeste; principalmente durante a seca de 1932, cujo impacto sobre a população foi menor graças à ação rápida e centralizada do ministério, uma vez que a liderança de José Américo proporcionou maior autonomia técnica e política para a criação de vagas 'artificiais' em obras públicas, a regulamentação dos preços dos alimentos e o abastecimento de produtos de primeira necessidade nos mercados.<sup>80</sup>

Já em 1935 a Paraíba vivenciou cinco anos do governo Argemiro de Figueiredo, que viria a ser marcado como um dos que mais operou em prol do desenvolvimento do Estado. Através do planejamento urbano, investimento na infraestrutura e uma reformulação da administração pública, Figueiredo construiu um legado muito similar ao que se propunha Vargas em âmbito federal, não somente através de seus ideais desenvolvimentistas, mas com o uso do aparelho estatal para garantir o autoritarismo como forma de governo, assim como a centralização e o controle político na Paraíba. Assim como posto por Mello (2013),

“Tal se verificava porque a Paraíba acompanhava, passo a passo, a centralização político-administrativa do país. Se neste sobrevinha o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Paraíba comparecia com o Departamento de Estatística. Ao Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) federal equivalia o Departamento do Serviço Público (DSP), estadual. No plano federal vigorou o sinistro Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Na Paraíba funcionou o Departamento

<sup>79</sup> BURITY, Luiz Mário. José Américo de Almeida, Da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937. Rio de Janeiro, 2021. p. 166.

<sup>80</sup> NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), dirigido por intelectuais mais ligados ao Interventor do Estado que ao ditador do Brasil.” (p. 189).

Apesar das semelhanças com o governo Vargas, a gestão de Argemiro de Figueiredo seguia uma linha contrarrevolucionária em relação à “Revolução” de 1930. Vindo de origem rural, Argemiro seguiu alinhado aos interesses dos coronéis que, até então, viviam o ostracismo político desde a “revolução” de 1930. Assim, estabelecendo um Estado centralizado de base conservadora<sup>81</sup> que, a partir de 1935 se fortaleceria ainda mais mediante o contexto político internacional — de ascensão do fascismo na Europa— e local — com a Intentona Comunista liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse período, a máquina estatal foi muito bem utilizada pelo interventor do Estado, onde criou-se forte campanha anticomunista aplaudida pelas oligarquias do Estado e disseminada principalmente através dos jornais locais, como *A Imprensa* e *A União*, sendo ratificado por relatórios da polícia<sup>82</sup>. Simultaneamente, a mídia também servia para exaltar a figura do interventor e do ditador que ocupava a cadeira da presidência, assim posto por Silva (2017)

“Enquanto a imagem dos comunistas era desgastada e desvirtuada pela imprensa paraibana, a figura de Vargas, enquanto o “salvador” do Brasil, era exaltada, bem como as representações positivas que se faziam a respeito de Argemiro de Figueiredo, visto como um “homem comprometido com seu povo” e empenhado em livrar o Estado da ameaça vermelha.” (p. 73).

A construção do sentimento anticomunista na Paraíba e no Brasil crescia a passos largos desde a Revolução Russa de 1917 e buscava apoio nos valores religiosos católicos, valores estes intrínsecos à cultura da elite brasileira. Entretanto, foi a revolta comunista de 1935 que deu origem a construção não só a um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática<sup>83</sup> que, trinta anos depois, nos levaria ao período mais sombrio da história contemporânea do país.

<sup>81</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União/ Superintendência de Imprensa e Editora, 2013. p. 190.

<sup>82</sup> SILVA, Waniéry Loyvia Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba no governo Argemiro de Figueiredo (1937 - 1940)**. João Pessoa, 2017. p. 73.

<sup>83</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)**. São Paulo, outubro de 2000.

Nos anos seguintes ao governo Argemiro, durante a década de 40, a Paraíba vivenciou um período de enfraquecimento do setor público em comparação com os anos anteriores. A interventoria de Ruy Carneiro, do PSD, (1940 - 1945) seria marcada por uma personalidade moderada que tinha como objetivo enxugar os gastos públicos, mas que equilibrava sua imagem através de práticas assistencialistas<sup>84</sup>. Após três curtas interventorias, Oswaldo Trigueiro, do UDN, (1947 - 1950) esteve no governo do Estado por meio de voto popular e, assim como seu antecessor, também não se comprometeu com o desenvolvimento do Estado. Apesar dessa similaridade, Trigueiro seguiu com uma administração “anti-populista” empenhada em revogar a estrutura institucional do Estado Novo<sup>85</sup>.

Apenas no ano de 1951 que a Paraíba é novamente colocada nos trilhos para seu desenvolvimento com o retorno de José Américo ao governo do Estado, agora pelo Partido Libertador (PL). Assim como no ano de 1930, sua administração foi marcada pela amplificação da infraestrutura de serviços públicos em açudagem, abastecimento de água, crédito e experimentação agrícola<sup>86</sup>. Durante o ano de 1952, a Paraíba foi assolada por mais uma seca devastadora, mas, de volta ao Ministério da Viação do Governo Federal, José Américo assegurou as verbas federais para as obras contra a seca no Estado mais uma vez, amenizando as consequências da estiagem.

A década de 60 na Paraíba seguiu com dois governos desenvolvimentistas de racionalização administrativa com Pedro Gondim do Partido Democrata Cristão - PDC<sup>87</sup> (1958 - 1966) e João Agripino da Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1966 - 1971). De acordo com o historiador Paulo Giovani<sup>88</sup>, o governo de Pedro Gondim representou o auge do “populismo” na Paraíba, momento marcado pela

---

<sup>84</sup> LEITE, Diogo Pimenta Pereira; SILVA, Daviana Granjeiro da. **A Paraíba e os destinos da nação nas linhas do a união: representação e legitimidade na interventoria Ruy Carneiro (1940-1945)** In: VI SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA - FONTES E HISTORIOGRAFIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO. 6., 2014, Cajazeiras - PB. Anais [...]. Cajazeiras - PB: Universidade Federal de Campina Grande, 2014. SC 07: Espacialidades: Cidade, Região e Nação. ISSN 2237-0668. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/40662>.

<sup>85</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União/ Superintendência de Imprensa e Editora, 2013. p. 192.

<sup>86</sup> *ibid.* 193.

<sup>87</sup> Apesar de ser um dos fundadores do Partido Social Democrático, Gondim se afasta do Governo do Estado no ano de 1960 por motivos de saúde e retorna, em 1961, filiado ao Partido Democrata Cristão. Com o golpe de 1964, Pedro Gondim viria a se filiar ao ARENA, partido conservador de sustentação do Governo Militar.

<sup>88</sup> NUNES, PGA. **Os movimentos sociais, o governo Pedro Gondim e o golpe civil-militar na Paraíba**. ANPUH – xxv simpósio nacional de história – fortaleza, 2009. p. 4.

tentativa de conciliação entre as reivindicações dos trabalhadores rurais e as forças conservadoras.

Durante a primeira metade de sua administração, Gondim manteve uma posição de tolerância e compreensão frente às mobilizações camponesas, chegando a defender a legitimidade das Ligas Camponesas e desestimular o uso da repressão e da violência contra o movimento. Diante dessa postura conciliatória, o Governador se via entre a cruz e a espada, tendo em vista que as forças conservadoras — representadas aqui pela União Democrática Nacional (UDN) — que apoiaram sua candidatura em 1960, também mantinha a pressão sobre ele, o que viria a acarretar na ruptura do governo com as forças populares e de esquerda e uma consequente guinada do governo no sentido dos grupos conservadores.

Essas mudanças de postura de Gondim demonstram claramente os rumos que o levariam a permanecer como Governador do Estado durante o golpe de 1964, tendo em vista que a articulação do golpe na Paraíba contou com a participação não apenas da UDN, partido que o apoiava, como do PSD, partido que ele havia fundado. Apesar de sofrer pressão dos militares para aderir ao golpe, Gondim não tardou a aderir à “revolução”. Dessa forma, os anos finais do governo de Pedro Gondim foram marcados por um acentuado contraste em relação à sua postura inicial, que havia sido de apoio às forças populares de esquerda. Esse deslocamento político manifestou-se, sobretudo, na repressão severa aos movimentos de resistência ao golpe militar, evidenciada por prisões de prefeitos, cassações de mandatos e, especialmente, pela completa desarticulação e repressão às Ligas Camponesas.

Nos anos subsequentes, o governo do Estado da Paraíba ficou sob a liderança de João Agripino, que exerceu o mandato de 1966 a 1971. Nesse período, consolidou-se a articulação do movimento tecnocrático e do modelo desenvolvimentista associado ao regime instaurado pelo golpe de 1964, tendo João Agripino como figura central não apenas na condição de governador, mas também como principal liderança do ARENA no estado. Apoiado pelo seu antecessor nas eleições de 1965, o novo governador foi um ferrenho defensor de um nacional-desenvolvimentismo atrelado à perspectiva na qual o Estado deve tomar

para si a condição de motor do desenvolvimento<sup>89</sup>. Atrelado ao imaginário anticomunista, o seu governo representava bem a articulação entre os interesses regionais e nacionais.

No contexto local, e em consonância com os preceitos do nacional-desenvolvimentismo, João Agripino buscava implementar um projeto de modernização da infraestrutura do Estado, com o objetivo de impulsionar o processo de industrialização na Paraíba. Nesse cenário, a valorização da Sudene constituía um dos eixos centrais de sua estratégia de desenvolvimento regional. Entretanto, conforme mencionado anteriormente no corpo deste texto, após o golpe de 1964, a Sudene passou por um processo de esvaziamento de suas diretrizes originais em razão do alinhamento do Governo Federal aos interesses do capital internacional, comprometendo sua função como agente de desenvolvimento regional.

Apesar dos esforços para implementar um processo de modernização no Estado, João Agripino permanecia vinculado às práticas políticas tradicionais, marcadas por conchavos e relações clientelistas. Essa contradição revela a ausência de uma transformação efetiva na cultura política que ele próprio declarava defender, resultando em processo de modernização conservadora. Sobre isso Sobreira (2022) pontua em seu texto

“É possível relativizar esse vislumbre de mudança da cultura política implementado por Agripino enquanto governador e liderança da Arena na Paraíba. Utilizando-se do cargo e da chefia partidária para beneficiar parentes e aliados políticos, demonstrando que as diretrizes tecnicistas e a valorização de planejamento por mais que tenham obtido êxitos na modernização da Paraíba, não significava, de fato, uma ruptura completa em tradicionais práticas políticas existentes no estado.” (p. 350).

Embora sua postura e o suposto rompimento com a cultura política tradicional na Paraíba sejam alvo de questionamentos, é inegável que João Agripino, em articulação com a ARENA e as forças militares, desempenhou um papel central na implementação do projeto de planejamento tecnocrático vinculado ao golpe de 1964, contribuindo significativamente para a consolidação dos objetivos da chamada “revolução” no contexto paraibano.

---

<sup>89</sup> SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Uma história regional da ditadura civil-militar brasileira: João Agripino e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba**. Revista de História Regional, 2022. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>> p. 343

Antes de deixar o governo do Estado, Agripino se fez responsável pela nomeação do primeiro governador indireto na Paraíba pelo ARENA, Ernani Sátiro (1971 - 1975). A administração de Sátiro seria marcada pela continuação das políticas iniciadas com Agripino: implementação de um projeto de modernização do Estado, de sua estrutura burocrática e econômica aos moldes do governo militar.<sup>90</sup> Este planejamento também viria a ter sua continuidade garantida nas administrações subsequentes. Com um perfil marcadamente conservador e amparado pelos incentivos fiscais do Governo Federal, Ernani Sátiro direcionou sua gestão para o fortalecimento da industrialização na Paraíba, sem negligenciar os investimentos no setor primário.

Mais conservador que seu antecessor, João Agripino, Sátiro enxergou em sua posse uma oportunidade estratégica para restabelecer a influência das elites econômicas tradicionais no interior do aparelho estatal. Dessa forma, com a grave seca que afetou o Nordeste durante sua administração, o governador aproveitou para implementar um “programa de impacto” para atenuar os efeitos da crise.<sup>91</sup> Essas medidas estavam alinhadas ao planejamento de uma modernização conservadora do meio rural, na qual os grupos políticos oligárquicos aliados ao governo Sátiro se consolidavam como os principais beneficiários, em detrimento da população rural, que permanecia em situação de vulnerabilidade e calamidade.

Em seu discurso, Sátiro apresentava as obras e os programas governamentais direcionados à produção rural como iniciativas voltadas ao benefício do pequeno agricultor e à solução do problema da seca. Entretanto, ao final da década de 1970 é possível observarmos que os maiores beneficiários dessas ações são os grandes latifundiários. Isso se confirma em Amorim (1999, apud Sobreira, 2022)

“[...] No que refere-se à dinamização das atividades empresariais do setor agropecuário, essas ações estatais constituíram-se em uma alavanca fundamental para a modernização e o aparelhamento desse setor, além de representarem a tão esperada possibilidade de sua integração ao projeto de desenvolvimento. Ademais, todo esse processo foi conduzido sem

---

<sup>90</sup> *ibid.* 119.

<sup>91</sup> Implementado a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), os programas voltados à região Nordeste foram: o Plano de Integração Nacional (PIN), de 1970; o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste (PROTERRA), de 1971; o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE), de 1972; o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas (POLONORDESTE), de 1973; e o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN), de 1974. *ibid.* 121.

maiores preocupações com as questões relativas às relações de trabalho e aos conflitos sociais delas decorrentes.” (p. 121).

Esse perfil da industrialização paraibana se consolida no governo Ivan Bichara (1975 - 1978), sucessor de Sátyro. Com um passado ligado ao Movimento Integralista<sup>92</sup>, que evidencia seu viés conservador e autoritário, Bichara estabeleceu como principais diretrizes de seu governo a “moralização da administração pública” e o equacionamento das disputas internas no âmbito da ARENA na Paraíba.

A partir de meados dos anos 70, o chamado milagre econômico brasileiro chegava ao seu esgotamento. Durante os anos de 1969 e 1973, o Governo Federal contraiu uma enorme dívida externa a fim de injetar capital no desenvolvimento econômico do país. Apesar da construção de grandes obras e aumento do PIB, a maior herança deixada por esse período foi de uma desigualdade social extrema devido à alta concentração de renda e, claro, uma imensa dívida externa. Simultaneamente, no cenário internacional, o governo norte-americano rompeu com a paridade ouro-dólar no ano de 1972 e aumentou, de maneira unilateral, as taxas de juros no ano de 1979. Além disso, entre 1973 e 1979, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) promoveu elevação nos preços internacionais do produto, prejudicando países importadores, como era o caso do Brasil.

Este era o cenário em que o país estava inserido. Com forte desaceleração econômica e seguindo a tendência internacional de crise, os anos 80 começaram marcando a inflação em 100%, iniciando um período de maxidesvalorização do câmbio que teria seu auge dez anos depois, quando a hiperinflação viria a ser realidade em todo país, chegando a marcar aproximadamente 2000% ao ano<sup>93</sup>. Portanto, o Brasil que, desde 1930, seguia num longo ciclo de desenvolvimento baseado em investimento estatal e financiamento externo, agora vivia um período que ficaria conhecido como “a década perdida”. Certamente a Paraíba não fugiu à regra do cenário nacional e, nesse momento, o Estado que, apesar de dispor de

---

<sup>92</sup> SOUZA, Renato Elias Pires de. A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933-1938). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

<sup>93</sup> IPEA. Cadeias produtivas têm potencial na América do Sul. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=3299&option=com\\_content](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=3299&option=com_content). Acesso em: 20 maio 2025.

uma das melhores infraestruturas da região, também era o Estado que tinha uma das mais baixas rendas *per capita* do Nordeste<sup>94</sup>.

O governador responsável pela administração do Estado no recorte temporal delimitado por esta pesquisa foi eleito de forma indireta, exercendo o mandato entre os anos de 1979 e 1982, renunciando no terceiro ano de governo para candidatar-se ao posto de Deputado Federal. O governo de Tarcísio Burity (ARENA) seguiu as diretrizes estabelecidas pelo regime militar, já em processo de abertura política. Na Paraíba, Burity assumiu o cargo com a missão de conduzir o Estado para a abertura democrática por meio de uma conciliação promovida pelas elites. Assim, mais uma vez, os interesses do grande capital estadual prevaleceram sobre as demandas dos movimentos de trabalhadores rurais.

Ao adotar um discurso liberal-democrático com o objetivo de dissimular o autoritarismo que ainda marcava a atuação da ARENA na Paraíba, Tarcísio Burity procurava projetar a imagem de um governo moderado. No entanto, sua atuação na mediação dos conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terra evidenciava sua real posição política. O caso Alagamar ilustra de forma expressiva essa postura.

O conflito na Fazenda Grande Alagamar, no final da década de 1970, tornou-se símbolo da expansão do capital agrícola na Paraíba durante a ditadura civil-militar<sup>95</sup>. A substituição da agricultura familiar pela pecuária extensiva e monocultura para exportação resultou na expulsão de trabalhadores rurais, que historicamente ocupavam e produziam naquelas terras. Em resposta, os arrendatários passaram a se organizar com apoio dos sindicatos rurais e da imprensa, denunciando os abusos cometidos pelos novos proprietários e suas milícias armadas. A pressão popular levou o Governo Federal a decretar a desapropriação de parte das terras em 1978, mas a medida foi ineficaz diante da resistência dos proprietários e da omissão das autoridades responsáveis por implementá-la.

Ao assumir o governo da Paraíba em 1979, Tarcísio Burity adotou uma postura conciliadora, promovendo a chamada “pacificação” do conflito. Suas ações,

---

<sup>94</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União/ Superintendência de Imprensa e Editora, 2013. p. 195.

<sup>95</sup> SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. Uma história regional da ditadura civil-militar brasileira: João Agripino e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba. *Revista de História Regional*, 2022. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>> p. 233



como o afastamento de delegados da Polícia Militar e o desarmamento geral, buscaram conter os conflitos sem alterar a estrutura fundiária que favorecia os grandes proprietários. Embora tenha articulado acordos pontuais e pressionado o Governo Federal pela desapropriação, sua gestão priorizou a estabilidade política e a manutenção da ordem em detrimento das demandas estruturais dos trabalhadores rurais. O caso evidencia a preferência do Governo Estadual pelo setor agropecuário, mesmo diante da crescente mobilização social e da precarização da vida no campo.

Assim como no caso da Grande Alagamar, o governo Burity ficou marcado pela indecisão diante do flagelo da seca de 1979, buscando uma falsa conciliação entre trabalhadores rurais e grandes proprietários. Embora sempre solicitasse auxílio federal para as frentes de emergência, sua atuação não resultou em soluções efetivas para enfrentar a crise hídrica e social que o Estado enfrentava.

Como podemos ver no excerto abaixo, desde o primeiro ano de estiagem já há mobilização por parte do Governo Estadual para angariar fundos de intervenção contra a seca.

“O governador Tarcísio Burity conseguiu, junto à *Sudene*, a liberação de recursos a fundo perdido e a serem postos à disposição dos pequenos agricultores, nos municípios paraibanos mais atingidos pela estiagem. Os entendimentos com a *Sudene* — desenvolvidos há poucos dias — permitirão ainda a execução de um programa de prospecção de poços artesianos e ampliação dos já existentes. Em caráter de emergência, o Governo do Estado passará a distribuir água, em caminhões-pipa, a partir de terça-feira, no interior.” (A União, capa, 8 de abril de 1979).

O governo de Wilson Braga (PDS) se estende de 1983 à 1984 — período que abrange os dois últimos anos da pesquisa — também tem sua atuação durante a seca como um dos principais momentos que este vivenciou. Em 1983, quando este assumiu a administração do Estado, o período de estiagem na Paraíba e no Nordeste já seguia para o quinto ano consecutivo e as frentes de emergência, que ainda funcionavam como principal solução, estavam cheias e não comportavam todos os trabalhadores atingidos pela seca. Frente à calamidade enfrentada na região, Braga assumiu o cargo tecendo críticas ao gerenciamento do Programa de Emergência no estado durante os quatro anos passados e sugerindo mudanças no plano de ação das Frentes. Porém, assim como Burity, suas atitudes se reduziram ao apelo ao Governo Federal para a tomada de providências para o caso da Paraíba e, mesmo assim, os trabalhadores continuam desassistidos.

O trecho da reportagem do jornal *A União*, intitulado “Seca na Paraíba: Sertanejos invadem as cidades para saciar sua fome”<sup>96</sup> elucida essa questão, abordando os impactos severos da seca no sertão paraibano, destacando a ineficácia e a burocracia das ações emergenciais do Governo Estadual, que não conseguem atender de forma adequada a população afetada. Apesar de algumas iniciativas, como as frentes de trabalho emergencial e envio de caminhões-pipa, a ajuda é insuficiente diante da dimensão da crise. A matéria evidencia a fome, o longo deslocamento dos emergenciados e a precariedade das condições de vida, ressaltando que, mais do que a seca em si, é a desigualdade social e a omissão do poder público que perpetuam o sofrimento do sertanejo.

“Mesmo com a reformulação dos critérios de alistamento de agricultores nas frentes, a **Emergência** continua sofrendo críticas. Quer agricultores, quer Prefeitos das regiões atingidas pela seca, acentuam que as inscrições são feitas de forma muito burocrática e sem atender, às vezes, às necessidades da população, inscrevendo um **número** sempre reduzido de trabalhadores. No Curimataú, por exemplo, a população **estimada** é de 120 mil habitantes, dos quais apenas 2 mil 485 agricultores estão inscritos no programa de Emergência. São oito frentes de trabalho, construindo açudes e estradas vicinais. **Outro** contratempo: a distância entre os frentes de trabalho e as zonas ou os locais de obras. Alguns são obrigados a andarem 30 quilômetros **diariamente**, quando não são obrigados a passar toda a semana no canteiro de obras, obrigados a **fazerem** duas feiras: uma individual e outra para a família. Logo no início, o programa de Emergência estabelecia as funções de desmatar, desaterrar, plantar e recuperação de culturas de agave; **construir** sulcos-trincheira; barragens, açudes, canais de irrigação, poços “Amazonas”, semear **forrageiras**, melhorar estradas vicinais, casas para colonos, armazéns e cercas.

Muito tem sido feito pelo Governo do **Estado**, pelo Ministério do Interior e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste para **diminuir** os efeitos dos sertanejos. Isso, todavia, não foi suficiente. O Governo do Estado, nesse período, prestou assistência aos pequenos **agricultores**, com caminhões-pipa, tanques e motobombas. A seca continuou em sua escala **devastadora** em progressão ascendente e já atingiu cerca de 90% da área geográfica do Estado, cobrindo 46 municípios e o ponto máximo em 72, onde foram feitos convênios firmados entre as Secretarias de Transportes e da Agricultura com a Sudene, estabeleceram 163 veículos para atenderem 91 **cidades**.

As perspectivas não são nada agradáveis para 83. O sertanejo está faminto. As poucas reservas — os rebanhos — tendem a morrer a partir de março, caso não chova. As “levas” de retirantes continuarão nas estradas, levando a **população** de maneira dispersa ou sobrevivendo à sombra de açudes já secos ou em adiantado processo de assoreamento.

No entanto, os problemas sócio-econômicos de sua região, o sertanejo releva para o segundo plano, mas um problema existe: o sertanejo tem fome — uma fome indestrutível. A seca continuará sendo um tema importuno. **Continuarão** sendo registradas as marchas de **retirantes** e os

<sup>96</sup> “Seca na Paraíba: Sertanejos invadem as cidades para saciar sua fome”. In. *A União*, 20 de janeiro de 1983. p. 7.

cânticos lamentando-se devido à fome e à miséria.” (A União, p. 7, 20 de janeiro de 1983).

A partir da leitura da matéria acima, é importante destacar que *A União* é um jornal oficial do Governo da Paraíba, o que confere ainda mais relevância à crítica implícita que atravessa a reportagem. Mesmo sendo um órgão de imprensa vinculado ao próprio Estado, o texto não consegue esconder, e em muitos momentos até evidencia, a ineficácia das medidas emergenciais adotadas. A exposição dos dados sobre a limitação do número de trabalhadores incluídos nas frentes de trabalho, o retrato da fome e da exaustiva rotina dos sertanejos, bem como a constatação da insuficiência estrutural diante da calamidade, configuram uma crítica contundente à atuação estatal. Isso indica uma possível tensão entre o discurso oficial de assistência e os efeitos concretos percebidos pela população. Assim, o próprio jornal, ao documentar a persistência da desigualdade e a lentidão burocrática, acaba por revelar que as ações do governo estadual, ainda que numericamente expressivas nesse caso, não são eficazes o bastante para conter o avanço da miséria nem garantir a sobrevivência digna dos sertanejos afetados pela seca.

Apesar do cenário econômico, a década perdida teve seus ganhos no âmbito social. As mobilizações populares foram desencadeadas pela crise na década de 80 frente a disseminação da pobreza no país e pelo fim da ditadura civil-militar. É nesse mesmo período, na Paraíba, que as movimentações populares ganham mais um incentivo — a grande seca de 1979.

## **2.2 Seca e saques na imprensa: O jornal como organizador político das elites**

A primeira metade da década de 1980 foi um dos períodos mais marcantes da história do país no quesito de movimentação popular e social, impulsionada principalmente pela crise econômica que se estendia desde a década anterior. O cenário nacional que fora pintado não tinha boas cores; com a crise econômica, o processo político de redemocratização do país e a desigualdade social generalizada, o Brasil vivenciava momento propício para provocar uma ebulição de movimentos populares reivindicatórios. Na Paraíba, a grande seca de 1979 viria como um agravante, estimulando à agitação popular os trabalhadores rurais que se

viam reféns das consequências da estiagem e, principalmente, da ausência de políticas públicas efetivas. Frente às adversidades, tais movimentações se manifestaram como ondas de saques que irromperam no meio rural, mas não de forma espasmódica e sim como legítimas reivindicações de direitos sociais e trabalhistas. Assim como posto por Doimo (1995, apud Rostoldo, 2003) veremos que

“Os movimentos sociais populares na década de 1980, no Brasil, não buscavam unicamente melhorias econômicas, mas clamavam por ‘democracia de base e direta e pela ampliação dos direitos de cidadania, especialmente no plano social.’”

Nesse período, principalmente na primeira metade da década de 1980, os movimentos sociais ganharam destaque por atuarem para além da esfera da política institucional. Estes foram cultivados em solo fértil: o processo de abertura política, com o fim da ditadura civil-militar, criou um ambiente propício para sua expansão, ao mesmo tempo em que evidenciou a lacuna existente na representatividade política tradicional. Após décadas de um Estado autoritário e centralizador, que estendia suas ramificações de controle através da política regional, esse vazio representativo, posto em um momento tão crucial do cenário político, foi rapidamente preenchido por movimentos populares heterogêneos, que convergiam na ânsia por participação política, justiça social e democratização.

Esse momento de renovação vem para trazer novas possibilidades no fazer político, ressignificando e legitimando a atuação do povo como sujeito de sua própria história. Dentro do nosso recorte temporal, podemos listar alguns dos principais movimentos responsáveis por este período de mudança: a criação do Movimento dos Sem-Terra em 1979; criação de novos partidos e recriação de partidos extintos durante a ditadura, em 1980; Movimento dos trabalhadores para a construção de Centrais Sindicais, em 1981; criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1982; saques no meio urbano e Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e o movimento das Diretas-Já em 1984<sup>97</sup>.

Estes movimentos surgiram, cada qual à sua maneira, como reação da sociedade civil frente à supressão dos seus direitos básicos, sejam eles o direito à

---

<sup>97</sup> ROSTOLD, Jadir Peçanha. **Movimentos populares e sociais: a sociedade brasileira em ação na década de 1980**. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 5.

moradia, direito à participação política partidária, os direitos trabalhistas ou mesmo o direito de se manifestar. Apesar dessas reivindicações estarem voltadas para a garantia da sobrevivência daqueles que se manifestam, elas não se limitam a uma perspectiva imediatista, muito pelo contrário. Aqui o povo reescreve a sua história, retomando o protagonismo através dos protestos que tiveram um papel fundamental na reconstrução da sociedade e da democracia brasileira. Rostold elucida essa perspectiva quando pontua que

“... as mobilizações funcionaram como meio de pressão sobre o sistema de decisões, mobilizando os ânimos por transformações estruturais; na década de 80, período da abertura política e consolidação democrática, os movimentos visavam reformas e readequações estruturais, requisitando o Estado como provedor em prol de respostas positivas as demandas coletivas” (p. 7).

É nessa mesma conjuntura que as movimentações populares no meio rural se manifestam através das ondas de saques. Assim como no meio urbano — onde protestos, greves e, por vezes, saques também ocorrem como formas de resistência e reivindicação —, no campo os saques foram utilizados pelos trabalhadores rurais como meio de pressão sobre os políticos locais e como ferramenta de reivindicação de seus direitos. Contudo, enquanto nas cidades essas ações estavam mais relacionadas a mobilizações sindicais e demandas trabalhistas, no meio rural os saques ganharam um agravante: refletiam a luta contra a estiagem, a negligência do Estado e a consequente precariedade vivida pelas populações sertanejas.

Durante a primeira metade da década de 1980, especificamente no ano de 1983, episódios de saques também foram registrados em grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Nessas cidades, os saques ocorreram em um contexto marcado por altas taxas de desemprego, inflação crescente e deterioração da qualidade de vida nas periferias. Estes sintomas anunciavam uma crise econômica que afetava diretamente o cotidiano das camadas subalternas nos meios urbanos. Dessa forma, ao ampliar o foco para além das regiões tradicionalmente associadas à seca e à miséria, se faz possível construirmos uma leitura mais complexa dos saques enquanto forma de mobilização social em um período em que o Brasil se via marcado por desigualdades estruturais.

Diferentemente do caso da Paraíba, onde os saques ocorreram em áreas rurais e foram motivados pelas consequências da estiagem nas comunidades do

Sertão, em São Paulo, a onda de saques registrada ao longo de 1983 teve características urbanas, envolvendo periferias metropolitanas e refletindo tensões sociais típicas dos grandes centros. O relato a seguir é referente a uma dessas ocorrências. De acordo com o *Jornal Diário de Pernambuco*<sup>98</sup>, às 9h30 do dia 6 de abril desse mesmo ano, mais de cinco mil manifestantes agitam as ruas da cidade bradando gritos de ordem — “Um, dois, três, quatro cinco mil, acaba o desemprego ou paramos o Brasil” e “O povo está a fim da cabeça de Delfim<sup>99</sup>” — contra as altas taxas de desemprego que afligiam a metrópole. Ao longo do protesto, os saques se fizeram presentes. Apesar da organização sindical desencorajar os atos, mesmo assim os manifestantes se armaram com pedras e paus e se dirigiram a um supermercado arrebatando todas as portas e paredes de vidro, invadindo o local e subtraindo itens. Foi o primeiro saque do dia.

Próximo ao meio-dia, os manifestantes se dirigiram ao Palácio dos Bandeirantes onde se reuniam os governadores Franco Montoro (SP), Tancredo Neves (MG) e Leonel Brizola (RJ). Com o objetivo de levar suas reivindicações para o governador do Estado de São Paulo, invadiram o prédio mesmo diante de forte repressão policial. Na conversa com Montoro os manifestantes revelaram suas exigências: criação do salário desemprego pago pelo governo e empresários, jornada de trabalho de 40 horas semanais sem redução de salários, passe de ônibus para os desempregados, direito à assistência médica e social e direitos sindicais. O governador, recém-empossado, já levantava a possibilidade de criar frentes de trabalho, ideia sugerida há mais de dois anos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mas que até então não havia saído do papel<sup>100</sup>.

<sup>98</sup> “Desempregados agitam São Paulo”. In. *Diário de Pernambuco*, 6 de abril de 1983. Edição 0093. p. 12.

<sup>99</sup> Um dos principais arquitetos do “milagre econômico”, Antônio Delfim Netto é um dos nomes mais importantes envolvidos com a construção do cenário de hiperinflação no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990. Da mesma maneira, no ano de 1983, Delfim atuava como Ministro da Secretaria do Planejamento, e, nesse cargo, foi responsável por políticas extremamente impopulares como o ajuste fiscal, arrochos salariais e forte controle sobre os sindicatos.

<sup>100</sup> Como discutido no primeiro capítulo, entre as questões metodológicas deste trabalho, as fontes utilizadas foram selecionadas com base na região em análise. Nesse sentido, o jornal *Diário de Pernambuco* foi utilizado não apenas por sua cobertura dos saques ocorridos no Nordeste, mas também por oferecer uma perspectiva ampliada sobre o fenômeno em âmbito nacional. Fundado em 1825, o periódico mais antigo em circulação na América Latina se destaca por sua abordagem abrangente de temas regionais e nacionais, o que justifica sua inclusão como fonte relevante neste estudo. Vale ressaltar, entretanto, que historicamente o *Diário de Pernambuco* tem sido associado aos interesses das elites locais, atuando como porta-voz de segmentos conservadores da sociedade pernambucana (cf. Melo, 2008). Suas diretrizes editoriais refletem, muitas vezes, uma visão alinhada ao empresariado e à classe dominante regional, o que deve ser considerado na análise crítica de

### Imagem 5 - Desempregados saqueiam São Paulo



Fonte: “Desempregados agitam São Paulo”. In. *Diário de Pernambuco*, 6 de abril de 1983. Edição 0093. p. 2.

O caso de São Paulo tem suas especificidades, mas também nos permite traçar paralelos com os episódios dos saques rurais no Nordeste e na Paraíba, especificamente no que se refere à conduta do sindicato, as reivindicações dos manifestantes e a abordagem da mídia. No relato de São Paulo, podemos ver que o sindicato adere a uma posição de conciliação; para fazer valer suas reivindicações, o protesto deve seguir a cartilha da organização. Entretanto, a decisão dos manifestantes de prosseguir com o saque retrata a distinção entre a política institucional — representada aqui no sindicato, que respeita a propriedade privada a partir da moral econômica — e a política popular — essa, se manifesta de maneira dinâmica, respeitando a economia moral dos trabalhadores. Como podemos ver abaixo, em Pernambuco também existem ocorrências que retratam a dualidade na conduta entre os líderes sindicais e os trabalhadores.

“Os dirigentes dos sindicatos rurais de Afogados e Iguaraci, Antônio Marques dos Santos e Manoel Gerônimo Neto — os dois maiores líderes camponeses da região do Pajeú, procuram, por todos os meios, evitar essa perspectiva de invasão, enquanto os prefeitos das duas cidades, através de dramáticos telegramas ao governador do Estado, solicitaram medidas urgentes, capazes de solucionar a crise antes do dia 15, data em que os

suas narrativas jornalísticas. Assim, sua escolha como fonte também permite observar como determinados discursos hegemônicos são construídos e veiculados pela imprensa tradicional do Nordeste.

cabeças dos flagelados pretendem iniciar, como último recurso, as invasões a feiras e estabelecimentos comerciais” (“Sertanejos famintos ameaçam saque armado”. In *Diário de Pernambuco*, 14 de maio de 1980. Edição 00128. Capa).

A questão das frentes de trabalho também é relevante, embora em proporção inversa à dos sindicatos. Na década de 1980, os sindicatos urbanos vivem seu auge no Sudeste, com o surgimento do novo sindicalismo. Já as frentes de trabalho se tornam uma realidade presente no Nordeste do país, especialmente em razão das consequências sociais provocadas pela estiagem. Nesse contexto, a Paraíba já possuía um longo histórico com as frentes de trabalho e de emergência, como mencionado anteriormente no tópico 1.3. A falta de trabalho, agravada pela combinação entre a crise econômica e a seca de 1979, já exigia a implementação dessas medidas desde então. Entretanto, as frentes não se mostravam tão eficazes quanto prometido: a escassez de alistamentos e os frequentes atrasos nos pagamentos eram fatores suficientes para gerar insatisfação popular. Nessas circunstâncias, os saques também surgiam como forma de reivindicação desses direitos. Ainda na mesma ocorrência citada acima, encontramos um relato de uma cantoria realizada por poetas populares da terra na residência do prefeito, num apelo ao governador de Pernambuco, Marco Antônio Maciel<sup>101</sup>:

“Marco, nossos dissabores / demonstram grande aflição / pois os marcos do Sertão / são nossos agricultores’ e, mais adiante, num martelo bem arranjado: ‘Se és patrono do Estado / o teu valor se externa / só é feliz quem governa / para não ser governado / deixa, pois, teu nome honrado / se és homem de sapiência / com calma, amor e prudência / honre o Estado e seu nome/ amenize a grande fome / decretando a emergência” (“Sertanejos famintos ameaçam saque armado”. (“Sertanejos famintos ameaçam saque armado” In *Diário de Pernambuco*, 14 de maio de 1980. Edição 00128. Capa).

<sup>101</sup> A cantoria dos poetas populares elucida o papel fundamental da cultura popular como instrumento de crítica social e mobilização política no Nordeste. Em um contexto de carência extrema, onde o Estado falha em garantir até mesmo o mínimo necessário à sobrevivência, manifestações culturais como a poesia oral se tornaram meios legítimos de denúncia. Através das rimas e cantorias, os poetas não registram apenas o sofrimento coletivo, mas dão voz à indignação popular, transformando a arte em ato político. Como destaca James Scott (2013, p. 19) , “proponho que interpretemos os rumores, o falatório, as histórias tradicionais, as canções, os gestos, as anedotas e o teatro dos oprimidos como veículos que servem, entre outras coisas, para que os desvalidos insinuam uma crítica do poder ao mesmo tempo que se escondem por detrás do anonimato ou de leituras inócuas da sua conduta”. Nessa perspectiva, a cantoria aparece como forma de intervenção, dotada de potencial crítico e capacidade de mobilização. Dessa forma, a cultura popular não aparece aqui apenas como um reflexo das condições de vida do povo sertanejo, mas também como uma estratégia ativa de resistência.



Quanto às formas de reivindicação dos trabalhadores, tanto em São Paulo, quanto em Pernambuco, quanto na Paraíba, podemos dizer que há semelhanças. Seguindo a voz de uma multidão de milhares de pessoas, as exigências daqueles que se manifestam são simples, eles exigem que sejam implementados os direitos trabalhistas para os trabalhadores desassistidos em momento de crise. Em São Paulo, a mobilização parte de uma classe trabalhadora urbana já relativamente organizada, que reivindica empregos, assistência médica e social, bem como a garantia de seus direitos sindicais, expressando demandas estruturadas em torno de conquistas trabalhistas. Já na Paraíba, os chamados flagelados da seca reivindicam a abertura de frentes de emergência e o aumento dos salários, em um contexto de extrema vulnerabilidade generalizada.

Apesar das diferenças substanciais entre os contextos de São Paulo e da Paraíba — especialmente no que diz respeito à estrutura social, ao grau de organização dos sujeitos envolvidos e ao histórico de repressão e mobilização —, é possível traçar, no campo da historiografia social, um paralelo que legitime os saques como formas de reivindicação e expressão de demandas populares em determinados contextos. Em ambos os casos, os saques não devem ser compreendidos unicamente como atos de desordem e criminalidade, mas como manifestações extremas de populações que, diante da negligência estatal e da precarização de suas condições de vida, recorrem a formas diretas de ação para reivindicar direitos básicos como alimentação, emprego e dignidade. Ao serem analisados enquanto práticas de contestação social, os saques revelam a potência política das camadas subalternas, ainda que se expressem de modos distintos — sejam articulados por sindicatos urbanos, ou por trabalhadores rurais em processo de organização. Dessa forma, uma abordagem historiográfica sensível às vozes populares pode reconhecer, em ambos os contextos, a agência dos sujeitos e a centralidade dos saques enquanto instrumentos de pressão social e afirmação de direitos historicamente negados.

Para ilustrar essa dinâmica, apresento aqui um caso específico. Em 1984, na região de Cajazeiras, agricultores saquearam postos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (Cidagro) e prometem voltar no dia seguinte, protestando contra o baixo salário:

“Três mil homens participaram, ontem, de saques contra postos da Cidagro e da Merenda Escolar em Cajazeiras, Uiraúna e Cachoeira dos Índios, acossados pela fome e diante da perda irremediável de plantações que fizeram com as primeiras chuvas de janeiro. Também protestaram contra os 15 mil cruzeiros que recebem como alistados do Programa de Emergência, gerenciado pela Sudene.” (“Agricultores invadem Cidagro e prometem voltar amanhã” In *A União*, 1 de fevereiro de 1984. p. 5).

O recorte do jornal *A União*, datado de 1º de fevereiro de 1984, traz um registro fotográfico desse episódio de saque em Cajazeiras (PB). A manchete já antecipa a abordagem adotada pela imprensa à época de ênfase no descontrole, na destruição e na deslegitimação das ações populares, assim como é posto na imagem 5, mostrando mais uma vez as similaridades na perspectiva que a mídia se propõe a passar sobre os saques não apenas na Paraíba, como no caso de São Paulo.

**Imagem 6 - Saque generalizado em Cajazeiras-PB**



Fonte: “Agricultores invadem Cidagro e prometem voltar amanhã” In *A União*, 1 de fevereiro de 1984. p. 5.

Ao trazer o periódico *A União* para este debate, fica em evidência também a importância de analisar a abordagem da imprensa diante das ocorrências dos saques. No caso relatado previamente sobre o saque na cidade de São Paulo, o Jornal *Diário de Pernambuco* traz duas colunas de *Opinião*, em que o ato é comentado por jornalistas. A coluna de opinião assinada por Gilvandro Coelho,

professor e Secretário do Estado de Pernambuco, é significativa por trazer uma fala com caráter institucional, ainda que publicada como opinião. Seu posicionamento associa os saques à desordem, ao medo e à ruptura da “cordialidade brasileira”, reforçando uma narrativa de descontrole social.

“Esses acontecimentos demonstraram, também, ao vivo, que os problemas gerados pela violência são mais danosos para a população do que os males que procuraram combater. Amedrontam e trazem insegurança pessoal e coletiva. Comprovaram, ainda, que a proclamada cordialidade do brasileiro tem limites frágeis, facilmente ultrapassáveis pela manipulação do desemprego, pelo agravamento de injustiças sociais, pela fome, por profissionais da agitação e malfeitores oportunistas” (“Quem paga a conta?” In *Diário de Pernambuco*, 14 de abril de 1983. Edição 00101. p. 9).

A linguagem usada revela uma tentativa de deslegitimar a ação coletiva popular, deslocando o foco da miséria e da exclusão estrutural para a ideia de manipulação e criminalidade. O uso da expressão “profissionais da agitação” indica uma tentativa de criminalizar os sujeitos dos saques como agentes externos à sociedade trabalhadora legítima, uma estratégia típica dos discursos hegemônicos (Moraes, 2009, p. 115). Do ponto de vista gramsciano, trata-se de um discurso ideológico que atua para produzir consenso em torno da ordem, sustentando a hegemonia dos grupos dirigentes por meio de um jornal que, historicamente, esteve associado às elites políticas e intelectuais pernambucanas. A crítica à “violência” desvia o olhar da violência estrutural que antecede os eventos.

Duas semanas depois, no mesmo jornal, temos acesso ao discurso do intelectual e advogado pernambucano Souto Dourado que recorre a uma oposição simbólica entre o “voto” e o “protesto” para diferenciar duas formas de atuação popular: uma racional e legítima, a outra emocional e caótica. Ao associar o protesto ao “desespero” e à “paixão incontida”, a fala psicologiza o conflito social, ocultando as causas materiais da revolta.

“... Quando sai à rua para votar, o povo se comporta de uma maneira: durante a campanha, ouviu os seus candidatos, formou o seu juízo, tomou a sua decisão. Mas, quando sai à rua para protestar, especialmente quando lhe dói o desemprego, muda inteiramente o seu comportamento. No voto, a consciência da pessoa, a esperança; no protesto, a inconsciência coletiva, o desespero; antes, a serena análise; depois, a paixão incontida.” (“Dias de tumulto” In *Diário de Pernambuco*, 21 de abril de 1983. Edição 00108. p. 9).

Aqui, a noção de “inconsciência coletiva” aparece como uma forma de deslegitimação da agência popular, contribuindo para uma leitura espasmódica dos eventos. Gramsci já alertava para o papel da imprensa enquanto educadora política, responsável por organizar ideologicamente a sociedade civil<sup>102</sup>. Nesse sentido, o *Diário de Pernambuco*, ao publicar tais colunas, atua como veículo da hegemonia ao selecionar e propagar interpretações que reforçam a ordem estabelecida, ainda que em tom aparentemente “reflexivo”.

Fugindo de uma visão opinativa, o trecho abaixo integra uma matéria jornalística da editoria de política do jornal *A União*, que, como apontado anteriormente, tem forte vínculo histórico com o governo estadual da Paraíba, o que já indica um caráter mais oficioso e institucional do conteúdo. Apesar da fala do secretário Elzir Matos reconhecer elementos estruturais como fome e baixos salários, ainda assim escolhe manter sua declaração pondo em dúvida a legitimidade dos saqueadores, ao classificá-los como “aproveitadores”. Essa ambiguidade serve para manter a narrativa da ordem, sem deixar de responder minimamente às pressões de uma crise visível. Assim, podemos ver como na Paraíba o jornal local também questiona a ação dos saqueadores:

“Em entrevista a A UNIÃO, o secretário de Agricultura do Estado, Elzir Matos disse acreditar na ação de “aproveitadores” por trás dos saques e invasões de flagelados que têm se repetido nos últimos dias em municípios da Paraíba. Ele reconheceu, no entanto, que as causas principais são a falta de chuvas, carências de gêneros alimentícios e baixos salários nas frentes de serviço” (“Elzir: saques tem origem duvidosa” In *A União*, 5 de outubro de 1983. Capa).

Diferentemente dos colunistas pernambucanos, no *A União* a crítica não é explicitamente moralizante, mas revela uma estratégia de contenção simbólica em que reconhece o problema, porém limita suas causas à esfera emergencial, sem permitir que este se torne motor de crítica ao Estado.

Apesar das condições de vida paupérrimas em que esses saqueadores estavam inseridos, os jornais *A União* e *Diário de Pernambuco* optam por uma narrativa que inverte os papéis. Os sujeitos que protagonizam os saques não são apresentados como vítimas de um sistema socioeconômico colapsado, mas sim como agentes de desordem, impulsionados por má índole, desespero irracional ou

<sup>102</sup> MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 111–125, jul./dez. 2009. p. 117.

manipulação política. A escolha vocabular dos colunistas reforça essa posição ao falar em “profissionais da agitação”, “inconsciência coletiva” e “malfeitores oportunistas”; o discurso jornalístico distancia-se de qualquer tentativa de compreensão estrutural do problema. A fome, o desemprego e a exclusão social são citados, mas não como causas legítimas e sim tratados como gatilhos perigosos que fragilizam a “cordialidade” do povo brasileiro e ameaçam a ordem pública.

Nessa perspectiva, podemos concluir que os jornais atuam como organizadores políticos de grupos sociais específicos, conforme propõe Gramsci ao tratar da imprensa como parte da sociedade civil e instrumento de hegemonia. Como aponta Moraes (2009, p. 115), “a imprensa é parte ativa da sociedade civil, assumindo o papel de instância ideológica fundamental à formação do consenso e à difusão da hegemonia”. Ao reforçar uma leitura moralizante dos acontecimentos e deslegitimar qualquer explicação de base estrutural, os jornais “constituem representações que favorecem a perpetuação das relações de dominação” (Moraes, 2009, p. 116), contribuindo para a manutenção de uma visão de mundo alinhada aos interesses das elites locais.

Outro ponto que é levantado pelo *Diário de Pernambuco* é a questão da influência de partidos de esquerda nas ondas de saques. No caso dos saques na região Nordeste, para além da Paraíba, também conseguimos encontrar tais ocorrências nos estados do Ceará e Pernambuco. Tanto os jornais analisados quanto os relatórios do SNI apontam a participação de militantes de esquerda e filiados ao PCdoB na organização do movimento incentivando os trabalhadores a saquear mercados, feiras e comércios locais. Em Pernambuco, centenas de trabalhadores invadiram o município de Serra Talhada em busca de alimentos e trabalho nas frentes de emergência.

“O mercado público desta cidade só não foi saqueado por 500 camponeses locais, terça-feira última porque o prefeito deu ordem aos policiais para que prendessem os manifestantes e o delegado informou a Secretaria de Segurança”. Não atendidos pelo prefeito da cidade, os camponeses se dirigiram à delegacia onde o secretário de segurança pública, Sérgio Higino alertou o delegado para o perigo de haver infiltrações de elementos comunistas no meio dos camponeses famintos. Os camponeses responderam, de pronto, não conhecer o que significa a palavra “comunista” e adiantaram ao delegado que o que os levava a vir até a cidade é a fome e a falta de trabalho; ( “Polícia caça ‘agitadores’ na Emergência” In *Diário de Pernambuco*, 13 de julho de 1982. p. 10).

Aqui, a justificativa encontrada pelo Secretário de Segurança Pública para desacreditar os saques se apoia na suposição de uma organização por parte de comunistas infiltrados. Tal alegação por parte das autoridades não apenas nega a gravidade do contexto de escassez e exclusão que motivou os saques, como também perpetua uma lógica que deslegitima seus atos. O foco se desloca das causas estruturais, como a fome, o desemprego e a negligência estatal, para uma narrativa que nega à multidão qualquer capacidade de organização autônoma, atribuindo os saques à manipulação de ‘elementos infiltrados’ e partidos políticos de esquerda.

No Ceará, a Secretaria de Segurança Pública teve postura semelhante e classificou os saqueadores como agentes passivos de sua própria história, desacreditando a capacidade de mobilização dos flagelados pela seca. Mais à frente veremos como o SNI relata a atuação organizada de ‘elementos esquerdistas’ na organização dos saques no estado da Paraíba.

“O secretário de Segurança Pública, Feliciano de Carvalho, informou que a Polícia já detectou a presença de elementos políticos de esquerda, infiltrados junto a grupos de flagelados e favelados. Salientou que esses elementos, ainda não identificados, estão dirigindo e orientando toda a ação dessa gente humilde e pobre. Ele também disse que algumas pessoas já foram presas para averiguar porque insuflavam o povo contra a propriedade privada.” ( “Homens e mulheres famintos tentam invadir posto da LBA” In *Diário de Pernambuco*, 20 de setembro de 1983. p. 8).

Na onda de saques de abril que se desenrolaram em São Paulo, já apontadas acima, é citada a participação de membros do Comitê de Luta Permanente Contra o Desemprego, sendo este relacionado ao PT e PMDB, de acordo com a redação do *Diário de Pernambuco*<sup>103</sup>. De maneira similar, relatórios do SNI citam a atuação deste Comitê na cidade de Curitiba cinco meses após o caso de São Paulo.

Diferentemente do que foi registrado em estados como São Paulo e Paraná, onde a atuação de comitês populares e partidos de oposição foi apontada como elemento de instabilidade social, não se observa, nas coberturas do jornal *A União* sobre a seca na Paraíba, qualquer menção ou suspeita direta de envolvimento de organizações comunistas ou de movimentos considerados subversivos. Essa ausência é significativa, sobretudo por se tratar de um jornal vinculado ao governo

<sup>103</sup> “Polícia garante ordem pública” In *Diário de Pernambuco*, 9 de setembro de 1983. Capa.

estadual que evitou associar a emergência social a uma ameaça política organizada. Essa distinção entre o discurso público local e o monitoramento realizado por instâncias federais de repressão torna-se mais evidente na documentação dos órgãos de segurança nacional, como o SNI, que será abordada no tópico seguinte (2.3), ao evidenciar como tais órgãos interpretavam e catalogavam as manifestações de insatisfação popular a partir de uma ótica de controle político e ideológico.

### **2.3 Território Vigiado: O Sertão Paraibano sob a Lupa do SNI (1981–1984)**

No dia 8 de setembro de 1983 foi redigido um informe confidencial com o assunto “Aplicação de táticas do Comitê de Luta Contra o Desemprego”<sup>104</sup>, em que o SNI relata as supostas estratégias dessa organização que foi fundada pelo Partido Comunista do Brasil (e não pelo PT ou PMDB como trazido pelo *Diário de Pernambuco*), com sede na cidade de São Paulo. De acordo com o Serviço Nacional de Informações, “esses comitês vêm sendo os responsáveis por diversas manifestações contrárias às leis e aos costumes, inclusive, com o incitamento a saques e depredações, em estabelecimentos comerciais”. É possível observarmos nesse documento como a ação do SNI se sustenta através da fiscalização e perseguição de agentes políticos da oposição, tendo em vista que este traz detalhes pessoais dos envolvidos como nome e local onde ocorriam as reuniões do Comitê. Pela análise dos relatórios do SNI, é possível compreendermos que a grande preocupação do Governo Federal frente aos saques não está centralizada nas perdas materiais, mas sim com o perigo maior de que o êxito nas ações ocorridas tanto em São Paulo quanto na Capital paraense motive a sua repetição em outros Estados, expandindo as supostas diretrizes do PCdoB e seu “viés revolucionário”. Mais uma vez, assim como é feito desde 1964, o fantasma do comunismo serve de bode expiatório para defender a fiscalização e forte repressão aos movimentos sociais por parte do governo militar.

Durante a ditadura militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI) manteve uma presença sistemática e articulada na Paraíba, atuando em consonância com a estrutura repressiva nacional por meio de um entrelaçamento tático com órgãos

---

<sup>104</sup> “Aplicação de táticas do comitê de luta contra o desemprego” Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Informação n.º 180/16/AC/83. 8 de setembro de 1983.

regionais e locais. De acordo com a pesquisa da historiadora Olga Ferreira, intitulada “Onde termina a justiça social e começa a subversão?” Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)”<sup>105</sup>, a vigilância exercida por esses serviços no estado tinha como foco principal partidos políticos, organizações sociais, estrangeiros residentes e, com especial atenção, a Igreja Católica — tanto em suas alas progressistas quanto conservadoras. Essa vigilância se estendia também aos meios de comunicação, como evidenciado pela coleta e anexação de jornais locais, a exemplo de *O Norte*, aos relatórios oficiais. Além disso, o movimento estudantil e suas lideranças eram alvos frequentes da repressão, sendo monitorados por meio de fichas detalhadas que incluíam informações sobre filiação familiar, local de trabalho, atuação política e posicionamento em relação à “Revolução de 64”. A presença de estruturas como o DOPS, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) e as Divisões de Segurança e Informação (DSI) dentro das Secretarias Estaduais de Segurança Pública confirma a ampla integração da Paraíba na chamada “Comunidade de Informação”, evidenciando como a lógica repressiva operava de forma capilarizada e meticulosamente planejada, mesmo em estados do Nordeste considerados periféricos na geopolítica nacional.

Portanto, na Paraíba, o jornal *A União* e o SNI investiram na narrativa da atuação externa de partidos de esquerda dentro da organização dos saques. O problema dessa abordagem não está na atuação dos partidos, mas na forma como esta é retratada. Essas organizações aparecem como manipuladores da ação dos flagelados, articulando multidões de centenas e milhares de pessoas supostamente inaptas e apolíticas, posicionando os sertanejos como figuras incapazes de se articular politicamente, dentro ou fora de Partidos Políticos, sindicatos e movimentos sociais.

Em uma matéria publicada em 1983 pelo jornal *A União*, já apontada na página 86 desta dissertação, o Secretário de Agricultura do Estado, Elzir Matos, comenta uma série de saques ocorridos em municípios da Paraíba. Em sua declaração, Matos questiona a verdadeira natureza dessas ações, sugerindo a possível atuação de “proveitadores” e insinuando a presença de grupos políticos

---

<sup>105</sup> FERREIRA, Olga Larissa Veiga. Onde termina a justiça social e começa a subversão?” Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPB), 2020.



ou militantes de esquerda infiltrados entre os trabalhadores rurais, com o objetivo de incitar a população.

“ [...] O secretário entende que essas invasões, pela simultaneidade com que estão ocorrendo, são de “origem duvidosa” e estariam a indicar a existência de fatores estranhos que, na sua opinião, estão sendo investigados pelos órgãos competentes. (“Elzir: Saques tem origem duvidosa” In *A União*, 5 de outubro de 1983. Capa).

O mais curioso nesse relato é que tais afirmações foram feitas após um período marcado por múltiplas invasões organizadas, sobretudo por mulheres, em diversas cidades do estado. Essa contradição entre o reconhecimento das causas sociais e a tentativa de deslegitimar as ações coletivas ao atribuí-las a forças externas levanta questionamentos sobre a forma como o Estado interpretava e respondia às manifestações populares naquele contexto.<sup>106</sup>

Pode-se levantar a hipótese<sup>107</sup> de que a incredulidade de Elzir Matos diante da capacidade de organização política das mulheres sertanejas revela um viés de classe e de gênero profundamente arraigado. Ao sugerir que tais ações só poderiam ter origem em elementos “estranhos” ou manipuladores externos, o secretário ignora a agência das próprias mulheres rurais, cuja atuação articulada evidencia uma forma legítima e estratégica de resistência diante da negligência estatal. Essa desconfiança implícita, portanto, escamoteava a força política contida na ação coletiva feminina e reforçava a tendência histórica de invisibilizar as formas populares, e muitas vezes femininas, de organização no semiárido nordestino.

A Zona Oeste da Paraíba foi uma das mais afetadas pela grande seca durante a década de 1980 e, como de praxe, as medidas adotadas pelo Governo Federal eram consideradas insuficientes, visto que muitas verbas destinadas para a região acabam sendo utilizadas de maneira indevida. Frente à essa situação, o SNI pontua a atuação direta do PCdoB, que se encontrava firmemente instalado no sertão paraibano, onde supostamente recrutaria seus quadros na Universidade

<sup>106</sup> As referidas ocorrências são encontradas no jornal *A União*: “Mulher sai da ‘frente de serviço para a maternidade’”, 4 de setembro de 1983; “Flagelados invadem posto médico”, 10 de setembro de 1983; “O braço feminino nas frentes de serviço”, 11 de setembro de 1983; “Cidades sertanejas sofrem novas invasões e saques”, 17 de setembro de 1983; “Flagelados voltam a fazer saques no Sertão”, 17 de setembro de 1983; “Invasão de Flagelados em Coremas”, 20 de setembro de 1983; “Saque em Patos: Feiras entregues a flagelados”, 22 de setembro de 1983; “Mulheres invadem e saqueiam Itaporanga”, 22 de setembro de 1983; “Mulheres com fome invadem Itaporanga”, 27 de setembro de 1983; “Mais de 1000 flagelados saqueiam a cidade”, 29 de setembro de 1983.

<sup>107</sup> A discussão sobre os saques e a intersecção de gênero se dá no capítulo posterior.

Federal da Paraíba<sup>108</sup>. De acordo com o Ministério do Exército, esse trabalho de cooptação vinha sendo realizado ao longo do Sertão em cidades como Areia, Patos e Cajazeiras, aproveitando as regiões onde a UFPB possui seus *campi*. Segundo o SNI, os quadros do PCdoB eram compostos por advogados do Sindicato Rural, professores universitários e estudantes.

Para além da investigação sobre a UFPB, a CIDAGRO também foi alvo de investigação do órgão repressivo. Como referenciado anteriormente, ela era responsável pela distribuição de sementes e alimentos aos “emergenciados”, porém esta recebeu acusações de corrupção, como desvio de gêneros e venda ilegal dos mesmos. Nos relatórios do SNI encontramos o seguinte relato: em 23 janeiro de 1984 houve um acidente com um caminhão que conduzia uma carga de milho, e o motorista confessou que a carga tinha sido vendida pela CIDAGRO a um único elemento, o comerciante Pedro Roberto que era o maior atacadista da região. De acordo com o SNI, diante disso, a Companhia se tornou o principal alvo dos saqueadores e do PCdoB, como visto no excerto do relatório

“...com isso aproveitaram-se os agitadores do PCdoB e Bosco Barreto<sup>109</sup> para irem à Rádio Difusora, de Cajazeiras, incitando o povo a ir buscar o que é seu e que estava ‘sendo roubado pelos órgãos do governo’” (“Situação na zona oeste da Paraíba” Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Informação n.º 0352 s/ 102-A11-CIE. 8 de março de 1984).

O relato do SNI, datado de 23 de janeiro de 1984, revela que um caminhão carregado de milho, um bem essencial especialmente em contextos de escassez e vulnerabilidade social, sofreu um acidente. A partir disso, o motorista confessou que a carga havia sido vendida pela CIDAGRO a um único comerciante: Pedro Roberto, o maior atacadista da região. Essa transação indica um processo de favorecimento privado com recursos públicos, evidenciando práticas de concentração de bens essenciais nas mãos de agentes econômicos privilegiados, em detrimento do acesso justo e coletivo.

<sup>108</sup> “Situação na zona oeste da Paraíba” Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Informação n.º 0352 s/ 102-A11-CIE. 8 de março de 1984.

<sup>109</sup> “João Bosco Braga Barreto era candidato a Deputado Estadual pelo MDB nas eleições de novembro de 1982 e alegava ter sido derrotado pelo Cap. José Barbosa Carvalho Filho, Oficial QAO da Reserva, e que, tendo servido muitos anos no Tiro de Guerra de Cajazeiras, lhe teria tirado os votos da região. Isso causou fortes ressentimentos em Bosco Barreto. O Cap. Barbosa é o atual Presidente da CIDAGRO e Bosco tem feito tudo para derrubá-lo do cargo” In. “Situação na zona oeste da Paraíba” Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Informação n.º 0352 s/ 102-A11-CIE. 8 de março de 1984.

Essa informação problematiza a condenação moral e jurídica dos saques ocorridos em contextos similares. Se, por um lado, os saques são legalmente caracterizados como atos de apropriação indevida, por outro, esse tipo de corrupção institucional, em que o Estado por meio de suas agências desvia bens públicos ou subsidiados para interesses privados, compromete profundamente a legitimidade moral de suas ações frente à população. A venda de um carregamento inteiro de milho a um único atacadista, em vez de ser distribuído de forma equitativa nas feiras ou por canais públicos, acentua a exclusão social e alimenta o sentimento de injustiça entre os flagelados da seca.

A matéria publicada pelo jornal *A União* em 24 de janeiro de 1984 apresenta o saque ao depósito da cooperativa em Cajazeiras sob uma narrativa que despolitiza a ação dos trabalhadores ao enquadrá-los como meros “flagelados” movidos pela fome, esvaziando qualquer dimensão crítica ou organizada de sua atuação coletiva.

“Cerca de 300 trabalhadores saquearam ontem pela manhã o depósito da Cooperativa Central Agrícola do Estado em Cajazeiras retirando 470 cestas de gêneros, contendo cada uma 18 quilos de feijão, arroz e milho, que estavam estocados para venda aos inscritos nas frentes de emergência. A polícia prendeu 11 pessoas, entre as quais duas mulheres, que participaram da invasão, mas no final da tarde de ontem o governador Wilson Braga, depois de inteirado dos fatos, ordenou a soltura dos trabalhadores.” (“Flagelados invadem cooperativa de Cajazeiras e levam alimentos” In *A União*, 24 de janeiro de 1984. Capa).

Da forma como a matéria é escrita, o jornal recorre a uma representação passiva dos sujeitos envolvidos, reduzindo o episódio a um problema humanitário e desvinculando-o de qualquer questionamento estrutural sobre a gestão dos recursos públicos ou das políticas de emergência. Importante pontuar que o jornal se isenta ao não relatar a venda imoral dos alimentos ao comerciante Pedro Roberto.

Simultaneamente, a figura do governador Wilson Braga é exaltada como a do líder sensível e benevolente, que, ao ordenar a soltura dos detidos, se posiciona como salvador dos pobres, reforçando uma lógica clientelista e paternalista típica das práticas políticas da época não apenas na Paraíba, como no âmbito nacional. Considerando que o jornal *A União* era o veículo de comunicação oficial da Paraíba, a matéria reflete interesses governamentais ao proteger a imagem do executivo e ocultar as contradições do próprio Estado na condução das políticas públicas destinadas à população vulnerável.

Nesse contexto, os saques podem ser interpretados não apenas como reações desesperadas à fome ou à exclusão, mas também como atos de contestação à ilegitimidade de um sistema econômico e político que privilegia poucos em detrimento de muitos. Isso não significa a legalização ou idealização do saque, mas propõe uma leitura mais ampla de sua legitimidade social como resposta a um sistema de distribuição injusta e marcado por práticas corruptas e ineficientes por parte do próprio Estado. Portanto, a análise do trecho ilumina como a própria estrutura de poder e corrupção local pode colocar em xeque a autoridade moral e institucional que condena os saqueadores, revelando uma complexa tensão entre legalidade e legitimidade.

Esse trecho também traz a informação do uso da Rádio Difusora como mais uma ferramenta utilizada durante a agitação popular dos saques. De fato, as principais preocupações do Governo Federal frente a essa articulação dos trabalhadores era de que “a ação da Rádio Difusora de Cajazeiras<sup>110</sup>” levava “a palavra dos subversivos aos mais distantes sítios e brejos da área, abrangendo também o RN, CE e PE”. Uma semana depois dessa ocorrência, no dia 30 de janeiro de 1984, o SNI relata o uso de “táticas de distúrbios de rua” por parte dos manifestantes, sendo estas

“espalhando boatos de que vários locais iriam ser arrombados, objetivando a divisão da força policial; a multidão manteve-se unida, não se dispersando em diferentes direções, após cada ação repressiva da polícia; nas ruas, onde eram realizadas ações, as luzes foram apagadas por elementos adestrados que conheciam os ganchos interruptores existentes em determinados postes e que podiam ser acionados por meio de um pedaço de pau.” (“Situação na zona oeste da Paraíba” Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Informação n.º 0352 s/ 102-A11-CIE. 8 de março de 1984).

Novamente encontramos o relato do mesmo dia no jornal *A União*. Sobre as “táticas de distúrbios de rua”, como foi colocado pelo SNI, o jornal fornece indícios importantes sobre estas estratégias de organização coletiva dos trabalhadores envolvidos nos saques aos depósitos da CIDAGRO em Cajazeiras.

---

<sup>110</sup> A Rádio Difusora de Cajazeiras é uma das emissoras pioneiras do Sertão paraibano. Sua origem remonta a 5 de agosto de 1938, quando começou a funcionar como uma difusora por meio de alto-falantes instalados pela cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão da Paraíba. Após quase 36 anos de atuação nesse formato, a iniciativa de transformá-la em estação de rádio foi concretizada em 19 de março de 1964. Após um período experimental, a Difusora Rádio Cajazeiras foi oficialmente inaugurada em 31 de maio de 1964, ampliando o alcance de sua programação para ouvintes que passaram a acompanhá-la diretamente de suas casas.

“Oitocentos homens, divididos em dois grupos, com pás e picaretas, arrombaram, ontem, dois depósitos da Cidagro em Cajazeiras. O primeiro saque ocorreu às 11:30 horas contra o posto que está instalado em dependências da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba, na rua Desembargador Botto, de onde levaram 300 feiras (cestões) de 18 quilos cada. Meia hora mais tarde, enquanto o primeiro se dispersava, o segundo grupo investia contra o depósito da Companhia, no centro da cidade. Mais 141 cestões, com alimentação básica, foram carregados pelos agricultores. Os prejuízos, nos dois casos, estão sendo contabilizados pela Cidagro” (“Agricultores saqueiam postos da Cidagro e prometem voltar amanhã” In. *A União*, 31 de janeiro de 1984).

Apesar da abordagem jornalística estar centrada nos “prejuízos” e na narrativa de desordem, o conteúdo da matéria revela que a ação foi planejada e executada com divisão tática de tarefas e uso de instrumentos como pás e picaretas, o que indica preparação prévia. Os trabalhadores se dividiram em dois grupos distintos, atacando dois depósitos em momentos diferentes, o que demonstra coordenação do grupo, além da intenção de maximizar o impacto e minimizar o risco de repressão simultânea. Essa dimensão organizativa das ações populares, mesmo em contextos extremos de privação, evidencia o caráter coletivo e estratégico da revolta — elemento que remete diretamente à análise de E. P. Thompson sobre os motins de fome na Inglaterra do século XVIII.<sup>111</sup> Segundo o autor,

“o ‘motim’ — um termo, em si, canhestro, que talvez mais oculte do que revele — não é uma resposta ‘natural’ ou ‘óbvia’ à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência. Não há dúvida de que os amotinados tinham fome, mas a fome não prescreve que eles devam se rebelar nem determina as formas da revolta” (THOMPSON, 1998, p. 208).

A leitura de Thompson nos ajuda a compreender que, embora os trabalhadores envolvidos nos saques estivessem claramente afetados pela escassez de recursos, sua ação não foi meramente reativa, mas resultado de uma racionalidade coletiva, com organização interna e escolha tática dos alvos, o que não necessariamente implica em vínculos com partidos políticos ou movimentos formais, mas sim na emergência de uma lógica de resistência popular frente à ineficácia das políticas de combate à fome.

---

<sup>111</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 208.

A atuação dos grupos também evidencia uma racionalidade política e não apenas o impulso da necessidade imediata. Ao concentrar esforços em uma instalação estatal ligada à distribuição de alimentos (CIDAGRO), os trabalhadores direcionam sua ação a instituições percebidas como símbolos da má gestão ou da exclusão no acesso a recursos básicos. Da mesma forma, a promessa de “voltar amanhã”, destacada no próprio título da matéria, reforça a natureza coletiva e reiterativa da ação, indicando que os trabalhadores não atuavam apenas em reação ao momento, mas dentro de uma lógica de pressão e resistência contínua. Isso fica mais claro quando vemos que os trabalhadores “também protestaram contra os 15 mil cruzeiros que recebem como alistados do Programa de Emergência, gerenciado pela Sudene”<sup>112</sup>, ou seja, não protestavam apenas pela fome, mas igualmente por reivindicações sociopolíticas.

Assim, embora a matéria tente enquadrar os episódios como meros casos de vandalismo, os elementos descritos apontam para uma estratégia organizada que combina ação direta, aproveitamento de brechas logísticas e recusa à passividade frente à exclusão alimentar. Essas ações devem ser compreendidas como formas de enfrentamento político, ainda que não formalmente institucionalizadas, revelando a capacidade de mobilização e tática dos sujeitos populares diante da ineficiência ou negligência do Estado.

Nesse sentido, a teoria da infrapolítica proposta por James C. Scott (2013) oferece uma chave analítica fundamental para compreender tais práticas. Scott destaca que “estas formas políticas elementares ajudam a explicar porquê é que a infrapolítica passa tantas vezes despercebida” (p.274), já que operam à margem do campo político institucionalizado. No entanto, essa invisibilidade não deve ser confundida com ausência de ação ou organização. Pelo contrário, “a infrapolítica é, bem entendido, verdadeira política” (ibid), pois articula uma forma de resistência cotidiana adaptada às condições concretas de opressão vividas pelos sujeitos.

Assim, as ações analisadas, longe de constituírem meros atos de desordem, devem ser interpretadas como parte de um repertório político subterrâneo, por meio do qual populações marginalizadas resistem, negociam e enfrentam a exclusão estrutural com táticas próprias, sustentadas pela solidariedade e pela experiência compartilhada de opressão.

---

<sup>112</sup> “Agricultores saqueiam postos da Cidagro e prometem voltar amanhã” In. *A União*, 31 de janeiro de 1984.

De fato, na perspectiva do SNI, as ondas de saques demonstravam um grau de organização política, fugindo da perspectiva de um movimento espasmódico e famélico. Os ditos “flagelados” conseguiram angariar alimentos para garantir sua sobrevivência, mas para além disso, também conseguiam ser escutados em seu clamor por uma ação enérgica dos órgãos governamentais nos campos econômico e psicossocial. As suas principais reivindicações eram, de acordo com o relatório:

“Aumento do salário das “Frentes de Emergência”; distribuição de alimentos até que cesse a estiagem; melhor atendimento médico; apenas o cabeça da família deveria ser alistado, recebendo este elemento todas as quantias referentes aos membros de sua família que poderiam ser alistados e moralização das empresas estaduais que atuam na distribuição de gêneros e controle das frentes.” (“Situação na zona oeste da Paraíba” Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Informação n.º 0352 s/ 102-A11-CIE. 8 de março de 1984).

Assim como é encontrado nos relatórios que se referem ao Sudeste do país, o maior receio posto pelo SNI no caso da Paraíba estava na expansão da ação continuada dos manifestantes, ramificando-se nas mais diversas localidades e expandindo uma ideologia de oposição ao governo, como pode ser visto no recorte do relatório abaixo.

“O incitamento das vítimas do flagelo para promoção de invasões e saques nos municípios, por parte de terceiros, visa tão somente desafiar e desmoralizar o Governo Federal, ora empenhado na pronta e necessária atuação em favor dos flagelados. Tais atitudes, evidencia seu caráter eminentemente subversivo.” (“Agitação na área da seca na Paraíba: Atuação da imprensa e políticos” Serviço Nacional de Informações. Agência Recife. Informação n.º 191/118/ARE/81. 31 de julho de 1981).

A partir da leitura dos relatórios do SNI, observamos uma preocupação central com a possibilidade de expansão das ações populares e do contágio ideológico entre as populações atingidas pela seca. A designação dessas manifestações como “subversivas” se apoia menos em evidências de vínculo partidário ou doutrinário e mais na percepção de que elas ameaçavam simbolicamente a ordem pública e a autoridade do governo federal. Nesse contexto, vale considerar o papel desempenhado pelo jornal *A União*, historicamente vinculado às elites políticas da Paraíba. Ao noticiar os saques e protestos com ênfase na miséria e na fome, mas sem associá-los diretamente a ações políticas organizadas, o jornal contribui para uma narrativa que reconhece a gravidade social

da crise, mas que evita tensionar o governo estadual ou sugerir qualquer articulação subversiva que justificasse uma repressão mais ampla. Essa escolha editorial pode ser interpretada como uma estratégia deliberada de contenção: ao despolitizar os eventos, *A União* remove o protagonismo político dos saqueadores, ao mesmo tempo que protege os interesses financeiros do governo do Estado da Paraíba<sup>113</sup>, preservando a imagem das autoridades locais enquanto desloca o foco da responsabilidade para a omissão federal.

No Jornal *O Norte*<sup>114</sup>, durante os meses de setembro e outubro de 1983, foram publicados diversos artigos de autoria do Professor de filosofia da Universidade Federal da Paraíba Francisco Pereira Nóbrega<sup>115</sup>. O conteúdo destes artigos constitui críticas diretas ao “SNI”, ao “Governo da Paraíba”, “Governo Federal” e diretamente ao “Presidente da República”. O professor Francisco Nóbrega também publicou um artigo intitulado “Manifesto aos flagelados”, no qual ele incentiva os flagelados ao ato do saque. Contra a defesa incondicional à propriedade privada acima da vida dos sertanejos, o professor defende com veemência que a única linguagem que as elites entendem é a convulsão social. Em alusão à máxima marxista, Nóbrega exalta

“Famintos em estado grave, voltai às feiras, saqueai. Violência não é o que fazeis. Violência é o que de vós fizeram cadáveres ambulantes à soleira dos cemitérios. Dai sentido à morte se à vida não podeis mais dar. Arrisca-na na convulsão social. Nem este sol que nasce tem sentido para vossos dias. Do lado de cá nada mais resta a perder, nada mais a ganhar. Vossos filhos serão cadáveres, abraçados a vossos cadáveres, na vala comum da indiferença governamental.” (“Atuação de Francisco Pereira Nóbrega”, Jornal *O Norte* in Serviço Nacional de Informações. Agência Recife. Informação n.º 129/19/ARE/83. 14 de outubro de 1983).

<sup>113</sup> É importante lembrar que as elites paraibanas tinham interesse direto na manutenção do controle sobre os recursos financeiros de origem federal destinados às frentes de emergência — verbas que, embora oficialmente voltadas para o socorro aos sertanejos, também sustentavam redes de clientelismo e garantiam poder político local, funcionando como mecanismo de barganha em tempos de crise.

<sup>114</sup> “Atuação de Francisco Pereira Nóbrega” Serviço Nacional de Informações. Agência Recife. Informação n.º 129/19/ARE/83. 14 de outubro de 1983.

<sup>115</sup> “Francisco Pereira é um homem simples, desprovido de vaidade, zeloso da sua privacidade, levando uma vida discreta, dedicada aos estudos, ao trabalho e à família. Suas crônicas diárias revelam a preocupação que ele tem com os menos favorecidos pelo destino e pela injustiça social. Analisando cada caso pelo aspecto filosófico, leva o leitor a uma reflexão mais profunda sobre a nossa realidade. Já colaborou em diversos jornais do Estado; foi redator de *A Notícia* e de *A Imprensa*, *Correio da Paraíba* e *Correio Braziliense*. Atualmente, mantém coluna diária no *Correio da Paraíba*. . Ingressou na Academia Paraibana de Letras, em 24 de abril de 1981, recepcionado pelo acadêmico José Rafael de Menezes. Publicou: A palavra na construção do homem. João Pessoa: A União, 1982.” in.: Arquivo da Academia Paraibana de Letras, 1991. Disponível em: <https://aplpb.com.br/n-33-1-sucessor-francisco-pereira-da-nobrega/>. Acesso em: 24 de maio de 2025.



Estes artigos são apresentados em recortes incluídos em um relatório do SNI, evidenciando, mais uma vez, como a censura, a vigilância e a repressão política se articulavam por meio de fichamentos que reuniam dados pessoais, atividades políticas e vínculos ideológicos daqueles considerados subversivos. Mesmo no período de abertura política e transição de um sistema ditatorial para a democracia, essa prática não se restringia a organizações e partidos de oposição ao governo, mas alcançava também indivíduos, como no caso do professor Nóbrega, e mesmo veículos de comunicação eram submetidos ao controle e à fiscalização do principal aparato de inteligência da ditadura civil-militar.

Como resultado, fica claro que o jornal *A União* não apenas relatava os saques, mas os enquadrava dentro de um repertório ideológico que deslegitimava a ação popular e protegia o governo do Estado de uma crítica mais profunda. Essa abordagem revela o papel desse jornal como mediador do imaginário social paraibano: em vez de trazer luz sobre as causas da mobilização popular, ela frequentemente atuava como instrumento de contenção, reafirmando os valores da moralidade econômica institucionalizada e construindo um consenso conservador que alimentava a repressão estatal e deslegitimava as demandas populares.

Portanto, é possível abstrair que ao lado de greves operárias e manifestações por direitos básicos, os saques também devem ser compreendidos como uma articulação política em forma de respostas coletivas a uma situação de profunda vulnerabilidade social, nas quais o acesso aos bens de consumo, empregos nas frentes de emergência e salários dignos se tornavam inacessíveis. A utilização das fontes como os jornais locais e os relatórios do SNI se faz fundamental para compreendermos essas ocorrências não como casos isolados ou meramente criminais, mas como parte de um fenômeno social mais amplo, que articula a escassez de recursos, indignação popular e formas alternativas de reivindicação política e social.

Ao reconhecermos os saques como respostas políticas válidas a condições extremas de exclusão social, também se torna relevante aprofundar a análise sobre os sujeitos envolvidos nessas ações e os marcadores sociais que atravessam suas experiências. O capítulo seguinte se dedicará a examinar como o imaginário em torno da figura do “flagelado” é construído e instrumentalizado, explorando como a imprensa, o Estado e as elites locais moldam discursos sobre violência e despolitização. Além disso, será investigado o papel das mulheres nas lutas

coletivas no sertão paraibano, destacando as intersecções entre classe, gênero e identidade na conformação de práticas de resistência. A partir dessas reflexões, busca-se evidenciar como as experiências vividas no Sertão paraibano desafiam as narrativas hegemônicas e revelam dinâmicas políticas próprias, muitas vezes invisibilizadas ou deslegitimadas pelo poder institucional.

### — CAPÍTULO III —

#### **O flagelado, a violência e a luta coletiva: Reflexões sobre classe, gênero e identidade na Paraíba**

A análise dos saques ocorridos no sertão paraibano entre 1979 e 1984 exige que se vá além da materialidade dos eventos para alcançar suas camadas simbólicas, culturais e políticas. Neste capítulo, propomos uma reflexão ampliada sobre o lugar ocupado pelos sujeitos envolvidos nos saques enquanto práticas coletivas de resistência, buscando compreender como classe, gênero e identidade atravessam as formas de ação e de representação social desses atores.

O ponto de partida é a figura do “flagelado”, categoria historicamente construída pelas elites como expressão de uma inferioridade naturalizada e funcional à manutenção de uma ordem social excludente; o termo evoca uma desqualificação dos feitos dos trabalhadores sertanejos frente à seca. Nesse sentido, o primeiro subcapítulo examina o “flagelado” não apenas como um marcador de vulnerabilidade, mas como elemento constitutivo de uma *Estrutura de sentimento* (Williams, 2011) que legitima a dominação e silencia as potências de agência popular.

Na sequência, o subcapítulo 3.2 dedica-se à escuta das vozes presentes nas fontes jornalísticas, atentando para as ambiguidades em torno da violência e do anonimato dos saqueadores. A análise das ameaças e das estratégias de ocultamento permite entrever formas de reivindicação que desafiam a leitura simplista dos saques como atos de desespero irracional, revelando ao contrário um repertório de resistência que articula indignação, solidariedade e crítica à ordem vigente.

Por fim, o último subcapítulo desloca o foco para as experiências coletivas de mulheres e famílias que participaram direta ou indiretamente dos saques. Ao considerar o papel do cuidado, da maternidade e das práticas comunitárias nas dinâmicas de luta, busca-se tensionar os discursos que invisibilizam a presença feminina e despolitizam sua atuação. Assim, a dimensão de gênero emerge como chave interpretativa para se compreender tanto a organização dos saques quanto as respostas sociais a eles, ampliando o olhar sobre a luta por sobrevivência como também luta por reconhecimento.

### 3.1 O “flagelado” como parte da estrutura de sentimento da elite

Assim como apontado no capítulo introdutório desta pesquisa, o uso de jornais e periódicos como fontes historiográficas nem sempre foi valorizado. Somente com o advento da História Nova, vinculada à *Escola dos Annales*, que essa abordagem metodológica começou a ser introduzida na historiografia, passando gradualmente a ser mais empregada.

Desde a década de 1970 até os dias atuais, diversos estudos têm sido desenvolvidos utilizando periódicos como fonte primária<sup>116</sup>, demonstrando que a imprensa pode contribuir significativamente para a produção historiográfica, sobretudo quando o historiador se vale de ferramentas oriundas da análise do discurso. Dessa forma, torna-se possível construir uma história crítica, pautada pelo rigor metodológico.

Conforme demonstrado ao longo desta dissertação, os jornais utilizados como fontes primárias são *O Diário de Pernambuco* (PE)<sup>117</sup> e *A União* (PB)<sup>118</sup>, com ênfase neste último. Como se trata de uma pesquisa que originalmente provém de uma análise mais ampla, com foco na região Nordeste como um todo, a utilização do periódico pernambucano justifica-se por ampliar a compreensão sobre as ocorrências de saques, evidenciando que o caso da Paraíba não se restringe a uma questão estadual, mas possui abrangência regional, o que reforça a relevância da análise proposta. É nesse contexto que surge a necessidade de utilizarmos um

<sup>116</sup> LUCA, Tania de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In.: PINSKY, Carla B. Fontes Históricas. Editora Contexto, 2005. p. 118.

<sup>117</sup> Fundado no ano de 1825, o Diário de Pernambuco é o jornal mais antigo em circulação da América Latina. O DP seguiu, desde seu início, a linha situacionista em relação ao governo de Pernambuco e ao governo federal. As atitudes do governo, seja estadual ou federal, foram sempre justificadas do império a república, da ditadura a redemocratização. In.: BEZERRA, Ricardo Lima. Diário de Pernambuco; FUND. JOÃO NABUCO. Diário de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=301&textCode=2869&date=currentDate>>. Acesso em: 12/06/2025; JAMBO, A. Diário; JAMBO, A. Diário de Pernambuco; NASCIMENTO, L. História.

<sup>118</sup> Criado em 3 de fevereiro de 1893, durante o governo de Álvaro Lopes Machado, o jornal *A União* surgiu como instrumento de conciliação política em meio às tensões pós-Proclamação da República. Sob a direção de seu primeiro redator, Tito Henriques da Silva, tornou-se o porta-voz do Partido Republicano e, com o tempo, consolidou-se como o periódico oficial do Estado da Paraíba. Sua trajetória esteve marcada por um alinhamento às diretrizes do governo estadual, especialmente durante a gestão de Pedro Gondim, quando assumiu de forma inequívoca a função de veículo institucional, refletindo e legitimando as estratégias e perspectivas do poder executivo estadual. In.: COSTA, Matheus Pereira da. *O estado da Paraíba na mira do Serviço Nacional de Informações (SNI): sindicatos urbanos sob vigilância (1979-1987)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2023. p. 189.

jornal paraibano, capaz de abranger as especificidades locais e permitir uma investigação mais aprofundada. Assim, a partir dessa perspectiva estivemos construindo na historiografia social a noção de uma tradição de resistência sertaneja na Paraíba expressa por meio dos saques.

Por meio da prospecção dos periódicos e de sua análise qualitativa, foi possível levantarmos questionamentos que esclarecem aspectos relevantes para esta pesquisa. Entre eles, destaca-se a figura do “flagelado”, recorrente nas notícias analisadas, frequentemente representado como ator participante nos episódios de saques. Para compreendermos a centralidade dessa figura nas representações jornalísticas, é necessário, primeiro, examinar os sentidos atribuídos a esse termo e suas implicações discursivas e simbólicas.

O comunicador social Daniel Macêdo (2024) é responsável por um estudo<sup>119</sup> intitulado “Entre retirantes e flagelados: das palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará”, no qual ele tece uma análise acerca das construções discursivas mostrando como os termos “sertanejo”, “retirante” e “flagelado” moldam narrativas simbólicas e visuais em torno da figura do migrante nordestino. Assim como já discutido em Neves (2000), Macêdo nos leva a refletir como após o marco social da grande seca de 1877, os períodos de estiagem passaram a ser reconhecidos e diagnosticados como um problema público e o Nordeste como região-problema. Da mesma forma, é exatamente nesse contexto que se forja a imagem do homem do campo enquanto vítima do flagelo da seca.

Realizando uma análise dos escritos memorialísticos do farmacêutico Rodolpho Teóphilo, o autor remonta à adoção de certos termos para se referir ao homem do campo durante o período da grande seca no final do século XIX. Para Teóphilo, o que configura a identidade do *sertanejo* é a articulação entre corpos e experiências rurais; trata-se de um *homem do campo no campo*<sup>120</sup>.

A palavra *sertanejo* está diretamente ligada à vida do trabalhador rural no sertão e a partir da necessidade das migrações causadas pela seca o *sertanejo* perde essa alcunha, se tornando o *homem do campo na cidade*. Dessa forma, este não pertence mais à esta categorização, se enquadrando agora na qualificação de *retirante*. Portanto, o *retirante*, diferente do *sertanejo*, é o homem que, maculado

<sup>119</sup> MACÊDO, Daniel. Entre retirantes e flagelados: palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará. *Revista Dispositiva*: Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 101 - 120 - JUL/DEZ, 2024.

<sup>120</sup> Ibid. p. 107.

pela seca e pela miséria, perambula pelas ruas das cidades sem rumo nem traquejo social vivendo na penúria.

Há ainda uma terceira categoria traçada neste período, a qual mais nos interessa — a do *flagelado*. O termo *flagelado* se configura como uma construção discursiva que associa ao corpo do sertanejo os signos da decadência moral, forjando uma percepção específica sobre a seca e seus efeitos sociais. A presença desses corpos nos espaços urbanos, marcada por sua dimensão catastrófica e deslocada, era percebida como elemento dissonante no processo de modernização, funcionando como expressão da alteridade e como evidência de um problema social emergente. Macêdo evidencia essa perspectiva no trecho abaixo.

“O *retirante*, assim, difere-se do *flagelado* nos escritos de Teóphilo (1901. 1922). Enquanto o primeiro diz sobre a condição de despertença; o segundo refere-se às rupturas com as pactuações morais pelos sujeitos ao serem assolados pela catástrofe da seca que, sob viés determinista, é sinalizada como capaz de corromper os corações puros e a bondade humana.” (Macêdo, 2023, p. 107).

Nesse sentido, *flagelado* é uma palavra moldada no esforço de incorporar, à linguagem e à ordem urbana, a imagem do retirante que não se adequava aos pressupostos morais idealizados para os valores higienistas e civis da cidade; não se trata apenas de indivíduos afetados pela seca, mas de um tipo humano marcado corporal e moralmente pela catástrofe. A partir de então estas categorias (sertanejos, retirantes, flagelados) se tornaram ferramentas discursivas poderosas para afirmar quem é visto como vítima, ignorando a participação ativa e a coletividade destes trabalhadores rurais frente às secas no Nordeste.

Desde a seca de 1877, encontram-se registros na historiografia do uso destes determinados termos para se referir aos sertanejos que buscavam auxílio durante períodos de calamidade climática e social. Essas categorias têm sido empregadas ao longo de mais de um século com o propósito de legitimar os sentimentos da sociedade (piedade, nojo e carestia) e induzir repulsa, mobilizando comoção pública a fim de viabilizar recursos e políticas assistenciais<sup>121</sup>. Essa mesma estratégia retórica é observada no contexto da grande seca de 1979 na

<sup>121</sup> Ibid. p. 109. Conforme analisam Macêdo, Sales e Santana (2024), as fotografias dos flagelados produzidas durante a seca de 1877 foram organizadas com intencionalidade política e enviadas ao imperador como forma de interpelar o poder central. A materialidade dessas imagens, ao dramatizar a miséria e o abandono, operava como estratégia de cobrança institucional, visando a mobilização de recursos e a implementação de políticas assistenciais emergenciais.

Paraíba, cem anos após os primeiros registros analisados por Macêdo (2024).

A análise do termo *flagelado* evidencia que sua função vai muito além da simples designação de um sujeito atingido pela seca. Trata-se de uma categoria discursiva carregada de sentidos morais, sociais e políticos, cunhada naquele contexto por uma elite letrada que buscava interpretar — e, ao mesmo tempo, controlar — os efeitos sociais da calamidade. Ao nomear os retirantes como *flagelados*, não apenas se reconhecia seu sofrimento, mas também se atribuía a eles uma condição de alteridade ameaçadora, marcada por estigmas que os afastavam da norma civilizada e urbana. Esse vocabulário, portanto, não só descreve uma realidade, como também ajuda a constituí-la, revelando um campo de disputas simbólicas em torno da pobreza, da ordem e em defesa de uma certa moralidade. Compreender o peso simbólico dessa designação é fundamental para examinarmos como essa representação se materializou nas fontes jornalísticas e como ela se articula à estrutura de sentimento das elites.

Com base em algumas ocorrências selecionadas dos jornais *A União* e *Diário de Pernambuco*, é possível observarmos como o termo *flagelado* se articula a essa gramática discursiva marcada por estigmas sociais, tensões políticas e estratégias de contenção. Dando ênfase às edições do *A União* nota-se uma recorrência significativa do termo em matérias que tratam tanto da mobilização de ajuda humanitária quanto da vigilância sobre os deslocamentos dos retirantes em direção aos centros urbanos. Noticiado no início da estiagem, em abril de 1979, uma matéria intitulada “Flagelados famintos saqueiam armazém e açougue”<sup>122</sup> relata como a situação em alguns municípios paraibanos atingidos pela estiagem já se agravava, principalmente na cidade de Catolé do Rocha, localizada na mesorregião do Sertão paraibano, onde “flagelados invadiram um armazém de estivas e o açougue público à procura de alimentos.”

“Burity promete ajudar vítimas

CATOLÉ DO ROCHA, PB — A grave situação de estiagem que aflige a região do Baixo Piranhas há mais de 60 dias, trouxe a esta cidade o governador Tarcísio Burity acompanhado do secretário de Agricultura do Estado, a fim de se dirigir aos **flagelados** que invadiram o mercado público, na quarta-feira, e anunciar medidas de emergência para contornar a situação. Ontem à tarde foi distribuído com os proprietários rurais o restante das cotas totais de alimentos provenientes da Capital (feijão,

<sup>122</sup> “Flagelados famintos saqueiam armazém e açougue”. In. *Diário de Pernambuco*, 20 de abril de 1979. Edição 00106. Capa.

farinha, rapadura e arroz) para socorrer os flagelados, atendendo-os nas propriedades. A situação na cidade, ontem, foi de normalidade. Os trabalhadores que perambulavam pelas ruas voltaram às residências e começam a trabalhar hoje. Para evitar novos saques, principalmente ao Mercado Municipal (invadido duas vezes), e impedir o êxodo da população, o governador reuniu-se com as autoridades do Município, prometendo total ação do Governo do Estado para não deixar nenhum trabalhador passar necessidades. Na sede da AABB (Associação Atlética Banco do Brasil), ele garantiu aos proprietários rurais que o Estado dará todo apoio para que os trabalhadores não abandonem as propriedades, uma vez que é intenso o número de famílias abandonando suas terras em direção às grandes cidades.” (“Flagelados famintos saqueiam armazém e açougue”. In. *Diário de Pernambuco*, 20 de abril de 1979. Edição 00106. Capa).

Na matéria acima o *flagelado* é acionado como designação dos sujeitos impactados pela seca, atribuindo-lhes uma identidade marcada pela carência e pela dependência da ação estatal. A escolha lexical não é neutra: ela carrega, como mostra Macêdo, uma carga simbólica que ultrapassa o registro do sofrimento físico e inscreve o corpo sertanejo em uma gramática de alteridade. Ao referir-se aos sertanejos como flagelados que “invadiram o mercado público” e “perambulavam pelas ruas”, o jornal contribui para consolidar uma figura social indesejada na cidade.

Na mesma lógica, ao inscrever os flagelados nesse vocabulário, a matéria não apenas reforça uma alteridade inquietante, mas também esvazia o potencial político de suas ações, como a ocupação de espaços públicos, os atos de reivindicação por alimentos e por trabalho nas frentes de emergência, convertendo-os em eventos puramente espasmódicos que exigem contenção e tutela. Com isso, os sertanejos afetados pela seca são deslocados de qualquer agência histórica, deixando de ser atores sociais com demandas legítimas e passam a ser figurados como massa vulnerável e passiva, à parte de sua própria história e da cena política que estes mesmos constroem. Trata-se, portanto, de uma narrativa que atua não apenas para silenciar a resistência sertaneja, mas também como um mecanismo de controle dos corpos, nos quais a miséria é inscrita como marca física e naturalizada. Ao enfatizar os efeitos da fome e da seca sobre os corpos, a partir de denominações como flagelados famintos, o discurso dominante transforma a condição social em um dado biológico, legitimando, assim, intervenções de caráter assistencialista e reforçando a exclusão política desses sujeitos.

Outra notícia, desta vez encontrada no jornal *A União*, relata um caso<sup>123</sup>

<sup>123</sup> “Lastro em calamidade pública sofre invasão e ameaça de 120 flagelados”. In. *A União*, 11 de maio de 1979. p. 12.



ocorrido no município de Lastro, cidade localizada no alto Sertão paraibano. A intensificação da crise provocada pela seca gerou uma reação coletiva por parte de agricultores locais, que se dirigiram à sede da prefeitura em busca de auxílio emergencial. Segundo relato do prefeito da cidade, Luiz Abrante de Sá, a situação ultrapassou o apelo convencional e assumiu contornos de tensão, uma vez que os trabalhadores chegaram a proferir ameaças diante da falta de respostas concretas.

Em resposta à pressão, a administração local adotou uma solução paliativa, recrutando os sujeitos mais necessitados, como homens casados e chefes de família, para a realização de pequenos serviços na zona urbana, como a limpeza de ruas, o roço de estradas e a abertura de vias secundárias. No entanto, o próprio prefeito reconheceu que a mobilização dos flagelados não cessaria. Ele afirmou ter sido informado de que, caso nenhuma providência fosse tomada no dia seguinte, haveria o risco de saque às mercearias da cidade. Diante desse cenário, o gestor municipal declarou ter recorrido ao governador do Estado e ao secretário de Agricultura, solicitando intervenção urgente e informando que a situação seria analisada em reunião na Sudene.

“Enfatizou o sr. Luiz Abrantes que, agora, ‘é esperar a decisão que será tomada nesta reunião, uma vez que, não havendo ajuda e socorro para os agricultores do município, só me resta, na qualidade de chefe da municipalidade, fechar as portas da Prefeitura e deixar que os **flagelados** tomem conta da cidade, já que não existe condições locais para ajudá-los convenientemente’. E conclui a exposição dos fatos dizendo ‘esperar que isto não se suceda e que, com a ajuda de V. Exc. e a compreensão do senhor governador do estado e de todos os órgãos ligados ao assunto, o meu município possa ser incluído na área de emergência da seca depois do competente decreto de Calamidade Pública assinado pelo Chefe do Executivo do Estado.’ (“Lastro em calamidade pública sofre invasão e ameaça de 120 flagelados”. In. *A União*, 11 de maio de 1979. p. 12).

Tanto o jornal quanto o prefeito de Lastro mobilizam a figura do flagelado para qualificar os envolvidos nos saques como sujeitos marcados pela miséria. Na matéria, por exemplo, os saqueadores são referidos como “flagelados que invadiram o mercado público”, o que indica que não há uma separação entre trabalhadores e saqueadores, mas sim a construção de uma imagem dos envolvidos como corpos vulneráveis, maltrapilhos, afetados visivelmente pela seca — flagelados. Essa qualificação inscreve a miséria diretamente nos corpos, reforçando uma leitura que naturaliza sua condição e, ao mesmo tempo, pode operar como forma de despolitizar suas ações a partir de uma visão espasmódica dos saques, tratando-as

como manifestações desesperadas da fome, e não como práticas organizadas de contestação.

Além disso, observa-se que essa narrativa é também empregada como instrumento de negociação junto aos governos estadual e federal, por meio de órgãos como a Sudene, com o objetivo de obter auxílio financeiro para o município que já se encontrava em estado de calamidade pública. Nesses registros, o *flagelado* é constantemente apresentado como um sujeito carente de assistência, mas também como um corpo que precisa ser administrado e, em certos momentos, disciplinado.

Uma nova notícia encontrada no jornal *A União* vem para evidenciar a categorização do homem do campo de acordo com a situação em que este vive, seja no campo, enquanto *sertanejo*, na cidade, enquanto *retirante*, ou na emergência e realizando saques, enquanto *flagelado*. Nesse caso, na região de Alagoa Nova, se relata que quatrocentos agricultores estão sob ameaça de despejo.<sup>124</sup>

“Quatrocentos **agricultores** em Alagoa Nova estão sob ameaça de despejo

Os 400 agricultores residentes na Fazenda “Geraldo”, em Alagoa Nova, estão ameaçados de despejo pelos herdeiros do sr. Pedro Tavares e se dizem prejudicados, ‘porque não temos condições de sair daqui, pois é de onde tiramos todos os alimentos para nossa subsistência’”.

Nessa ocorrência observa-se a escolha estratégica do termo “agricultores” para designar os sujeitos na situação de um conflito fundiário. O uso deste termo específico não surge sem motivação, pois ao empregar “agricultores” — no lugar de categorias como “flagelados” ou “retirantes” — o jornal constrói uma narrativa que os associa ao trabalho produtivo e à subsistência legítima, reforçando uma imagem de dignidade e pertencimento ao espaço rural. Essa escolha lexical opera como mecanismo de distinção simbólica, visto que enquanto o “agricultor” aparece como trabalhador enraizado à terra e não ameaçador à ordem urbana, o “flagelado” costuma ser representado como uma figura deslocada e potencialmente perigosa, especialmente quando envolvida em ações como saques a feiras e armazéns dos municípios.

Essa distinção parece estar diretamente ligada à condição de deslocamento.

<sup>124</sup> “Quatrocentos agricultores em Alagoa Nova estão sob ameaça de despejo”. In. *A União*, 24 de fevereiro de 1980. Capa.

O “agricultor”, como apontado na notícia, ainda é reconhecido como sujeito do campo, com vínculo territorial e identidade associada ao trabalho e à produção; este ainda permanece enraizado à terra. Já o risco que se anuncia no jornal é o de que, ao perder esse vínculo, o agricultor viria a se transformar em “retirante”, iniciando um processo de migração forçada em busca de sobrevivência. Nessa transição, sua identidade muda: o corpo passa a carregar as marcas visíveis da miséria, tornando-se então um “flagelado”, figura recorrente nas ocorrências de saques. O jornal *A União*, ao nomear estrategicamente os sujeitos conforme sua relação com a terra, não apenas descreve uma situação social, mas participa ativamente da construção de fronteiras simbólicas entre os que ainda podem ser representados com dignidade e os que, pela precariedade extrema, passam a ser percebidos como ameaça à ordem social.

Nesse sentido, o uso dessas terminologias contribui para a construção de fronteiras morais entre sujeitos rurais aceitáveis e inaceitáveis, reforçando uma retórica que legitima certos grupos enquanto deslegitima a existência social e política de outros.

Com base na perspectiva teórica proposta por Macêdo, observamos durante a análise qualitativa dos periódicos o uso de termos que, embora distintos daqueles trazidos até então, operam de maneira semelhante ao vocábulo *flagelado* na caracterização dos saqueadores. Esses termos contribuem para representá-los como figuras apolíticas, desprovidas de agência histórica e dissociadas de qualquer dimensão reivindicatória. Nessa lógica, a notícia publicada em janeiro de 1983, no início do quinto ano consecutivo de estiagem, refere-se à invasão das cidades sertanejas de Pombal e Antenor Navarro.

“Homens famintos invadem Pombal e Antenor Navarro

Pombal e Antenor Navarro foram invadidas ontem por homens famintos. Nas Prefeituras Municipais e pelas ruas principais das cidades, a presença de **agricultores** era constante. Eles reivindicaram trabalho e alimentação para sustentarem suas famílias que, em virtude da grande estiagem, estão ‘passando fome’. Na oportunidade em que as duas cidades estavam sendo invadidas, soldados da Polícia Militar acompanharam os **flagelados** para evitar problemas.” (“Homens famintos invadem Pombal e Antenor Navarro”. In. *A União*, 22 de janeiro de 1983. Capa).

A notícia acima revela uma prática discursiva marcada por certa ambivalência na representação dos sujeitos envolvidos, ao intercalar os termos “homens

famintos”, “agricultores” e “flagelados” para qualificar o mesmo grupo. Essa oscilação não se faz sem motivo, mas sugere que, no discurso do jornal *A União*, tais categorias são tratadas como intercambiáveis, sendo estas marcadas pela condição de miséria e, sobretudo, pelo deslocamento. Assim, o “agricultor” que abandona o campo e ocupa o espaço urbano em busca de trabalho e alimento torna-se, no imaginário midiático, um corpo fora de lugar, ameaçador à ordem das cidades. Ao invés de afirmar sua identidade produtiva, sua presença é associada à fome, à invasão e ao potencial descontrole. Dessa forma, a notícia não apenas despolitiza a ação ao enfatizar a fome como motivação única, mas também constrói um alerta simbólico: o agricultor, quando retirado de sua terra, converte-se em “flagelado”, um sujeito que carrega no corpo as marcas da seca e que, por isso mesmo, deve ser contido, como indica a presença da Polícia Militar acompanhando os manifestantes.

**Imagem 7** - Trabalhadores invadem cidades do Vale do Piancó



Fonte: “Cidades do Vale do Piancó estão ameaçadas de invasão por trabalhadores famintos”. In. *A União*, 13 de junho de 1980. p. 6.

Na imagem 7, também observamos o uso do termo “trabalhadores famintos”, que se insere no mesmo enquadramento discursivo da notícia de 1983. Ainda que a imagem evidencie a mobilização coletiva por meio de uma multidão expressiva de

trabalhadores, o emprego estratégico dos termos “invasão” e “trabalhadores famintos” revela a intencionalidade do jornal em construir uma narrativa que reforça um viés despolitizante. Esse viés posiciona os sujeitos não como agentes de luta social, mas como figuras vitimizadas, instrumentalizadas discursivamente para mobilizar recursos públicos em benefício das prefeituras locais.

Essa construção narrativa diminui a complexidade dos processos sociais, apresentando-os como episódios espasmódicos e movidos unicamente pela fome, excluindo qualquer compreensão mais profunda das lutas por terra, trabalho e dignidade. Esse enfoque reproduz uma visão fragmentada da história, que se limita a momentos de crise e urgência, sem reconhecer a continuidade das disputas e resistências ao longo do tempo demonstrada na longa construção de uma economia moral dos flagelados.

A imprensa, representada aqui pelo jornal *A União*, enquanto mediadora simbólica entre o Estado, a sociedade civil e os trabalhadores rurais afetados pela seca, opera como um instrumento de legitimação de determinados imaginários sociais. Dessa forma, ao examinarmos as ocorrências do termo nos jornais, buscamos compreender de que maneira essa linguagem contribui para a produção de uma representação social da seca e dos seus atingidos, muitas vezes alinhada aos interesses das elites políticas e econômicas da Paraíba.

A análise da linguagem utilizada pelas elites e pela mídia local, representada através do jornal *A União*, na Paraíba durante a seca de 1979 permite observar, à luz do pensamento de Raymond Williams, a operação de mecanismos culturais que sustentam e reproduzem a hegemonia<sup>125</sup>. O uso sistemático do termo “flagelado” para designar os sertanejos atingidos pela estiagem insere-se em um processo mais amplo que, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a este grupo, o faz a partir de uma perspectiva despolitizante, paternalista e hierarquizante.

Em suas obras, o sociólogo Raymond Williams (2011)<sup>126</sup> propõe o conceito de estrutura de sentimento como um esforço teórico para apreender formas emergentes de experiência e consciência coletiva, sendo estas ainda não

---

<sup>125</sup> Importante ressaltar que o sociólogo Raymond Williams desenvolve o conceito de *hegemonia* a partir da formulação original de Antonio Gramsci, preservando seu caráter político-cultural, mas ampliando sua aplicação à análise das práticas e formas simbólicas do cotidiano. Em Williams, a hegemonia não é apenas domínio ideológico, mas um processo contínuo, ativo e inacabado de organização da experiência social, que busca consolidar uma determinada ordem cultural como “senso comum”.

<sup>126</sup> WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

completamente formalizadas ou institucionalizadas, mas que expressam mudanças reais nas formas de viver, perceber e interpretar o mundo<sup>127</sup>. Trata-se de um conceito que propõe uma crítica à rigidez da dicotomia marxista entre base e superestrutura, apostando na ideia de que a cultura é parte constitutiva da totalidade social e possui uma materialidade própria, como forma concreta de produção simbólica.<sup>128</sup>

Segundo Williams (1979), essas estruturas de sentimento são especialmente visíveis na literatura, nas artes e na cultura cotidiana, onde surgem como indícios de uma consciência coletiva ainda em formação. São formas de sentir que precedem o discurso político sistemático e frequentemente colidem com os valores hegemônicos. Como aponta Maria Elisa Cevalco,

“[a estrutura de sentimento] é a articulação do emergente, do que se escapa à força acachapante da hegemonia que certamente trabalha sobre o emergente nos processos de incorporação, através dos quais transforma muitas de suas articulações para manter a centralidade de sua dominação” (Cevalco, 2001, p. 158. Apud Miglievich, 2016, p. 7).

Embora a estrutura de sentimento, conforme proposta por Williams (2011) e reforçada por Cevalco (2001), seja entendida como a expressão do emergente que escapa à força hegemônica, é importante considerar que nem todas as manifestações culturais ou discursivas que aparentam refletir tensões sociais representam, de fato, esse caráter emergente ou subversivo. No caso do discurso jornalístico do “flagelado”, por exemplo, percebe-se uma validação da hegemonia dominante, onde tal narrativa enquadra os sujeitos dentro de uma estrutura já pré-existente, reforçando os valores e as interpretações hegemônicas mesmo em momentos de crise e tensão social intensa. Assim, enquanto a estrutura de sentimento indica formas de consciência coletiva ainda em formação e que frequentemente colidem com a hegemonia, o uso do termo “flagelado” pelo *A União* acaba operando no sentido contrário, absorvendo e incorporando as tensões para manter a centralidade da dominação. Esse contraponto revela a complexidade da relação entre cultura, discurso e poder, indicando que nem toda expressão de

<sup>127</sup> MIGLIEVICH, Adelia. Sobre “estruturas de sentimentos” e contra-hegemonia em Raymond Williams. Labemus, Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, 28 set. 2016. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2016/09/28/sobre-estruturas-de-sentimentos-e-contra-hegemonia-em-raymond-williams/>. Acesso em: 16 jun. 2025. p. 4.

<sup>128</sup> *ibid.* p.1.

conflito social constitui uma ruptura emergente, mas pode também servir à perpetuação das estruturas hegemônicas.

Nessa lógica, no contexto da Paraíba em 1979 a categoria “*flagelado*” funcionou como um instrumento de enquadramento ideológico. Ao nomear os sertanejos atingidos pela seca como sujeitos flagelados, sofredores e dependentes, o jornal *A União* constrói um discurso oficial que naturaliza a desigualdade e oculta os determinantes históricos e estruturais da miséria no semiárido, como a concentração fundiária, a ausência de políticas estruturantes e a exploração do trabalho precário. Por conseguinte, a seca foi apresentada como um fenômeno natural e inevitável, enquanto os *flagelados* foram transformados em objeto de pena, desprovidos de sua própria historicidade. Nesse sentido, Williams destaca a importância das formas difusas de luta e da constituição prática da classe trabalhadora como sujeito histórico, conforme a leitura que faz de Gramsci:

“A ênfase de Gramsci sobre a criação de uma hegemonia alternativa, pela conexão prática de muitas formas diferentes de luta, inclusive as que não são facilmente identificáveis como ‘políticas’ e ‘econômicas’, conduz assim a um senso de atividade revolucionária muito mais ativo e mais profundo [...]. As fontes de qualquer hegemonia alternativa são realmente difíceis de definir. Para Gramsci elas saltam da classe operária, mas não essa classe como construção ideal ou abstrata. O que ele vê, ao invés disso, é uma classe trabalhadora que tem [...] de se tornar uma classe, e uma classe potencialmente hegemônica.” (Williams, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 110).

Este uso da linguagem corresponde àquilo que Williams denomina “tradição seletiva”: a seleção, reorganização e naturalização de práticas e significados que sustentam a ordem dominante<sup>129</sup>. Ao invés de permitir a emergência de novas abordagens, a cultura dominante busca absorver experiências dissidentes, acomodando-as dentro de um vocabulário que não ameaça o status quo.

Entretanto, como aponta o professor e comunicador social Fábio Palácio de Azevedo (2017), a cultura não deve ser entendida como reflexo, mas como prática

<sup>129</sup> “...as heranças do passado são trazidas para o interior da cultura dominante através do que Raymond Williams chama de “tradição seletiva” ou “passado significativo”, que se estendem até o presente já tendo sido “relidas” e modificadas com o fito de dar suporte ou, no mínimo, não contradizer o status quo” In.: MIGLIEVICH, Adelia. Sobre “estruturas de sentimentos” e contra-hegemonia em Raymond Williams. Labemus, Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, 28 set. 2016. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2016/09/28/sobre-estruturas-de-sentimentos-e-contra-hegemonia-em-raymond-williams/>. Acesso em: 16 jun. 2025. p. 4.

social material, constituída em relações de poder e significação<sup>130</sup>. Dessa forma, o rótulo de “flagelado” não deve ser visto como uma designação neutra, mas como parte de uma disputa simbólica em torno da legitimidade dos sujeitos sociais e da sua capacidade de falar por si mesmos.

É justamente neste ponto que o conceito de estrutura de sentimento adquire valor analítico para o caso da seca de 1979. Embora o discurso dominante buscasse consolidar a imagem do sertanejo como “flagelado”, as experiências alternativas de resistência construídas por parte das próprias populações atingidas através dos saques surgem para contradizer esta narrativa. Essas experiências não se expressavam necessariamente em linguagem política formal, mas em gestos cotidianos, práticas de sobrevivência autônomas, mobilizações locais, discursos informais, formas de narrar a seca e suas causas. Abaixo, a mobilização ocorrida em Cajazeiras, conforme reportada pelo jornal *A União*, exemplifica a atuação de uma estrutura de sentimento não hegemônica diante do agravamento da crise da seca

“Cajazeiras é invadida por 2 mil agricultores

Cerca de dois mil agricultores invadiram ontem o comércio de Cajazeiras. Tudo começou quando políticos que atuam no Sertão anunciaram através das emissoras de rádio que a Emater iria inscrever todos os agricultores nas frentes de trabalho patrocinadas pelo Governo. Após os anúncios, os agricultores começaram a chegar ao escritório da Emater em Cajazeiras, onde foram informados que só existiam 400 vagas e que não poderiam ser inscritas mais de 50 pessoas por dia. **Insatisfeitos com as notícias, os agricultores quebraram as portas da Emater e foram contidos pela polícia.** Em seguida se dirigiram à prefeitura Municipal, onde não foram atendidos pelo prefeito Francisco Matias Rolim, que alegou estar com uma viagem programada. Revoltados, **os agricultores tentaram impedir que o prefeito saísse do local e partiram para a área comercial da cidade invadindo as bancas de frutas e verduras.** (“Cajazeiras é invadida por 2 mil agricultores”. In. *A União*, 9 de setembro de 1981. Capa).

A concentração de cerca de dois mil agricultores diante da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), motivada pela frustração frente à promessa não cumprida de inclusão nas frentes de trabalho, desencadeou uma sequência de ações que vai além do ato do saque. A tentativa de diálogo, seguida do protesto na prefeitura e da posterior ocupação da área comercial da cidade, revela um percurso de reivindicação que articula diferentes formas de contestação

<sup>130</sup> AZEVEDO, Fábio Palácio de. O conceito de cultura em Raymond Williams. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, São Luís, v. 3, n. especial, jul./dez. 2017, p. 210.



social. Essas ações, portanto, não podem ser compreendidas unicamente sob a ótica de uma reação desesperada e imediata à fome, mas devem ser interpretadas como práticas coletivas e, em certa medida, organizadas. Ao evidenciar que as formas de resistência não se limitavam à invasão de feiras, mas incluíam também a interpelação direta de órgãos públicos e autoridades locais, este episódio de Cajazeiras reforça a necessidade de compreendermos tais práticas como expressões de uma consciência social em formação dos “flagelados”, que, ainda que não se articule por meio de um discurso político formalizado, desafia diretamente a hegemonia e reivindica o reconhecimento de direitos básicos historicamente negados.

As ocorrências de saques na Paraíba apontam para a existência de uma estrutura de sentimento distinta daquela promovida pelo discurso hegemônico. Nela, o sofrimento não se apresenta como destino inevitável, mas como consequência de injustiças historicamente determinadas; e a dignidade dos sertanejos não está associada à submissão ou ao assistencialismo, mas à resistência ativa, à luta por reconhecimento e à reivindicação de seus direitos através dos saques.

Portanto, a contraposição entre a nomeação oficial (“flagelado”) e os sentimentos vividos e partilhados pelas comunidades afetadas revela um embate entre distintas estruturas de sentimento: de um lado, a tentativa de estabilizar uma imagem funcional à manutenção das hierarquias sociais e dos privilégios de poucos; de outro, a emergência de uma sensibilidade crítica, ainda que não conformante à uma política institucionalizada, mas que desencadeia pela ação o potencial de transformar a sua realidade. Como destaca Williams, são nesses momentos de conflito entre estruturas emergentes e formas dominantes que a cultura se torna o principal campo de luta política<sup>131</sup>.

Dessa forma, compreender o uso do termo “flagelado” e suas implicações à luz das estruturas de sentimento nos permite não apenas desnaturalizar o discurso dominante, mas também recuperar, através da cultura, as formas pelas quais os sujeitos sociais constroem outros sentidos sobre sua existência e resistem à desumanização simbólica imposta pelos aparatos hegemônicos. A partir da noção elaborada por Raymond Williams de cultura como campo de disputa simbólica e material, é possível compreendermos os saques praticados pelos sertanejos

---

<sup>131</sup> WILLIAMS apud AZEVEDO, Fábio Palácio de. O conceito de cultura em Raymond Williams. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, São Luís, v. 3, n. especial, jul./dez. 2017, p. 221.

durante a seca de 1979 como formas contra-hegemônicas de ação, que emergem no interior das estruturas de sentimento e escapam à perspectiva dominante.

A partir da discussão sobre o uso do termo, observa-se que o movimento dos saques não apenas confronta diretamente a nomeação imposta, mas também tensionam os limites do consenso social sobre o valor da propriedade e da ordem — em contraposição à legitimidade do movimento daqueles que reivindicam seus direitos. No pensamento de Williams, a hegemonia deve ser entendida como um processo ativo e dinâmico de construção de consentimento, por meio do qual a cultura dominante incorpora e organiza práticas significativas do cotidiano, fazendo com que determinadas perspectivas sejam interpretadas como naturais<sup>132</sup>.

Contudo, esse domínio simbólico e material é sempre incompleto, encontrando resistência nos modos de vida, sentimentos e experiências que escapam às lógicas de controle e representação da cultura dominante. Nesse sentido, os saques protagonizados por trabalhadores do campo durante a seca de 1979 operam como expressão prática de uma estrutura de sentimento não hegemônica, que se forma nas contradições vividas cotidianamente, nos limites da sobrevivência. Tais ações, ainda que não organizadas por um discurso político formalizado, tensionam o discurso oficial, que oscila entre despolitizar esses sujeitos, apresentando-os como vítimas necessitadas, e, ao mesmo tempo, enfatizar sua condição de ameaça à ordem, para justificar a intervenção urgente do Estado. Nesse jogo, os sertanejos não são apenas passivos ou dependentes, mas se tornam figuras ambíguas que expõem os limites e contradições do imaginário hegemônico sobre a seca e seus efeitos sociais.

A partir de uma perspectiva do materialismo cultural, Azevedo observa que toda sociedade humana tem seus próprios significados e direções, “tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais”<sup>133</sup>. Os saques revelam uma dessas perspectivas: uma ruptura momentânea com o papel de “flagelado” e a afirmação de uma subjetividade coletiva insurgente. Assim, as estruturas de sentimento “podem ser dribladas pela hegemonia, mas também

---

<sup>132</sup>MIGLIEVICH, Adelia. Sobre “estruturas de sentimentos” e contra-hegemonia em Raymond Williams. Labemus, Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, 28 set. 2016. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2016/09/28/sobre-estruturas-de-sentimentos-e-contra-hegemonia-em-raymond-williams/>. Acesso em: 16 jun. 2025. p. 2.

<sup>133</sup> WILLIAMS apud AZEVEDO, Fábio Palácio de. O conceito de cultura em Raymond Williams. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, São Luís, v. 3, n. especial, jul./dez. 2017, p. 210.

escapam a ela”<sup>134</sup>, e nesse sentido os saques não apenas evidenciam carência, mas também produzem sentido político, ainda que embrionário.

Ao invadir armazéns, supermercados ou feiras, estes sertanejos não apenas subvertem a lógica da propriedade privada, mas reivindicam o direito à vida diante da inércia do Estado e da insensibilidade das elites. Essas reivindicações são explicitadas pelo posicionamento dos próprios agricultores, registradas pelo jornal *A União*, que denunciam a gravidade da situação e deixam claro o caráter de urgência e necessidade que motivava os saques:

“Agrava-se a situação dos agricultores de Princesa

A situação dos flagelados na região de Princesa Isabel continua se agravando, pois até agora não houve qualquer sinal de chuvas e os agricultores que foram cortados das frentes de emergência, estão falando até mesmo em invadir a feira do próximo sábado, caso não surjam providências do Governo, nesse período. Segundo informações dos presidentes dos Sindicatos Rurais de Tavares, Princesa Isabel e Manaíra, são mais de três mil agricultores que estão desempregados há meses, desde quando a Sudene resolveu determinar um corte nas frentes de emergência. Durante esse tempo, eles têm vivido das promessas de que serão readmitidos, mas agora já demonstram descrença numa solução dos seus problemas e ameaçam tomar à força a comida que está faltando para alimentação de suas famílias. (“Agrava-se a situação dos agricultores de Princesa”. In. *A União*, 18 de novembro de 1980. Capa).

O excerto acima evidencia que as ameaças de invasão e saque à feira, realizadas pelos agricultores da região de Princesa Isabel, constituem uma forma de reivindicação diretamente relacionada à omissão do Estado e ao agravamento das condições de vida no contexto da seca. A exclusão de milhares de trabalhadores das frentes de emergência e o descumprimento das promessas de reintegração não apenas intensificam a insegurança alimentar, como também minam a confiança nas instituições públicas. Nesse cenário, a ameaça de “tomar à força a comida que está faltando” deve ser compreendida como uma reação legítima à negação de direitos fundamentais, em especial o direito à vida e ao trabalho digno, expressando uma forma de ação coletiva que desafia a naturalização da miséria e reivindica uma resposta efetiva do poder público.

Tais ações desafiam diretamente a cultura dominante que naturaliza a

---

<sup>134</sup> MIGLIEVICH, Adelia. Sobre “estruturas de sentimentos” e contra-hegemonia em Raymond Williams. Labemus, Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, 28 set. 2016. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2016/09/28/sobre-estruturas-de-sentimentos-e-contra-hegemonia-em-raymond-williams/>. Acesso em: 16 jun. 2025. p. 2.

pobreza e silencia sua origem histórica. Ao invés da submissão, os saques expressam uma vontade de ação, de ruptura, de crítica — mesmo que não se organizem como programa político. Como afirma Williams,

Estes são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos por meio deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida — os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado — os processos especiais de descoberta e esforço criativo (Williams apud Azevedo, 2017, p. 210).

É nesse intervalo que se localizam as formas de resistência cotidiana.

Os saques, portanto, podem ser lidos como momentos de condensação de estruturas de sentimento contra-hegemônicas; experiências vividas que emergem como expressão tensa e parcial de uma crítica social em formação. São ações que carregam o desconforto, a indignação, a recusa — sentimentos que o discurso hegemônico busca silenciar através da rotulação moralizante (“vândalos”, “baderneiros”) ou da vitimização (“flagelados”). A fotografia a seguir, publicada no jornal *A União* em 1981, constitui um exemplo significativo da articulação entre miséria material e ação coletiva, revelando como os chamados “flagelados” buscavam, ainda que de maneira informal, interpelar o poder público e reivindicar trabalho e alimentação.

**Imagem 8** - Agricultores reivindicam trabalho e alimentos em Patos



(Jornal *A União*, 9 de junho de 1981)

Assim, ao rejeitar a espera, a resignação e a boa vontade do Estado ausente, os sertanejos em luta rompem com a representação hegemônica e anunciam, ainda que de forma difusa, outras possibilidades de reivindicação e existência política. Os saques, nesse sentido, se mostram parte constitutiva dessa luta e não apenas pela subsistência, mas principalmente pela reivindicação de direitos trabalhistas e sociais.

### **3.2 A multidão como arma dos despossuídos: anonimato e ameaça como estratégias de enfrentamento**

Se no momento anterior buscamos compreender como a imagem do *flagelado* foi mobilizada pelas elites para reforçar estruturas de dominação simbólica e justificar práticas de controle social, agora nos voltamos para as formas pelas quais esses sujeitos socialmente marginalizados se inscrevem num cenário de luta coletiva. Em meio à escassez extrema, ao abandono estatal e à estigmatização pública, multidões de sertanejos empobrecidos passaram a adotar o anonimato

como um recurso estratégico, diluindo suas identidades individuais em ações coletivas que dificultavam a responsabilização direta e ampliavam o poder de dissuasão diante das autoridades. As ameaças de saque e invasões de propriedades públicas e privadas tornaram-se instrumentos de reivindicação que operavam nos limites entre a violência e a política, revelando uma atuação coletiva que desafiava a ordem social estabelecida e evidenciava as contradições do projeto modernizador do Estado. Propomos, portanto, uma análise dessas práticas como formas táticas de enfrentamento marcadas não apenas pela precariedade, mas também pela astúcia e pela potência política desses camponeses despossuídos.

Diante da precariedade estrutural provocada pela seca e pela ausência de políticas públicas realmente eficazes, as ameaças de invasão, saque e desordem tornaram-se uma das principais ferramentas utilizadas por grupos de flagelados para pressionar o poder público. Em um contexto marcado pelo atraso no pagamento dos salários das frentes de emergência, pela exclusão dos cadastros de alistamento e pela negligência do Estado diante das consequências da seca, essas ameaças funcionaram como uma forma de ação coletiva voltada à reivindicação de direitos elementares, como o acesso à alimentação, ao trabalho dignamente remunerado e à atenção das autoridades locais.

Longe de serem manifestações puramente espontâneas ou violentas, essas ações se inscrevem no que E. P. Thompson conceituou como economia moral da multidão, ou seja, formas de protesto baseadas na percepção de uma violação de normas morais implícitas que regem a relação entre os pobres e as autoridades. Nesse sentido, a ótica thompsoniana ajuda a compreender como essas práticas, ainda que não articuladas politicamente de forma tradicional, carregam um forte conteúdo normativo e contestatório:

“Embora essa economia moral não possa ser descrita como ‘política’ em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum — noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. A palavra ‘motim’ é demasiado pequena para abarcar tudo isso” (Thompson, E. P. 1998, p. 154).

No caso dos sertanejos, o não recebimento do pagamento mesmo após o

alistamento nas frentes de emergência, assim como a ausência de providências concretas diante do agravamento da seca, eram percebidos como rupturas daquilo que se entendia por uma "moralidade pública". Tal percepção está profundamente ligada a uma economia moral dos flagelados, que compreende um conjunto de expectativas coletivas em torno do bem-estar comum, alimentadas por uma tradição paternalista que impunha às autoridades obrigações morais em relação ao povo em períodos de estiagem. Como observa o autor, embora essa economia moral não se configurasse como uma política formal, "tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum [...] noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo". Portanto, a mobilização e ameaças de saque dos sertanejos devem ser compreendidas não apenas como atos de desespero que segue uma visão espasmódica da história, mas como manifestações legítimas de uma moral coletiva violada que, ao ser frustrada, gerava respostas que transcendiam o mero "motim" (e, nesse caso, o saque).

Durante a grande seca que assolou a Paraíba entre 1979 e 1984, diversos municípios registraram a mobilização de trabalhadores rurais, que, organizados em grupos de centenas ou até milhares de pessoas, invadiam cidades e feiras locais. Esses movimentos tinham como objetivo pressionar prefeituras e órgãos responsáveis por auxílio emergencial e pela garantia de seus direitos básicos diante da calamidade. Essas ações nem sempre culminavam em episódios de saque ou confronto direto, mas a simples possibilidade de desordem era utilizada como mecanismo de barganha, explorando o medo das autoridades locais diante de um eventual colapso da ordem urbana.

Essa estratégia de pressão ficou evidente em diversas ocorrências registradas pelo jornal *A União*, principal veículo de circulação oficial do estado da Paraíba. Abaixo, destacam-se alguns episódios emblemáticos:

Em 11 de maio de 1979, na cidade de Lastro, cerca de 120 trabalhadores rurais se concentraram em frente à sede da prefeitura, exigindo soluções imediatas para os problemas causados pela seca. O prefeito Luiz Abrantes de Sá informou ter decretado estado de calamidade pública no município e afirmou estar em contato com autoridades estaduais, solicitando providências urgentes para mitigar os efeitos

da estiagem sobre a população local.<sup>135</sup> Aqui, os 120 trabalhadores rurais que foram até a sede da prefeitura não eram vistos como saqueadores. Mas a sua mera presença em frente ao órgão público demonstrava não somente a sua força numérica – e um uso estratégico da força da multidão – mas também que a capacidade de mobilização da prefeitura dependia de sentir-se ameaçada diretamente. Ainda que se considere que os saques eram respostas não-institucionais, não são poucos os casos em que as multidões se dirigem às instituições para cobrar respostas, numa clara demonstração da importância da teatralização política

Um caso semelhante pode ser visto no ano seguinte, em 3 de maio de 1980, foi noticiada uma nova ameaça de invasão em Antenor Navarro (atualmente São João do Rio do Peixe) e em Bonito de Santa Fé, onde cerca de 300 pessoas se reuniram diante da prefeitura, cobrando uma resposta imediata do poder público. A manifestação refletia a insatisfação crescente diante da ausência de assistência emergencial por parte do governo estadual.<sup>136</sup> O repertório político dos manifestantes indica a importância desses dois movimentos: angariar uma multidão e, em seguida, posicionar-se em frente da prefeitura.

Inegavelmente, os prefeitos respondiam com bastante velocidade à ameaça posta. Em Sousa, conforme noticiado em 4 de maio de 1980, o prefeito Sinval Gonçalves mobilizou mais de 60 homens para atuarem em frentes de trabalho espalhadas pelo município, como estratégia para conter a ameaça de saques ao comércio local.<sup>137</sup> No mesmo dia, o clima de tensão também era perceptível em Cajazeiras, onde grupos de agricultores ameaçavam invadir a feira livre e estabelecimentos comerciais, afirmando que aguardariam até o final da semana por medidas governamentais antes de recorrerem à ação direta.<sup>138</sup>

Se as prefeituras eram alvos de uma primeira negociação, os mercados e feiras livres não ficavam para trás. Dois dias depois, em 6 de maio de 1980, novas tensões foram registradas em Bonito de Santa Fé. Dezenas de trabalhadores rurais tentaram invadir o mercado público municipal. Quatro homens foram presos durante

<sup>135</sup> “Flagelados invadem Lastro e ameaçam saquear armazém”. In. *A União*, 11 de maio de 1979. Capa.

<sup>136</sup> “Flagelados ameaçam invadir Antenor e Bonito de Santa Fé”. In. *A União*, 03 de maio de 1980. p. 6.

<sup>137</sup> “Cidades sertanejas ameaçadas de saque”. In. *A União*, 4 de maio de 1980. Capa.

<sup>138</sup> “Flagelados ameaçam a feira e as casas comerciais de Cajazeiras”. In. *A União*, 4 de maio de 1980. p. 12.



o tumulto; identificados como agricultores desempregados, alegaram que a ação foi motivada pelo desemprego e falta de alimentos. Autoridades locais alertaram que, caso não houvesse reforço policial até a realização da feira da semana seguinte, uma nova tentativa de invasão poderia ocorrer, ameaça já abertamente anunciada por parte dos manifestantes.<sup>139</sup>

As ameaças se estendiam a outras localidades. Segundo declarações do prefeito de Itaporanga, José Moacir Pinto, também em maio de 1980, havia o risco iminente de que várias cidades fossem invadidas por trabalhadores caso a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) não iniciasse frentes emergenciais de trabalho ainda naquela semana. O prefeito declarou que, diante do desespero, “ninguém conseguirá controlar mais os agricultores” se as ações não fossem imediatamente desencadeadas.<sup>140</sup>

Tal perspectiva demonstra como os membros do poder público tinham que ser céleres nas suas respostas e que não podiam contar com a força repressiva para controlar os revoltosos. Em 15 de junho de 1980, agricultores de diversos municípios ameaçaram saquear estabelecimentos comerciais caso os pagamentos de auxílios emergenciais e a distribuição de alimentos não fossem realizados. As cidades de Boa Ventura, Diamante, Bonito de Santa Fé, Itaporanga, Conceição, Olho D'Água, Ibiara, Boqueirão dos Cochos, Aguiar e Catolé do Rocha foram citadas como localidades onde as tensões já mobilizavam prefeitos a interceder junto ao governo estadual para evitar uma escalada dos conflitos.<sup>141</sup> Os auxílios emergenciais e as frentes de trabalho eram algumas das principais demandas dos revoltosos – e os prefeitos tinham que ser sensíveis a isso caso quisessem evitar uma escalada na tensão social que levasse a saques.

Como observou James C. Scott, essas formas de ação não institucionalizadas que operam nas entrelinhas da visibilidade política compõem o que ele denominou de *infrapolítica*, isto é, práticas de resistência cotidiana e não declarada dos grupos subalternos (Scott, 2013, p. 17). Nesse sentido, as ameaças anunciadas ou disseminadas por rumores funcionavam como tática política silenciosa, que preservava a identidade dos envolvidos e dificultava a repressão

---

<sup>139</sup> “Famintos ameaçam saquear mercado de Bonito de Santa Fé”. In. *A União*, 6 de maio de 1980. p. 8.

<sup>140</sup> “Cidades serão invadidas se não abrirem frentes”. In. *A União*, 6 de maio de 1980. p. 8.

<sup>141</sup> “Flagelados ameaçam saquear cidades se o pagamento não sair”. In. *A União*, 15 de junho de 1980. p. 6.

direta, mas que, ainda assim, colocava em xeque a autoridade local. Ao colocar a autoridade local sob ameaça, contudo, tais ações exigiam saídas institucionais para evitar que o conflito se tornasse aberto – e caso tais saídas fossem vistas como ineficientes, não havia garantia alguma de que haveria boa vontade dos trabalhadores rebelados.

Assim, a ideia de que a ameaça pode produzir efeitos concretos mesmo na ausência do confronto direto não é exclusiva da realidade nordestina. Como demonstrou E. P. Thompson ao analisar os protestos alimentares na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, a eficácia da mobilização popular não dependia necessariamente da execução da violência, mas de sua possibilidade. O impacto simbólico da ameaça, sobretudo quando reiterado ao longo do tempo, podia alterar profundamente as dinâmicas de poder entre governantes e governados.

“Podemos fazer uma analogia com a guerra. Os benefícios imediatos reais da guerra raramente são significativos, quer para o vencedor, quer para o derrotado. Mas os benefícios que se podem obter pela ameaça de guerra talvez sejam consideráveis: ainda assim a ameaça não vai inspirar terrores se nunca se fizer uso da sanção da guerra. Se a praça do mercado era uma arena de guerra de classes, tanto quanto a fábrica e a mina vieram a ser na Revolução Industrial, a ameaça de motins causaria impacto sobre toda a situação de mercado, não só nos anos de escassez, mas também nos anos de colheita moderada, não só nas cidades notórias por sua suscetibilidade a agitações, mas também nas cidades onde as autoridades queriam preservar uma tradição de paz.” (Thompson, E. P. 1998, p. 186).

A perspectiva trazida por Thompson permite compreendermos que a ameaça de saque durante a seca de 1979 não operava apenas no plano emergencial da fome ou da escassez, mas como instrumento de negociação política enraizado em uma cultura de protesto popular. Assim como nos “*food riots*” ingleses, aqui o temor de uma ação coletiva violenta mobilizava não apenas os comerciantes, mas também prefeitos, jornalistas e gestores públicos. A ameaça, ao se tornar crível e reincidente, agia como sanção simbólica sobre o poder instituído, funcionando como mecanismo de contenção da inércia governamental. Portanto, a eficácia dessas ações não residia na violência efetiva, mas no que Thompson descreve como sua “força dissuasiva”, sendo algo que o próprio rumor ou a expectativa já era capaz de acionar, transformando o medo em política.

Também se faz importante percebermos como, ainda que as ameaças dos flagelados servissem aos interesses dos próprios gestores locais como justificativa

para solicitar recursos emergenciais ao Estado, as respostas práticas muitas vezes se traduziram em repressão. A força policial, convocada para garantir a 'ordem pública', atuava contra os próprios sujeitos cuja miséria servia de argumento para o pleito de verbas. Esse paradoxo que se cria entre a instrumentalização da carestia e a repressão dos que dela sofrem revela a tensão estrutural entre um projeto estatal de modernização seletiva e a persistência de dispositivos coercitivos voltados ao controle dos pobres. O Estado, assim, aparece simultaneamente como aquele que promete amparo e o que pune a desordem gerada por sua omissão. A notícia abaixo, trazida na capa do jornal *A União*, retrata bem essa dualidade de comportamento das prefeituras e do poder local das cidades do Sertão paraibano.

"Policiais evitam saque à Cobal em Patos

Mais de 100 soldados do III Batalhão de Polícia de Patos foram mobilizados, anteontem, e espalhados pelos diversos pontos da cidades - principalmente nas imediações do mercado central e defronte ao supermercado da Cobal -, para evitar uma invasão de flagelados que, segundo notícias recebidas por comerciantes e pelo comandante do Batalhão, estava programada. (...) Por outro lado, o prefeito de Malta, Demolaim Wanderley, distribuiu comida no último domingo com dezenas de flagelados que já se preparavam para invadir a feira do município." ("Policiais evitam saque à Cobal em Patos". In: *A União*, 8 de maio de 1980. Capa).

Aqui, a notícia ilustra a ambivalência das autoridades locais diante da crise social provocada pela seca, expressando o duplo papel exercido pelo poder público no Sertão paraibano. Em Patos, a mobilização de mais de cem policiais para conter uma possível invasão à Cobal revela uma postura nitidamente repressiva, que trata a ação dos chamados "flagelados" como ameaça à ordem pública, respondendo com força à possibilidade de mobilização popular. Ao mesmo tempo, a atitude do prefeito de Malta, que distribui alimentos preventivamente para evitar a invasão da feira, exemplifica uma conduta de cunho paternalista, em que a assistência é concedida como gesto de benevolência e controle. Essa oscilação entre repressão e assistencialismo evidencia como o Estado e suas representações locais se esforçam para conter os efeitos visíveis da miséria sem, contudo, enfrentar suas causas estruturais.

Portanto, a leitura desses episódios permite compreender as ameaças não apenas como atos de desespero, mas como práticas de resistência articuladas. Em todos os casos, os trabalhadores rurais se organizam coletivamente se

concentrando em frente a prefeituras, ocupando espaços públicos ou anunciando ações futuras com o intuito de constranger autoridades a adotarem providências emergenciais. O discurso da ameaça, mesmo sem a concretização do saque, cumpria uma função simbólica e política: ele rompia com a passividade historicamente atribuída aos "flagelados da seca" e transformava-os em sujeitos ativos na arena política. A iminência do saque operava como um mecanismo de visibilidade, produzindo respostas institucionais que iam da repressão policial à liberação emergencial de recursos.

Da mesma forma que as ameaças foram empregadas pelos saqueadores como estratégia para atrair atenção às suas reivindicações, é igualmente necessário compreendermos como a presença da multidão contribuiu para a construção de um cenário que garantia o anonimato dos participantes envolvidos nas invasões e nos saques. Para fugir da ótica espasmódica aplicada aos saques pelo jornal *A União*, precisamos, em vez disso, situar essas manifestações populares dentro de uma racionalidade coletiva de sobrevivência e resistência, onde o uso da *multidão* se mostra como uma ferramenta política fundamental dos flagelados. Nesse contexto, o anonimato garantido pelo coletivo não apenas resguarda os indivíduos de possíveis represálias, mas também funciona como catalisador de uma ação que se reconhece como legítima diante da ausência do Estado e da negação sistemática de direitos básicos.

A maioria das notícias analisadas até aqui revela que a ação dos saqueadores se caracteriza, de forma recorrente, pela participação massiva de pessoas, frequentemente reunindo de centenas à milhares de indivíduos engajados ativamente nas invasões e saques.<sup>142</sup> Dessa maneira, a multidão, como forma de ação coletiva, rompe com o isolamento do sofrimento individual e o transforma em força política. O poder do número não está apenas na força bruta que pode ameaçar a ordem estabelecida, mas também na proteção que oferece a cada participante: diluído no coletivo, o sujeito se emancipa momentaneamente das amarras do medo, da vigilância e da punição. Aqui, o anonimato não é mera consequência do ajuntamento, mas parte de uma estratégia deliberada de

<sup>142</sup> Algumas das notícias que evidenciam a quantidade de pessoas envolvidas nas multidões de saqueadores são:

"2 mil flagelados saqueiam a feira e Cidagro em Juru." In. *A União*, 24 de janeiro de 1984. p. 8;

"Cajazeiras é invadida por 2 mil agricultores". In. *A União*, 9 de setembro de 1981. Capa;

"Quatrocentos agricultores em Alagoa Nova estão sob ameaça de despejo". In. *A União*, 24 de fevereiro de 1980. Capa;

enfrentamento. A ausência de líderes visíveis ou de porta-vozes identificáveis confere à multidão uma espécie de imunidade e de opacidade frente aos mecanismos de repressão, possibilitando que os saques ocorram sem grandes interrupções e garantindo a subtração de itens alimentícios e sementes.

É também neste ponto que a análise de E. P. Thompson sobre as multidões inglesas do século XVIII volta a ser particularmente útil. Ao descrever como a ação coletiva em contextos de carestia era mediada por uma noção de justiça comum, o que ele chamou de "economia moral da multidão", Thompson observa que o anonimato era frequentemente um recurso necessário para garantir a continuidade da resistência popular sem que os indivíduos fossem punidos de forma isolada<sup>143</sup>. Para os flagelados da seca na Paraíba, o saque também se insere numa lógica semelhante: é um gesto coletivo, carregado de sentido moral, legitimado não pela legalidade formal, mas por um código ético popular.

Nesse sentido, assim como as ameaças podem ser interpretadas à luz da noção de *infrapolítica* desenvolvida por James Scott, a movimentação anônima e coletiva das multidões de flagelados também deve ser compreendida não como uma tentativa de tomada do poder formal, mas como um esforço para reverter a lógica de exclusão que os condena à fome e à invisibilidade. O saque realizado pelas multidões de flagelados, nesse contexto, emerge como uma contra-ofensiva tanto simbólica quanto material, configurando-se como resposta à violência estrutural do abandono.

Scott argumenta que os pobres e subordinados recorrem frequentemente a formas dissimuladas de resistência, como o boato, o disfarce, ou o anonimato da ação coletiva, para escapar da repressão<sup>144</sup>. No caso dos saques no Sertão, a *infrapolítica* manifesta-se de forma direta onde a multidão toma forma como sujeito político ao mesmo tempo em que mascara seus indivíduos. Assim, a força do anonimato está no seu duplo efeito, de proteção e potência, que permite ao coletivo resistir sem necessariamente se institucionalizar ou se expor.

Nesse quadro, a estratégia do anonimato por meio da massa não pode ser entendida como desorganização política, mas como uma tática de sobrevivência e resistência. Ao evitar a individualização da ação, os flagelados se protegem não

---

<sup>143</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 152.

<sup>144</sup> SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. 1ª ed. Livraria Letra Livre, 2013. p. 272.

apenas fisicamente, mas também moralmente, reforçando sua identidade coletiva como sujeitos de uma justiça própria, enraizada na *economia moral do flagelado*.

Portanto, o uso reiterado de expressões coletivas como “os flagelados ameaçam invadir”<sup>145</sup> ou “dois mil flagelados saqueiam a feira”<sup>146</sup> revela como a força da multidão era reconhecida como ameaça real pelas autoridades. A atuação dessas massas anônimas se inscreve, não apenas no plano da necessidade imediata, mas na arena das disputas por legitimidade política. O simples fato de anunciar uma invasão poderia produzir efeitos: acelerar a liberação de verbas, atrair a visita de fiscais ou mobilizar a imprensa local, operando como forma de agência dos despossuídos diante da paralisia institucional. Como ilustrado no caso do município de Sousa, onde o prefeito mobilizou mais de 60 homens para obras públicas com o intuito de conter possíveis saques (*A União*, 04/05/1980), ou na declaração do prefeito de Itaporanga advertindo que “ninguém conseguirá controlar mais os agricultores” caso a Sudene não abrisse frentes emergenciais (*A União*, maio de 1980), a simples ameaça já bastava para mover a engrenagem estatal.

### 3.3 Famílias em luta – para pensar gênero e coletividade

Até então discutimos como os “flagelados” foram ora representados como ameaça difusa pelas elites, ora protagonistas de formas específicas de ação coletiva, como o anonimato e as ameaças de saque, que tensionavam a ordem social vigente. No entanto, tais práticas de enfrentamento não se restringiam a indivíduos isolados ou a coletivos masculinos homogêneos, mas estavam frequentemente enraizadas em experiências familiares e em vínculos comunitários que atravessavam as fronteiras de gênero e idade. Neste subcapítulo, propomos pensar a luta coletiva dos sertanejos a partir das famílias em deslocamento, considerando como mulheres, mães e crianças não apenas compunham esses movimentos, mas desempenhavam papéis centrais na articulação de redes de solidariedade, nas reivindicações de seus direitos e nas frentes de trabalho emergencial. A noção de “famílias em luta”, portanto, nos permite desestabilizar leituras tradicionais que separam o político do doméstico, ou que relegam a ação política à figura masculina, abrindo espaço para uma reflexão sobre como o

---

<sup>145</sup> “Flagelados ameaçam invadir Antenor e Bonito de Santa Fé” In. *A União*, 3 de maio de 1980. p. 6.

<sup>146</sup> “2 mil flagelados saqueiam a feira e Cidagro em Juru.” In. *A União*, 24 de janeiro de 1984. p. 8.

cotidiano da sobrevivência se converte também em terreno de embate e reivindicação. No contexto das frentes de emergência e nos saques na Paraíba, impõe formas de ação que integram diretamente sobrevivência, resistência e organização social.

Nesses momentos, a luta pela vida não se organiza para além da família, mas através dela. A experiência do flagelado é vivida em conjunto: mulheres, homens, crianças e idosos se deslocam, se reorganizam, constroem estratégias coletivas para lidar com a violência da escassez e com o abandono do Estado. É nesse cenário que a ideia de “famílias em luta” nos possibilita compreender como a ação política está entranhada nos modos de habitar, cuidar, negociar e resistir.

Portanto, nesse processo, a participação das mulheres é central. Nas frentes, elas não apenas acompanham seus maridos ou filhos; elas também estão presentes na linha de frente trabalhando e, muitas vezes, são as primeiras a reagir às violências, como veremos nas ocorrências de invasões lideradas por mulheres a seguir. Sua atuação desafia os papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino.

Essa compreensão também se revela em outras experiências de luta pela terra, como demonstram os relatos de assentados no Território Prof. Cory/Andradina, analisados por Silva e Sant’Ana (2024)<sup>147</sup>. Neste artigo, os autores mostram como, a construção de uma rede de acampamentos e a mobilidade das famílias em busca do direito à terra não se deram exclusivamente por decisões estratégicas dos movimentos sociais, mas envolveram uma complexa articulação entre organização social, laços de parentesco e/ou amizade entre os sujeitos e posições políticas, onde as mulheres tiveram papel central na sustentação da luta cotidiana<sup>148</sup>. Assim como nas frentes de emergência e nas invasões das cidades na Paraíba, trata-se de um fazer político ancorado na experiência concreta das famílias em situações de disputa pelos seus direitos, seja pela propriedade da terra ou por trabalho na terra.

Um exemplo da participação ativa das famílias nas multidões que invadiam as cidades pode ser encontrado em uma matéria do jornal *O Norte*, publicada em 25

---

<sup>147</sup> SILVA, Débora Pavani. SANT’ANA, Antonio Lázaro. “Luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): trajetória das famílias do Assentamento Santa Maria da Lagoa em Ilha Solteira-SP”. In. Rev. NERA | Presidente Prudente, SP | v. 27 , n. 3 | e9832 | 2024.

<sup>148</sup> Ibid. p. 23.

de março de 1983<sup>149</sup>. Nessa reportagem, é descrito um episódio ocorrido na cidade de Brejo do Cruz, no Sertão paraibano, que ilustra bem esse envolvimento:

“Famílias de agricultores saqueiam uma cooperativa

Camponeses famintos invadiram ontem o município de Brejo do Cruz e, empunhando ferramentas, arrombaram o prédio da Cooperativa Agrícola Mista, de onde levaram boa parte dos estoques de alimentos e sementes. O superintendente da Organização das Cooperativas do Estado, Agostinho dos Santos, disse que ainda não se tem como calcular o montante dos prejuízos. “O que se sabe, por enquanto, é que os agricultores, acompanhados de mulheres e crianças, deixaram pouca coisa no local.”

A invasão começou às 11 horas da manhã de ontem. O grupo de homens - cerca de 50 -, empunhando picaretas e à frente de um bando mais numerosos de mulheres e filhos, dirigiam-se à Cooperativa, na ocasião fechada, abrindo rombos nas paredes, por onde boa parte dos estoques de feijão, milho, arroz, farinha e enlatados foi retirada.” (“Famílias de agricultores saqueiam uma cooperativa” In. *O Norte*, 25 de março de 1983. Capa).

A ação descrita na notícia evidencia a centralidade da família como núcleo articulador das práticas de resistência à fome no contexto da seca, revelando sua dinâmica coletiva. A presença de mulheres e crianças, em número superior ao de homens, sugere uma mobilização que não se restringe à força física ou à violência direta, mas que se ancora em uma legitimidade moral associada à proteção da família. Nesse cenário, as mulheres, majoritariamente mães, assumem o papel de agentes políticos ao colocarem seus corpos em risco para garantir alimento aos filhos. Aqui, a estrutura familiar não aparece como vítima da escassez, mas como sujeito ativo de uma prática de contestação que tensiona os limites entre legalidade e legitimidade, necessidade e ordem, revelando as contradições profundas do modelo de assistência vigente.

Portanto, pensar “famílias em luta” é uma forma de reconhecer que a luta coletiva não se constrói apenas em momentos de visibilidade — como ocupações, greves ou protestos —, mas na resistência cotidiana, onde se tecem redes de apoio, se enfrentam ausências do Estado e se constroem formas alternativas de existir. Ao considerar a família como núcleo articulador de estratégias de resistência e sobrevivência, e não apenas como espaço de reprodução social ou de opressão, ampliamos nossa capacidade de compreender as formas populares de organização

---

<sup>149</sup> “Famílias de agricultores saqueiam uma cooperativa” In. *O Norte*, 25 de março de 1983. Capa. Importante ressaltar que, nesse caso, o jornal *O Norte* foi utilizado esporadicamente apenas para preencher uma lacuna, visto que os meses de março e abril de 1983 não possuíam registro no jornal *A União*.



e o papel da mulher nesses momentos de reivindicação.

A análise da atuação das mulheres durante os períodos de seca no Nordeste brasileiro exige uma abordagem que vá além da denúncia da miséria. É preciso compreender como a divisão sexual do trabalho está estruturada historicamente pelo capitalismo e impõe às mulheres, sobretudo as mulheres pobres, uma sobrecarga de funções que se intensificava drasticamente em momentos de calamidade. A leitura da obra da intelectual e ativista Silvia Federici é fundamental nesse sentido: ao abordar o processo de acumulação primitiva e a consolidação da modernidade capitalista, Federici denuncia como o trabalho reprodutivo feminino foi apropriado e invisibilizado como pré-condição para o desenvolvimento do trabalho assalariado e produtivo masculino<sup>150</sup>.

É sob essas lentes que deve ser lido a reportagem jornalística publicada pelo *Jornal A União* em 11 de setembro de 1983. O editorial, intitulado “No Sertão, o braço feminino nas frentes de serviço”<sup>151</sup>, retrata de maneira crua e espantosa a realidade das mulheres alistadas nas frentes de emergência durante a seca de 1979, nos municípios de Patos e Sousa, na Paraíba. O editorial relata a jornada dessas mulheres, destacando o início da jornada às sete da manhã, sem alimentação prévia, e com término ao pôr do sol de mais de mil e quinhentas mulheres. Elas trabalhavam sem pausas, submetidas a vigilância e ameaças constantes por parte das fiscais da emergência. A troca das panelas pelas enxadas, como aponta a matéria, não representava uma ruptura com o trabalho tradicionalmente feminino, mas sim sua intensificação e transposição para um espaço de “produção forçada”, onde cuidar da casa e alimentar os filhos era substituído, ou somado, ao esforço de construir barragens sob sol escaldante e em condições subumanas. O texto aponta esses detalhes, mostrando como essas mulheres tiveram que se adaptar para sobreviver:

“Somente as roupas e os longos cabelos, caindo sobre os ombros, em desalinho, as identificam como mulheres. No mais, se assemelha aos milhares de homens alistados nas frentes de emergência espalhados por todo o interior do Estado. Carroças, pás, picaretas e enxadas, ferramentas antigamente utilizadas apenas pelos representantes do sexo masculino, hoje fazem parte das indumentárias das mulheres. Trocaram as panelas pelas ferramentas, mesmo porque nada há para cozinhar.” (“No Sertão, o

<sup>150</sup>FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

<sup>151</sup> “No Sertão, o braço feminino nas frentes de serviço”. In. *A União*, 11 de setembro de 1983. p. 4.

braço feminino nas frentes de serviço”. In. *A União*, 11 de setembro de 1983. p. 4),

Essa realidade escancara o que o feminismo de enfoque materialista aponta como “tripla jornada” da mulher proletária: trabalhadora, mãe e cuidadora. Agora sob a forma de operária da emergência, responsável por prover sustento mínimo ao mesmo tempo em que continuava a carregar filhos doentes, preparar fogões improvisados no campo e, quando possível, cozinhar alguns grãos de arroz e feijão divididos entre dezenas. A crítica feminista à economia política, especialmente na leitura de Silvia Federici, nos permite compreender que a exploração do trabalho feminino no capitalismo não se restringe à esfera produtiva formal. Ao contrário, o sistema depende diretamente da desvalorização e invisibilização do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. Como aponta a Federici, em *O Calibã e a bruxa*:

“(…) longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho. Argumentamos ainda que nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza “improdutiva” do trabalho doméstico, e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens.” (Federici, Silvia. 2017, p. 12).

Ainda como afirma a reportagem, é evidente que a maioria das mulheres estava doente, desnutrida e sem qualquer assistência médica, sendo tratadas como “escravas” pelas próprias fiscais, que as ameaçavam com “nota zero” caso interrompesse o trabalho, o que viria a descontar do seu paupérrimo salário. Os casos de desmaio por fome, inclusive de uma mulher grávida de sete meses, revelam a brutalidade do sistema de controle da força de trabalho feminina em tempos de seca.

A cena de mulheres grávidas trabalhando em condições desumanas nas frentes de emergência se mostra recorrente na reportagem publicada poucos dias antes, no dia 6 de setembro de 1983, na capa do jornal *A União*<sup>152</sup>. Nela, acompanhamos o caso de Ivonete, jovem de 21 anos, que saiu diretamente da frente de emergência em Patos para dar à luz numa maternidade, após trabalhar até o último dia de gravidez com pá, enxada e picareta. A notícia expõe a naturalização

<sup>152</sup> “Mulher sai da frente de serviço para a maternidade”. in. *a união*, 6 de setembro de 1983. Capa.

da violência contra essas mulheres, cuja resistência física era celebrada como símbolo de força e esperança no sertão.

O episódio, no entanto, reforça a denúncia feita na outra matéria referente à Sousa: a ausência total de políticas públicas de cuidado com a saúde da mulher e o papel central que elas ocupavam na reprodução da força de trabalho mesmo sob o risco extremo de suas vidas. O nascimento da criança foi cantado por repentistas como “um sinal de vida”, mas o que se vê, de fato, é a continuidade da exploração de um corpo feminino forçado à produtividade mesmo nos seus limites fisiológicos. A imagem abaixo, retirada do próprio jornal, ajuda a materializar essa realidade, revelando o contraste entre a dureza das condições enfrentadas por essas mulheres e a tentativa de transformá-las em símbolo de resistência heroica quando, na verdade, trata-se de um retrato da negligência estatal e da exploração sistemática da força de trabalho feminina.

**Imagem 9** - Trabalhadoras da frente de emergência de Patos



Fonte: “Mulher sai da frente de serviço para a maternidade”. in. *a união*, 6 de setembro de 1983. Capa.

Essa configuração de trabalho extremo e abandono social não se restringia à frente de emergência. As casas, ou aquilo que restavam delas, eram muitas vezes substituídas por acampamentos improvisados, como o “Parque de Exposição de Animais” mencionado na reportagem de 11 de setembro. Crianças acompanhavam

as mães tanto nos canteiros de obras quanto nos protestos, muitas vezes por falta de opção: não havia onde deixá-las, tampouco com quem. Meninos e meninas doentes, raquíticos, com vermes e deficiência psicossocial, eram levados para os canteiros de obra, onde dividiam a água suja e a fome com as mães.

As vozes das entrevistadas, que muitas das quais mães solo, viúvas ou abandonadas por seus maridos, evidenciam a sobrecarga insustentável a que estavam submetidas: trabalhar o dia inteiro em troca de 15 mil cruzeiros mensais, enquanto criavam quatro, oito, até catorze filhos. No caso de dona Maria do Carmo do Nascimento, uma idosa de 67 anos, o trabalho visava alimentar quatro netos e um marido paralítico. Não se tratava de opção, mas de sobrevivência. A sertaneja explicou sua situação ao jornalista quando disse “seu moço, não sei até quando vou aguentar essa situação. Venho para cá forçada, pois nem posso sair de casa.”<sup>153</sup> A imagem retirada da reportagem ilustra a realidade descrita no relato acima. Seu corpo envelhecido, ainda assim em movimento, é símbolo da resistência forçada diante do abandono social. O retrato de Dona Maria evidencia a face mais crua da situação da mulher pobre sertaneja durante a seca, onde idade, gênero e classe social se entrelaçam em uma engrenagem de exploração.

#### **Imagem 10** - Trabalhadora agrícola das frentes de emergência



<sup>153</sup> Fala da trabalhadora das frentes Dona Maria do Carmo, de 67 anos. In. “No Sertão, o braço feminino nas frentes de serviço”. In. *A União*, 11 de setembro de 1983. p. 4.

Fonte: “No Sertão, o braço feminino nas frentes de serviço”. In. *A União*, 11 de setembro de 1983. p. 4.

É justamente nesse cenário de degradação que se deve compreender a moralidade dos saques, muitas vezes reduzidos a atos de desordem ou violência por parte da cobertura oficial. Quando o Estado falha ao optar deliberadamente por não garantir condições mínimas de vida, a ação direta torna-se um imperativo moral e político. Saquear supermercados, ocupar espaços públicos ou interromper estradas, como faziam as trabalhadoras paraibanas de Sousa, não são meramente atos de desespero, mas estratégias de reivindicação e visibilização. A fome, como escreveu a reportagem, é “mais trágica vista ao vivo do que observada pelo telespectador”. E essas mulheres, ao se exporem publicamente com seus corpos famintos e seus filhos doentes, subverteram a lógica de silenciamento e invisibilidade imposta à sua condição.

Para além da análise da participação feminina nas frentes de emergência, o jornal *A União* também registra, como já observado anteriormente, episódios de invasões e saques em diversas cidades do interior paraibano.<sup>154</sup> No entanto,

---

<sup>154</sup> “2 mil flagelados saqueiam a feira e Cidagro em Juru.” In. *A União*, 24 de janeiro de 1984. p. 8;  
 “Flagelados ameaçam invadir Antenor e Bonito de Santa Fé” In. *A União*, 3 de maio de 1980. p. 6;  
 “Policiais evitam saque à Cobal em Patos”. In. *A União*, 8 de maio de 1980. Capa;  
 “Flagelados ameaçam saquear cidades se o pagamento não sair”. In. *A União*, 15 de junho de 1980. p. 6;  
 “Cidades serão invadidas se não abrirem frentes”. In. *A União*, 6 de maio de 1980. p. 8;  
 “Famintos ameaçam saquear mercado de Bonito de Santa Fé”. In. *A União*, 6 de maio de 1980. p. 8;  
 “Flagelados ameaçam a feira e as casas comerciais de Cajazeiras”. In. *A União*, 4 de maio de 1980. p. 12;  
 “Cidades sertanejas ameaçadas de saque”. In. *A União*, 4 de maio de 1980. Capa;  
 “Flagelados invadem Lastro e ameaçam saquear armazém”. In. *A União*, 11 de maio de 1979. Capa;  
 “Agrava-se a situação dos agricultores de Princesa”. In. *A União*, 18 de novembro de 1980. Capa;  
 “Cajazeiras é invadida por 2 mil agricultores”. In. *A União*, 9 de setembro de 1981. Capa;  
 “Cidades do Vale do Piancó estão ameaçadas de invasão por trabalhadores famintos”. In. *A União*, 13 de junho de 1980. p. 6;  
 “Homens famintos invadem Pombal e Antenor Navarro”. In. *A União*, 22 de janeiro de 1983. Capa;  
 “Quatrocentos agricultores em Alagoa Nova estão sob ameaça de despejo”. In. *A União*, 24 de fevereiro de 1980. Capa;  
 “Lastro em calamidade pública sofre invasão e ameaça de 120 flagelados”. In. *A União*, 11 de maio de 1979. p. 12;  
 “Flagelados famintos saqueiam armazém e açougue”. In. *Diário de Pernambuco*, 20 de abril de 1979. Edição 00106. Capa;  
 “Agricultores saqueiam postos da Cidagro e prometem voltar amanhã” In. *A União*, 31 de janeiro de 1984;  
 “Flagelados invadem cooperativa de Cajazeiras e levam alimentos” In *A União*, 24 de janeiro de 1984. Capa;  
 “Polícia garante ordem pública” In *Diário de Pernambuco*, 9 de setembro de 1983. Capa;  
 “Homens e mulheres famintos tentam invadir posto da LBA” In *Diário de Pernambuco*, 20 de setembro de 1983. p. 8;  
 “Polícia caça ‘agitadores’ na Emergência” In *Diário de Pernambuco*, 13 de julho de 1982. p. 10;  
 “Elzir: saques tem origem duvidosa” In *A União*, 5 de outubro de 1983. Capa;



diferentemente dos relatos anteriores, as matérias trazem agora um destaque explícito à atuação das mulheres nesses eventos. É importante observar que a ausência de menção ao gênero em reportagens anteriores não implica necessariamente a inexistência de mulheres entre os saqueadores, mas sim a omissão deliberada ou sistemática de sua presença, refletindo práticas jornalísticas que frequentemente invisibilizam o protagonismo feminino em ações coletivas. A centralidade das mulheres nas ações de enfrentamento à fome reforça uma lógica histórica, em que são elas as principais responsáveis pela sustentação da vida familiar. Como aponta a historiadora Silvia Federici,

“Eram as mulheres que, em geral, iniciavam e lideravam as revoltas por comida. Na França do século XVII, seis dos 31 motins por subsistência estudados por Ives-Marie Bercé foram perpetrados exclusivamente por mulheres. Nos demais, a presença feminina era tão manifesta que Bercé os chama de “motins de mulheres”. Ao comentar sobre esse fenômeno na Inglaterra do século XVIII, Sheila Rowbotham concluiu que as mulheres se destacaram nesse tipo de protesto por seu papel de cuidadoras de suas famílias. Porém, as mulheres também foram as mais arruinadas pelos altos preços, já que, por terem menos acesso que os homens ao dinheiro e ao emprego, dependiam mais da comida barata para sobreviver. Por esta razão, apesar de sua condição subordinada, rapidamente saíam às ruas quando os preços da comida aumentavam ou quando se espalhava o rumor de que se levariam os suprimentos de cereais da cidade.” (Federici, 2017, p. 156).

Através dessa perspectiva, os saques protagonizados por mulheres no sertão paraibano não devem ser vistos apenas como atos de desespero, mas como expressão de uma luta social diante do descaso do Estado. A autora reforça que mesmo em condição de subalternidade e pobreza extrema, as mulheres se destacam como as primeiras a romper com o silêncio e a passividade diante da injustiça. Por isso, os “motins de mulheres” mencionados por Federici não são fatos isolados no tempo, mas manifestações recorrentes de um mesmo padrão de enfrentamento histórico que se repete, com intensidade e urgência, em contextos como o do semiárido paraibano.

Seguindo para as ocorrências encontradas no *A União*, podemos ver que

---

“Dias de tumulto” In *Diário de Pernambuco*, 21 de abril de 1983. Edição 00108. p. 9;

“Quem paga a conta?” In *Diário de Pernambuco*, 14 de abril de 1983. Edição 00101. p. 9;

“Agricultores invadem Cidagro e prometem voltar amanhã” In *A União*, 1 de fevereiro de 1984. p. 5;

“Sertanejos famintos ameaçam saque armado” In *Diário de Pernambuco*, 14 de maio de 1980. Edição 00128. Capa;

“Sertanejos famintos fazem saque pela 3ª vez na PB”. In *Diário de Pernambuco*, 20 de julho de 1982. Edição 00196. Capa;

“Famílias de agricultores saqueiam uma cooperativa” In. *O Norte*, 25 de março de 1983. Capa.

entre os dias 10 e 27 de setembro de 1983, uma série de mobilizações protagonizadas por mulheres pobres e famintas tomou conta de diversas cidades do sertão paraibano. Longe de serem ações isoladas, essas manifestações revelaram um padrão de exclusão e violência estrutural dirigido especificamente contra as mulheres em situação de miséria, que se viram compelidas a romper com as normas da legalidade para garantir a sobrevivência própria e de suas famílias.

Em Bonito de Santa Fé, no dia 10 de setembro<sup>155</sup>, cerca de 400 mulheres invadiram e saquearam o posto médico local, de onde retiraram arroz, feijão, leite em pó e outros gêneros alimentícios destinados a crianças e parturientes. A motivação era clara: nenhuma delas havia sido incluída nas frentes de emergência, o principal programa de contenção da fome implantado durante a seca. No jornal, o prefeito Antonio Pedro das Neves disse que “a invasão foi causada pelo fato de nenhuma das mulheres estar alistada nas frentes de trabalho”<sup>156</sup>. A resposta do poder público foi tardia, e o episódio gerou tensão entre os comerciantes, que temiam novos saques nas feiras-livres. Destaca-se que a ação ocorre num posto médico, demonstrando que a escala de prioridade na ação posta coloca a moralidade das “flageladas” acima das instituições do poder público – mesmo aquelas que supostamente são voltadas para a assistência da população.

Esse episódio evidencia um ponto central: a fome como catalisadora de ação coletiva feminina. As mulheres, tradicionalmente responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e da casa, se colocaram na linha de frente da luta por comida, reivindicando não apenas auxílio, mas reconhecimento político.

Apenas uma semana depois, em 17 de setembro<sup>157</sup>, os protestos se intensificaram. Nas cidades de Cajazeiras, Cachoeira dos Índios e São José de Piranhas, centenas de mulheres voltaram às ruas. Em Cajazeiras, cerca de 400 delas se concentraram em frente à prefeitura logo pela manhã. Após horas sem resposta, dirigiram-se a um antigo depósito de merenda escolar e arrombaram as portas. Lojas, padarias e até bancos fecharam por medo dos saques, e ao menos 50 policiais foram deslocados para proteger o comércio. Só no início da tarde, após negociações e a distribuição emergencial de alimentos, a situação foi parcialmente

---

<sup>155</sup> “Flageladas invadem posto médico”. In. *A União*, 10 de setembro de 1983. Capa.

<sup>156</sup> *Ibid.*

<sup>157</sup> “Cidades sertanejas sofrem novas invasões e saques”. In. *A União*, 17 de setembro de 1983. Capa.

controlada. Novamente, a ação direta não poupava instituições vinculadas à assistência da população, tendo em vista a urgência da qual o poder público era inapto para lidar.

Nesse caso, os eventos mostram como o controle sobre o alimento e sobre o corpo das mulheres se tornou um instrumento de dominação política e econômica. Ao mesmo tempo em que eram deixadas de fora dos programas de assistência, estas mulheres eram tratadas como ameaças à ordem pública quando reagiam em protesto. O uso da força policial como resposta à fome não apenas criminaliza a pobreza, mas nega o caráter político de suas ações que, embora desesperadas, mostram certo nível de organização.

Em São José de Piranhas, no mesmo dia, um grupo de 300 mulheres tentou invadir o posto do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e, posteriormente, cercou casas comerciais. A distribuição improvisada de alimentos não foi suficiente para atender todas, gerando revolta entre as excluídas. Em Cachoeira dos Índios, outras 250 mulheres arrombaram o posto do Inan, sendo contidas somente após a mobilização do coordenador de saúde local e do delegado de polícia, que providenciaram alimentos para as manifestantes. O prefeito de Cajazeiras, diante da escalada dos protestos, chegou a afirmar que mais de mil mulheres da zona rural não estavam inscritas nas frentes de serviço e alertou: “a situação tende a se agravar”.

No dia 20 de setembro, a cidade de Coremas foi palco de mais uma ação: 500 mulheres invadiram o comércio local à procura de alimentos<sup>158</sup>. A situação foi contornada apenas pela atuação direta do prefeito, que arrecadou Cr\$ 1 milhão em gêneros para distribuir. A queixa das manifestantes se repetia: exclusão das frentes de emergência e ausência total de recursos para alimentar seus filhos.

O protagonismo feminino nesses episódios é revelador. Elas não saqueavam por revolta abstrata, mas por urgência material. Mais do que isso, as mulheres tomaram para si o papel de porta-vozes da sobrevivência coletiva, colocando o corpo e a reputação em risco numa sociedade que tradicionalmente restringe o espaço da mulher ao ambiente doméstico. O saque, nesse contexto, não é um ato de desordem e vandalismo, mas de reivindicação. Na maioria dos casos, tratava-se de mães, cuja ação era atravessada por uma ética da responsabilidade familiar, o

---

<sup>158</sup> “Invasão de flageladas em Coremas”. In. *A União*, 20 de setembro de 1983. Capa.



que conferia à sua atuação uma dimensão moral profundamente ligada à proteção dos filhos e da família de modo geral.

Dois dias depois, em Patos, 200 mulheres, algumas delas já inseridas nas frentes de trabalho, tentaram invadir o supermercado da Cobal<sup>159</sup>. Alegavam atrasos salariais, o que, em um contexto de extrema vulnerabilidade, significava fome. Foram levadas ao Batalhão da PM, onde receberam pequenas cestas. Em Itaporanga, o dia também foi marcado por tensão. Mulheres ameaçaram invadir o depósito da Cibrazém e escolas públicas.

Por fim, em 27 de setembro, um novo episódio ocorreu em Itaporanga. Cerca de 300 mulheres tentaram saquear o Balcão da Economia e, em seguida, a instituição de caridade Clube das Mães Santa Mônica.<sup>160</sup> Reivindicavam acesso aos donativos que, segundo elas, não haviam recebido. Dessa vez, a polícia militar impediu o avanço dos grupos, mas não conseguiu conter a indignação generalizada.

Esses episódios de invasões femininas mostram que, em meio ao silêncio das instituições responsáveis e à fome que já durava os quatro anos de estiagem, as mulheres do sertão paraibano tornaram-se protagonistas de uma política de sobrevivência. Elas expuseram a ineficiência das políticas emergenciais, a omissão do Estado e, sobretudo, a lógica patriarcal que sustentava tais programas que, ao excluir as mulheres, reafirmavam uma ordem social desigual. Os saques, longe de representarem apenas transgressões à ordem, podem ser vistos como atos de denúncia que expõem aquilo que era visto como a “imoralidade” do poder público institucional.

### **Imagem 11 - Mulheres saqueando feira em Cajazeiras**

---

<sup>159</sup> “Saque em Patos: Feiras entregues a flagelados”. In. *A União*, 22 de setembro de 1983. Capa.

<sup>160</sup> “Mulheres invadem e saqueiam Itaporanga”. In. *A União*, 22 de setembro de 1983. p. 6.



Fonte: “Em Cajazeiras, saques acabam em violência”. In. *A União*, 01 de janeiro de 1984. Capa.

A presença feminina nas frentes de emergência, nos protestos e nos saques demonstra que o papel tradicionalmente atribuído às mulheres de cuidadoras relegadas ao espaço privado foi reconfigurado pelo contexto de calamidade. As mulheres passaram a ocupar o espaço público não apenas como trabalhadoras, mas como protagonistas de uma luta por dignidade, comida e reconhecimento.

Em suma, a análise do trabalho feminino nas frentes de emergência revela um cenário onde o cuidado e a reprodução da vida tornam-se os principais motores de resistência. Essas mulheres não apenas resistiram à seca, mas desafiaram diretamente as estruturas que as oprimiam: o Estado, o patriarcado, o mercado. A presença massiva de mulheres nas frentes de emergência contra a seca evidencia, de forma contundente, as marcas da divisão sexual do trabalho. Historicamente designadas ao espaço privado e às tarefas do cuidado, as mulheres foram

deslocadas ao espaço público do trabalho pesado, em obras de infraestrutura, sem que isso significasse a superação de sua condição de subordinação. Ao contrário, elas passaram a acumular funções: trabalhavam com enxada, pá e picareta durante o dia, em troca de salários ínfimos ou atrasados, e ainda eram responsáveis, sozinhas, pela manutenção da casa e criação dos filhos.

Essa sobrecarga revela como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em contextos precários como o das frentes de serviço, não rompeu com os padrões da desigualdade de gênero, mas os reorganizou. A divisão sexual do trabalho, longe de desaparecer, foi reafirmada, pois mesmo quando exercem atividades historicamente masculinas, as mulheres continuam a carregar o peso das tarefas reprodutivas, invisibilizadas e não remuneradas. Essa realidade expõe o quanto o trabalho feminino, tanto produtivo quanto reprodutivo, segue sendo naturalizado e desvalorizado dentro das estruturas sociais. Os saques, por sua vez, revelam que as mulheres eram agentes políticos organizados e que sabiam usar muito bem das suas armas para pressionar as autoridades em busca de uma vida digna.

## — CONSIDERAÇÕES FINAIS —

Esta dissertação buscou desvendar as nuances dos saques ocorridos no Sertão da Paraíba durante a grande seca do final do século XX (1979-1984), um período marcado não apenas pela estiagem natural, mas também pela negligência estatal. Ao confrontar a visão espasmódica dos movimentos populares, propomos uma leitura thompsoniana que revela a complexidade e a intencionalidade dessas ações, as quais se inserem em uma longa tradição de resistência camponesa.

No Capítulo I, mergulhamos na história da seca e da fome no Nordeste, destacando como esses fenômenos moldaram os movimentos populares rurais anteriores à seca de 1979. A análise das frentes de emergência da época revelou as primeiras tensões entre a resposta governamental e as necessidades da população afetada.

No capítulo seguinte, direcionamos o olhar para a Paraíba, afinando a análise e explorando o cenário político e econômico pré-seca, além do papel crucial da imprensa na construção da narrativa de crise. Evidenciou-se como os jornais, especificamente *O Diário de Pernambuco (PE)* e *A União (PB)*, ao cobrir os saques, atuaram como instrumentos de organização política para as elites, muitas vezes criminalizando a miséria e a luta por sobrevivência. A investigação sobre o SNI (Serviço Nacional de Informações) revelou um Estado vigilante, que monitorava o Sertão Paraibano, percebendo a movimentação popular como uma ameaça à ordem estabelecida.

Por fim, o Capítulo III adentrou a questão do "flagelado", analisando como essa figura foi construída na estrutura de sentimento da elite. Em contrapartida, construímos a ideia da multidão como arma dos despossuídos, explorando o anonimato e a ameaça de saque como estratégias de enfrentamento nos momentos de estiagem. A análise das famílias em luta permitiu-nos refletir sobre as dinâmicas de gênero e coletividade na resistência camponesa, mostrando que a sobrevivência em tempos de crise se mostrou um trabalho compartilhado.

Dessa forma, os saques analisados não podem ser compreendidos como simples explosões irracionais ou atos de vandalismo. Longe disso, eles revelam práticas sociais dotadas de sentido, marcadas por códigos morais próprios e por uma racionalidade coletiva que responde a situações-limite. O enfrentamento da seca enquanto catástrofe humana, agravada por decisões políticas, deu origem a

formas de resistência que desafiaram as estruturas de poder e as narrativas oficiais, desestabilizando o monopólio das elites sobre o discurso da ordem.

A construção simbólica do "flagelado" e a criminalização da pobreza revelam uma tentativa sistemática de deslegitimar essas formas de enfrentamento. Entretanto, ao revisitar esse período sob a ótica da história social, evidenciamos a centralidade da luta popular na formação de um repertório de tradição camponesa. A resistência camponesa, mesmo em sua manifestação mais combativa, como nos saques, inscreve-se em um repertório histórico de luta, onde a reivindicação por dignidade, visibilidade e sobrevivência constroem a perspectiva de uma economia moral dos flagelados.

Esperamos que esta dissertação contribua para uma compreensão mais profunda da história social do Nordeste, especificamente da Paraíba, lançando luz sobre a resiliência e a combatividade das populações rurais diante dos períodos de escassez. Que as reflexões aqui apresentadas inspirem novas pesquisas e debates sobre as intersecções entre seca, movimentos populares e suas formas alternativas do fazer político — para além da política institucional. Afinal, reconhecer a participação histórica dos que lutam com tão pouco é também um ato político de justiça e reparação.

## Referências

### Fontes:

**Acervo físico do Espaço Cultural José Lins do Rêgo**, João Pessoa – PB (**Jornal A União 1979 - 1984**).

**Arquivo do NUT-Seca**. Anos de análise: 1979 - 1984. Rio Grande do Norte. Arquivo da UFRN.

**Diário de Pernambuco** Anos de análise: 1979 - 1984, Pernambuco. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

**Folha de São Paulo**. Anos de análise: 1979 - 1984, São Paulo. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>.

**O Diário de Natal**. Anos de análise: 1979 - 1984, Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

**O Poti** Anos de análise: 1979 - 1984, Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

**Relatórios policiais do Serviço Nacional de Informações (SNI)**. Disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp).

### Bibliografia:

ALVIM, Daniel Horta. **Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A

União Editora, 1983.

AZEVEDO, Fábio Palácio de. **O conceito de cultura em Raymond Williams**. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, São Luís, v. 3, n. especial, jul./dez. 2017, p. 205–224.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900–2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

BARROS, José d'Assunção. **“História Social e retorno do político”**. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. **Campos da Política – Discursos e Práticas**. São Paulo: LP – Books, 2012.

BARROS, José d'Assunção. **O Uso dos Jornais como fontes históricas**. In.: *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BATALHA, Cláudio. **A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências**. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 145-158.

BENEVIDES, Cezar Augusto C. **Camponeses em marcha: estudo das Ligas Camponesas Paraibanas (1960 – 1964)**. Dissertação (Pós-graduação em História do Brasil/História Social) - Universidade Federal do Paraná (CHLA-UFPR), 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996

BEMVINDO, Vitor. **Por uma História da Educação Politécnica: concepções, experiências e perspectivas**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

BLOCH, Marc, **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992

BURITY, Luiz Mário. José Américo de Almeida, Da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937. Rio de Janeiro, 2021.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

CAMPOS, N. A. **A grande seca de 1979 a 1983**: um estudo de caso das ações do Governo Federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (sertão central e sertão dos inhamuns). Teoria e pesquisa, 44 e 45. Janeiro e julho de 2004.

CARDOSO, Maria da Conceição M. **Uma mão lava a outra: O trabalho rural e suas lideranças no Brejo paraibano**. Campina Grande: Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 1993.

CARR, E. H. **Que é história?**. 9ª edição. Paz e Terra , 2006.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ªed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001

COSTA, Lidineide Vieira da. **A conquista de direitos trabalhistas: lutas sociais dos assalariados rurais da cana-de-açúcar no agreste e brejo paraibano (1980 - 1987)**. João Pessoa: Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2019.

CPT, CEPAC e IBASE. **O Genocídio do Nordeste 1979-1983**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.



DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: A Criação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. — São Paulo: Veneta, 2022.

DIAS, G. **Drought as a social phenomenon in northeastern Brazil**. in Rolando Garcia e José Escudero, *Drought and man, volume 3: the roots of catastrophe*, Oxford, 1986.

DEZEMONE, Marcus. **Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Relume-Dumará: ANPOCS, Rio de Janeiro, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 1 – uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FORTES, Alexandre, FRENCH, John D. **Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil**. In: FORTES, Alexandre... [et al.]. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013.

FRANÇA, Diego P. Irineu. **A ação pastoral da Igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-UFPB), 2014.

GRAMSCI, A. (1999). **Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)**. In. A. GRAMSCI, Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRINSZPAN, Mario. **A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST**. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). O Brasil Republicano – Vol. 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimento sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUHA, R. (1997). **Dominance without Hegemony: history and power in colonial India**. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press.

HOBBSBAWM, Eric. J. **Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.

\_\_\_\_\_. **Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas, 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Geografia, 1970.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LIMA, Maria do Socorro A. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco, 1962 – 1987**. Recife: Doutorado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

LUCA, Tânia de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In.: PINSKY, Carla B. Fontes Históricas. Editora Contexto, 2005.

MACÊDO, Daniel. Entre retirantes e flagelados: palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará. *Revista Dispositiva*: Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 101 - 120 - JUL/DEZ, 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2012.

\_\_\_\_\_. **Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil**. In: GOLDMACHER, Marcela, MATTOS, Marcelo Badaró, TERRA, Paulo Cruz (orgs). *Faces do Trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste: um falso problema**. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Vozes. Petrópolis, 1988.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União/Superintendência de Imprensa e Editora, 2013.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **O Cotidiano Camponês e a sua importância enquanto Resistência à Dominação: A contribuição de James C. Scott**. Raízes, Campina Grande, Vol. 21, Nº 01, 2002.

MIGLIEVICH, Adelia. **Sobre “estruturas de sentimentos” e contra-hegemonia em Raymond Williams**. Labemus, Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, 28 set. 2016. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2016/09/28/sobre-estruturas-de-sentimentos-e-contra-hegemonia-em-raymond-williams/>. Acesso em: 16 jun. 2025. p. 4.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan (Orgs). **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; SILVA, Laurijane M. G.; SILVA, Maria V. T.; LIMA, Gilmar F. **Estruturação do território municipal paraibano: na busca das origens**. João Pessoa: Cadernos do Logepa, V. 2, 2003.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Espaço, capital e trabalho no campo paraibano**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1., 2011.

MOREIRA, José Roberto. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. Estudos Sociedade e Agricultura. 15, outubro 2000: 39 - 52.

NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. **As frentes de emergência e o movimento dos saques: atenuação e expressão do conflito no meio rural paraibano**. In: Movimentos sociais, para além da dicotomia rural-urbano. João Pessoa, PB, 1985.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. **Economia moral versus Moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)**. In: *Revista Projeto História*, v. 16, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915)**. *Trajetos: Revista de História da Universidade Federal do Ceará*, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 115–132, 2005.

\_\_\_\_\_. **Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**. Companhia das Letras, 2013.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.** In: OLIVEIRA, Francisco. Noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.** Campina Grande: EDUEPB, 2015

PEDROZA, Manoela. **O debate na historiografia marxista brasileira sobre trabalhadores rurais no século XX.** Tempos Históricos (EDUNIOESTE), Candido Rondon, Paraná, v. 7, 2005. Disponível: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/8042/5946>

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSTOLD, Jadir Peçanha. **Movimentos populares e sociais: a sociedade brasileira em ação na década de 1980.** In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ANPUH, 2003.

RUDÉ, George. **Ideologia e Protesto Popular.** Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Daniel Francisco dos. **Experiência de trabalhadores na seca.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999.

SCHENATO, Vilson Cesar. **Economia Moral e Resistências Cotidianas no Campesinato: Uma leitura a partir de E. P. Thompson e James Scott.** PPGCS/UFCG. Campina Grande, 2010.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. 1ª ed. Livraria Letra Livre, 2013.

\_\_\_\_\_. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Campina Grande: Raízes, vol. 21, nº 01, 2002.

SECRETO, Maria Verônica. **Desmedidos: A revolta do quebra-quilos (1874 - 1876)**. Rio de Janeiro Mauad X: FAPERJ, 2011.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Doutorado em História/UFPE, 2016.

SILVA, Bárbara Maria Costa e. **O “ciclo de greves” dos trabalhadores canavieiros de pernambuco (1979-1985) e a academia sindical da fetape: cultura histórica, consciência histórica e consciência de classe**. João Pessoa: Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2022.

SILVA, Fernando Teixeira. **“Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, 2012.

SINGER, Paul. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930**. In: FAUSTO, Boris (Org.). Vol.1: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Uma história regional da ditadura civil-militar brasileira: João Agripino e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba**. Revista de História Regional, 2022. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

\_\_\_\_\_. **Why?** What happens when people give reasons... and why. Princeton, New Jersey, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** – vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **El Delito del Anonimato.** In.: Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

\_\_\_\_\_. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia.** Yale University Press, New Haven and London, 1977.

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano.** Campina Grande: Mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1988.

TRAVASSOS, Ibrahim S.; SOUZA, Israel de S.; SILVA, Anieres B. **Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino.** OKARA: Geografia em debate, v.7, n.1, p. 147-164, 2013.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e Morte no Sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WELCH, Clifford. **Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964:** a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006.

\_\_\_\_\_. **Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 36, nº 71, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.